UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIENCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

SISTEMAS AGRÁRIOS EM PARAÍBA DO SUL (1850-1920)

— um estudo de relações não-capitalistas de produção —

João Luis Ribeiro Fragoso

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História da U F R J visando à obtenção do título de Mestre

Rio de Janeiro
abril de 1983

SISTEMAS AGRÁRIOS EM PARAÍBA DO SUL: (1850-1920)
um estudo de relações não-capitalistas de produção.

JOÃO LUIS RIBEIRO FRAGOSO

TESE SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO MESTRADO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE.

Aprovado por:

Prof. .....
(Presidente da Banca)

Prof. .....

Prof. .....

Rio de Janeiro, RJ-BRASIL
Maio de 1983

FICHA CATALOGRÁFICA

FRAGOSO, João Luís Ribeiro

Sistemas Agrários em Paraíba do Sul (1850-1920): um estudo de relações não-capitalistas de produção. Rio de Janeiro, UFRJ,HISTÓRIA, IFCS, 1983.

Dissertação: Mestre em História (História do Brasil).

1. História Agrária
2. Sistemas Agrários no Vale do Paraíba/RJ.
3. História Econômica.
4. Dissertação.

Universidade Federal do Rio de Janeiro - IFCS - História.

II. Título

à minha mãe.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho não teria sido possível sem o apoio e a amizade de diversas pessoas. E isto é, particularmente, reforçado quando temos em conta as condições precárias em que fora desenvolvida a nossa dissertação.

À Vera, companheira dos primeiros momentos de pesquisa, que nos ajudou a fazer o primeiro levantamento das fontes cartoriais. À D. Maria Luzia e Sr. Olavo que nos hospedaram nas primeiras idas a Três Rios.

O trabalho de arrolamento das fontes teria sido mais penoso sem a paciência e boa vontade dos integrantes do Cartório do 1º Ofício de Paraíba do Sul. Entre muitos, gostaríamos de registrar o apoio dado pelaD. Maria Quita (responsável pelo Cartório). E, particularmente,à ajuda de Maria das Graças no recolhimento dos inventários, outrossim,à sua amizade e carinho transformaram as nossas estadias de trabalho em Paraíba do Sul em algo menos fatigante.

Aos senhores Dias e Jarbas Oliveira, que se mostraram prestativos, respectivamente, na reprodução mecânica das fichas de trabalho e dos gráficos, e no fornecimento do material indispensável para a pesquisa.

Ao Prof. Hector Perez Brignoli que, em sua curta estadia no Rio, se prontificou em fazer uma leitura crítica do nosso projeto, ajudando-nos posteriormente na organização dos dados das"contas de tutela". Devemos, ainda, registrar o seu apoio nos nossos primeiros passos dentro da História Econômica.

Deixamos, aqui, também, registrado algumas das pessoas cuja a amizade ficou patenteada nos momentos mais difíceis do período de elaboração do trabalho. Sem a compreensão doJosé Maria, na fase de redação, teríamos demorado muito mais em terminar a dissertação. À Clara Raissa, cuja ternura e o ombro amigo se mostraram sempre presentes.

Quanto a nossa Orientadora, os agradecimentos tornam-se particularmente difíceis. Que palavras utilizar para agradecer uma pessoa que nos ensinou e ensina o ofício da História, e que faz isso combinando com a sua amizade! Mesmo sabendo que é difícil de ser externado tais reconhecimentos.

À Profa. Maria Yedda, gostaríamos de agradecer não apenas a sua segura orientação, mas também o fato de ter nos mostrado um novo caminho dentro da História enquanto Ciência. Sem o seu apoio intelectual e amizade não teríamos ultrapassado as dificuldades do trabalho.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo empreender uma primeira abordagem ao sistema agrário de uma economia de exportação (café), procurando exemplificá-lo numa dada região (Paraíba do Sul/RJ) no período de 1850-1920. E para tanto, neste estudo há a preocupação de reter alguns aspectos desta forma de produção, quais sejam: certos traços de seu processo de reprodução e de suas relações de produção. Traços esses, que no texto, aparecem ligados entre sí e à noção de freqüência de cultivo.

Outrossim, através da caracterização destes aspectos, particularmente, o caráter extensivo da reprodução do sistema e à "associação" do trabalhador direto aos meios de produção, procura-se demonstrar a lógica própria daquele sistema agrário historicamente definido e fundamento de uma economia de exportação.

Na parte final do trabalho (3º capítulo), tenta-se mostrar a persistência daquela forma de produção agrícola, na região, pós-escravidão, o que iria conferir um caráter não-capitalista às relações de produção fundada no trabalho livre. E por último, o definhamento do sistema agrário da economia de exportação, na região, estaria ligado a seus próprios mecanismos de reprodução.

SUMMARY

This dissertation is intended to be a first approach to the study of the agrarian system that emerged from an export economy centered on one agricultural product. The coffee County of Paraiba do Sul on the Paraiba Valley (Rio de Janeiro) is taken as a case study for the period between 1850-1920. According to this purpose certain aspects concerned with the productive system have been given a privileged treatment such as: certain traits of its reproduction process and its relations of production. Along this dissertation, such traits have been associated with the concept of frequency of cultivation.

On the other hand, through the analysis of such traits, especially the extensive character of the reproduction of the system as a whole, as well as the "association" of direct producers to the means of production, it is intended to demonstrate the logic of the agrarian system historically delimited and based on a given plantation economy.

Finally, it is intended to demonstrate the persistency of that form of agricultural production, locally, along the post-slavery period. The fact that the agricultural regime based on free labor has been distinguished by its non-capitalist character results from the persistency of the above mentioned agrarian system as part of a defined form of agricultural production. The word "decadence" has been avoided as a definition of the period post-slavery. In fact, it is here suggested that the weathering (definhamento) of the agrarian system of the exportation economy, regionnally, was linked with its specific mechanisms of reproduction.

ÍNDICE

		Pág.
Lista de Quadros		ix
Lista de Gráficos		xi
Introdução		1
Capítulo 1 -	Sistema de Uso da Terra e Instrumentos de Trabalho.	12
	1.1. A Agricultura de Alimentos.	15
	1.2. A Agricultura do Café.	25
Capítulo 2 -	Sistema Agrário e Reprodução Extensiva	38
	2.1. A População Escrava	39
	2.2. A Fazenda de Café e a Reprodução Anual	51
	2.3. A transformação de Matas em Cafezais: o segundo movimento do processo de reprodução.	75
	2.4. Sobre-trabalho e Sistema Agrário	95
Capítulo 3 -	O Definhamento do Sistema Agrário da Economia de Exportação na Região.	109
	3.1. A "Degradação".	109
	3.2. Capoeiras, Enxadas e Colonos.	124
	3.3. A Invasão dos Pastos.	144
Conclusão		163
Bibliografia		170
Anexo I		
Anexo II		

LISTA DE QUADROS

Pág.

1 - Agricultura de Alimentos no Vale do Paraíba - século XIX e na Europa (Sistema Trienal de Rotação de Terras). 20

2 - Origem da Formação dos contingentes de Escravos em algumas fazendas de Paraíba do Sul em 1872. 42

3 - Origem dos Escravos presentes nas Fazendas de Paraíba do Sul: 1850-1860-1872 43

4 - Razão de masculinidade na População Total e Escrava de Paraíba do Sul em 1840 e 1872. 44

5 - Distribuição da População Total de Paraíba do Sul por sexo e idade - 1872. 45

5.1. - Distribuição da População Escrava de Paraíba do Sul por sexo e idade de 1872. 46

5.2. - Distribuição da População Livre de Paraíba do Sul por sexo e idade de 1872. 46

6 - Razão de masculinidade na população de Paraíba do Sul - censo de 1872. 47

6.1. - Grupos de Idades em Paraíba do Sul 1872. 48

6.2. - Distribuição da População de Paraíba do Sul por sexo e grupos de idade - 1872. 48

6.3. - Grupos de idade na população masculina livre e escrava em Paraíba do Sul 1872. 49

7 - Rebanhos em Paraíba do Sul 1850/80 56

7.1. - Bovinos em Paraíba do Sul - 1850/80 57

8 - Rebanhos em Fazendas com mais de 200 alqueires ou com mais de 100.000 pés de café e 60 escravos (1850-81) 58

9 - Profissões dos Escravos segundo a matrícula especial de 1872. 62

10 - Contas da Fazenda Cachambú (1880-1882) e Bom Sucesso (1882). 66

10.1. Compras de Alimentos pela Fazenda Cachambú (1880-82) 68

10.2. - Receita Líquida nas Fazendas Cachambú (1880/82/85) e Bom Sucesso (1882). 74

11 - Valor do Cafezal segundo a sua idade. 76

12 - Transformação de matas em cafezais em duas fazendas 1874/80. Fazenda Barboza Teixeira-Fazenda Santo Aleixo 1880. 77

13 - Participação da Fazenda no Monte Mór dos Inventários 1850 - 1880. 85

14 - Investimentos em algumas Fazendas de Café com mais de 200 alqueires de terras ou com mais de 100.000 pés de café e 60 escravos. (1850-80) 88

15 - Valor (%) dos Instrumentos de Trabalho (Enxadas, Foices, Cavadeiras e Machados) em diferentes unidades de produção. 92

16 - Investimentos em dois grupos de Fazendas em épocas diferentes (1850/60-1874/81). 93

17 - Investimentos em casas de colonos e Equipamentos de Beneficiamento de alimentos em algumas Fazendas de Café (1890-1915). 143 A

18 - Fazendas de Paraíba do Sul visitadas pelo Serviço de Indústria Pastoril - 1925. 154

LISTA DE GRÁFICOS

Pág.

1 - População de Paraíba do Sul em 1840 e 1872. 41

2 - % do Valor das Terras e Cafezais nos Inventários de 1850 a 1880. 83

3 - Valor (%) dos Escravos, Terras e Equipamentos de Beneficiamento nos Inventários de Paraíba do Sul - 1850-1880 87

4 - Variação do Preço de um Saco de Feijão comprado pela Fazenda Cachambú entre 1880 e 1882. 101

5 - Área (%) das Matas e Pastos nas Fazendas de Paraíba do Sul (1880-1895-1905-1915) 110

6 - % dos Cafezais com mais de 16 anos e mais de 24 anos nas Fazendas de Paraíba do Sul (1850-1880-1910). 111

7 - Estrangeiros em Paraíba do Sul (1872- 1890 1920). 121

8 - Presença da População Masculina e do Grupo Etário de 16 a 40 anos nos censos de 1840 1872-1890-1900-1920. 122

9 - Preço (%) das Matas e Terras em Culturas nos Inventários (1880-1895-1905) - 1 Alqueire 126

10 - % do Valor dos Cafezais e Equipamentos de Beneficiamento nas Fazendas de Paraíba do Sul - 1850 a 1905. 130

11 - Valor (%) dos Cafezais, das Terras e Animais nas Fazendas de Paraíba do Sul 1870 a 1920. 146

12 - Participação (%) dos Pastos na formação do Valor das Terras da Fazenda(1880 a 1920). 148

13 - Preço (%) das Terras em Culturas e Pastos nos Inventários (1880-1915-1920) - 1 Alqueire 149

INTRODUÇÃO

O tema da dissertação surgiu, inicialmente, com a preocupação de estudar a transição do trabalho escravo para o livre, ou mais precisamente, em analisar a formação das relações sociais de produção que sucederam o trabalho escravo na agricultura do vale do Paraíba/RJ. Região que na segunda metade do século XIX se assentava na produção de um bem primário (café) voltado para o mercado internacional, tratando-se, portanto, de uma área inserida na economia de exportação. E sendo que, pós-escravidão, nesta região, iriam predominar formas de trabalho não tipicamente assalariadas (colono-parceiro), onde o trabalhador direto produzia parte de seus gêneros de subsistência sem a mediação do mercado.

As preocupações acima expostas nos levaram a entrar em contato, mais demoradamente, com as teses levantadas por José de Souza Martins, em especial, no "Cativeiro da Terra" (1). Apesar desse trabalho se referir a São Paulo, o autor se detém na questão da transição para o trabalho livre numa agricultura exportadora de café, assunto que deste modo nos interessava particularmente. Por sua vez, ao abordar tal tema, o autor demonstra o caráter não-capitalista daquelas relações de produção, enunciando para isso uma forma própria de apreensão. E é essa forma de abordagem que nos chamou mais a atenção.

Ao apreender a questão das relações de produção geradas na crise do escravismo e que se configuravam no colonato, José de Souza Martins critica as formulações que a identificavam com a feudal ou capitalista. Descartando a possibilidade de definir o colonato enquanto relação feudal ou semi-feudal, o autor procura demonstrar a precariedade da tese que nele via relações capitalistas de produção.

Para José de Souza Martins, no colonato o trabalhador direto (ao contrário das relações capitalistas) produzia e se apropriava diretamente de parte de seus meios de subsistência, sem a mediação do mercado. Apesar do colono receber também uma remuneração em dinheiro (pagamento fixo pelo trato do cafezal e um outro proporcional à quantidade de café colhido),

o que fora escrito acima, inviabilizaria a interpretação do colonato enquanto relações capitalistas de produção. Isto por que nesta última, o trabalhador direto é trabalhador assalariado, vendendo continuamente a sua força de trabalho, e recebendo em troca um salário, com o qual voltava ao mercado para retirar a totalidade de seus meios de subsistência(2).

Na apreensão do caráter não-capitalista daquelas relações, José de Souza Martins considera que a transição do trabalho escravo para o livre seria conduzida no sentido de preservar a economia colonial, isto é, "o padrão de realização do capitalismo no Brasil, que se definia pela subordinação da produção ao comércio"(3). E isto seria feito mediante a mudança das relações de produção, por meio da organização de novas relações sociais de produção, que garantissem a persistência daquele padrão de realização do capitalismo. Em outras palavras, a organização das novas relações sociais de produção, enquanto relações não-capitalistas de produção, respondia às necessidades acima referidas.

Consideramos as relações de produção que são geradas na crise do escravismo colonial, como nos informa José de Souza Martins, enquanto relações não-capitalistas de produção; e isso seria válido tanto para São Paulo como para o campo do Rio de Janeiro. Isto por que, nestes regimes de trabalho, o trabalhador direto, mesmo se encontrando livre juridicamente e afastado da propriedade da terra, aparece "associado"(4) aos meios de produção produzindo diretamente parte de seus meios de subsistência. Entretanto, não nos parecia suficiente a abordagem feita por José de Souza Martins àquelas relações de produção.

Este autor, ao procurar explicar o caráter não-capitalista da forma de trabalho pós-escravidão, "como meio para preservar a economia colonial (...) para preservar o padrão de realização do capitalismo no Brasil, que se definia pela subordinação da produção ao comércio", na verdade, explica as relações não-capitalistas de produção existentes na produção agrícola, privilegiando a circulação em detrimento do próprio pro

cesso de produção agrícola; por exemplo, em nenhum momento o autor se refere ao sistema de uso da terra, às técnicas/instrumentos de trabalho vigentes na produção agrícola, à demografia, elementos que, ao nosso ver são indispensáveis para o estudo das forças produtivas e, portanto, para a compreensão das relações de produção.

Em outras palavras, nos parece, que a interpretação dada por José de Souza Martins não é suficiente para explicar a base singular daquelas relações de produção, que é a "associação" do trabalhador direto livre aos meios de produção, à produção por este de parte de seus meios de subsistência sem a mediação do mercado; característica que diferencia esta forma social de trabalho da capitalista. E neste momento, achamos mais adequado procurar entender estas relações de produção a partir da historicidade do processo de produção agrícola, considerando que as "relações de produção correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais"(5).

O que foi dito acima, levou a nos preocuparmos em estudar as mudanças das relações sociais de produção, o caráter não-capitalista da forma de trabalho pós-escravidão, a partir da historicidade do sistema agrário vigente na economia de exportação; entendendo mesmo que as relações de produção na agricultura seriam um momento de um sistema agrário historicamente definido.

Estas questões nos conduziram a indagar sobre o comportamento do sistema agrário (em Paraíba do Sul) frente à transição do trabalho escravo para o livre, na medida em que através disto poderíamos estudar as articulações entre o nível das forças produtivas e as mudanças do regime de trabalho na lavoura. A partir daí, as nossas preocupações foram redefinidas e passaram a se dirigir para a lógica de funcionamento e reprodução do sistema agrário da economia de exportação, isto é, além da organização social do trabalho agrícola, para o sistema de uso da terra, métodos/instrumentos de produção e a demografia força de trabalho; elementos esses que por sua vez combinados caracterizam a estrutura de produção do

café vigente na região previamente escolhida por nós.

E, deste modo, considerando que Paraíba do Sul vivenciaria o auge e a decadência da produção de um bem primário (café) voltado para o mercado internacional, no período entre 1850 e 1920, e que na base desta produção encontrar-se-ia uma baixa relação trabalho-terra, na abordagem de nosso objeto de estudo, partíamos da noção de economia de exportação de bens primários, apresentada por Hector Perez Brignoli: "A expansão destas economias exportadoras de bens primários se baseou no crescimento da população e na incorporação de áreas vazias". Economia, que segundo este autor, se moveria mediante uma lógica diferente do capitalismo de indústrias , onde a " expansão se baseia na fabricação de diferentes tipos de bens reprodutíveis"(6). E ainda, devido mesmo à natureza de nossas preocupações, por privilegiarmos aos aspectos internos da economia de exportação (sua base agrária), e por optarmos por uma abordagem que privilegia a relação forças produtivas /relações de produção, utilizaríamos igualmente a noção de sistema agrário.

Por sua vez, entendemos por sistema agrário, formas de apropriação e uso do solo, e, status jurídico e social dos trabalhadores rurais(7). Ou em outras palavras, o sistema agrário diria respeito às formas históricas de produção agrária, sendo que em seu interior, as relações de produção corresponderiam a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais.

Definidos o tema, a sua forma de apreensão e a região, formulamos então duas hipóteses de trabalho intimamente ligadas:

1º) Em Paraíba do Sul o sistema agrário da economia de exportação perpassa a crise do trabalho escravo, persistindo em seu definhamento. E isto seria explicado: a) redução das matas virgens e declínio demográfico - configurando assim à crise de um sistema agrário cuja reprodução se faz pela incorporação de mais terras e força de trabalho; b) manutenção do sistema de uso da terra, instrumentos e métodos de trabalho agrícola - o que demonstra a persistência em seu definha

mento do sistema agrário; c) substituição progressiva da agricultura extensiva por uma pecuária igualmente extensiva, onde se fazem presentes elementos (uso extensivo da terra e aplicação reduzida de um trabalho adicional) daquele sistema.

2º) O caráter não-capitalista das relações de produção pós-escravidão na agricultura cafeeira, em Paraíba do Sul, deve-se à persistência (em seu definhamento) do sistema agrário da economia de exportação. E isto é percebido pela manutenção de um sistema de uso da terra que permite a combinação da produção de gêneros de subsistência com o café - o que se traduz numa situação em que o trabalhador direto livre aparece "associado" aos meios de produção, produzindo parte de seus meios de subsistência, enquanto valor de uso. Por sua vez, a articulação dessas relações não-capitalistas de produção respondia às necessidades de funcionamento daquele sistema, ao garantir a manutenção do trabalhador direto a baixos custos de produção.

Sendo assim, no momento da elaboração de nosso projeto de dissertação, tínhamos duas preocupações básicas: com o sistema agrário da economia de exportação e com o regime de trabalho pós-trabalho escravo. Pretendíamos através da caracterização deste sistema e de seu comportamento no tempo, perceber a articulação daquelas relações. Entretanto, na continuidade da pesquisa, a nossa atenção cada vez mais se dirigiria para o sistema agrário, ficando, na prática, em segundo plano o estudo da transição para o trabalho livre. Em outras palavras, o estudo do sistema agrário se tornou para nós cada vez mais importante do que propriamente à organização das formas sociais de trabalho pós-escravidão.

A partir desse momento, procuramos através de uma dada região entender a lógica do sistema agrário da economia de exportação. Deste modo, o estudo da região de Paraíba do Sul tornou-se, para nós, uma forma de dar concretude àquilo que considerávamos como características gerais do funcionamento daquele sistema, forma de produção, cuja existência não se restringia aos estreitos limites de uma região, mas antes fora a base de largas áreas do Brasil. Isto é, mediante a a

preensão da historicidade de uma dada região, procuramos desenvolver uma primeira abordagem dos traços de uma forma de produção historicamente definida.

Nesta medida, expressões como "brutal rotina", frequentemente utilizadas por publicistas do século XIX, para definir a não mudança dos métodos agrícolas presentes no sistema agrário da economia de exportação, passaram para nós a ter um outro sentido. Ao nosso ver, elas indicariam os mecanismos próprios de reprodução daquele sistema, enunciando assim uma racionalidade que lhe era peculiar. Por sua vez, essa "brutal rotina", ou que é o mesmo, a repetição no tempo dos mesmos padrões de comportamento na lavoura, informava sobre a possibilidade de construção de um modelo teórico para aquela forma de produção. Afinal, como afirma Witold Kula: "cada sistema foi criado por pessoas, com seus padrões repetidos de comportamento e reação. Uma vez criado, foi, durante muito tempo, um poder determinante em suas vidas"(8).

Assim sendo, pretendendo apreender alguns dos traços gerais do sistema agrário, exemplificando-os em Paraíba do Sul, nesta fase de trabalho procuramos limitar a nossa investigação ao sistema de uso da terra e instrumentos de trabalho, aos mecanismos de reprodução e às relações de produção presentes naquele sistema. Por sua vez, temos consciência que a abordagem desses elementos consiste apenas de uma primeira aproximação sem maiores pretensões. Ao mesmo tempo, ao eleger aqueles problemas, sabíamos também que estávamos restringindo a nossa pesquisa. Poderíamos aqui enumerar uma série de outros problemas que necessariamente deveriam entrar para a conformação de um sistema, como é o caso do estudo das relações entre o ritmo de reprodução e as variações de mercado internacional, estrutura fundiária, elementos institucionais, etc. Estamos cientes que mesmo a apreensão dos traços de reprodução daquele sistema é limitada, essa tarefa necessitaria que além da produção nos detivéssemos na fase de circulação, retendo assim o ciclo completo da reprodução.

Outrossim, para uma melhor apreensão daquele sistema na região, precisaríamos ter analisado um maior número de documen

tos. Além de inventários e contas de tutela, deveríamos ter nos detido também em livros de notas que informam sobre compras e vendas de terras, registros paroquiais (movimentos populacionais), processos crime, etc. Ao mesmo tempo, seria necessário uma investigação mais sistemática das contas de tutela e inventários. Nesse último, ao invés de 10 em 10 anos, deveríamos ter feito um levantamento de 5 em 5 anos ou mesmo de 2 em 2 anos.

E, finalmente, se hoje fôssemos iniciar a nossa pesquisa a sua delimitação seria outra. Não avançaríamos até 1920, mas sim recuaríamos para antes de 1850, para o período (anos de 1830) em que se verifica a montagem do sistema na região. Procuraríamos também trabalhar com uma outra área, possibilitando assim um estudo comparativo, e com isso tornando mais segura aquela caracterização do sistema.

Por conseguinte, estamos cientes da limitação do presente trabalho. Talvez se tivéssemos tido mais tempo ou um apoio institucional mais efetivo, no tempo da pesquisa, o nosso trabalho pudesse ter uma melhor qualidade. Entretanto, apesar de nossa dissertação conter um pouco de frustação, para nós ela consiste um primeiro passo para um trabalho, que deverá ser continuado numa fase posterior, cujo resultado pretendemos que seja a construção de um modelo teórico.

Na presente fase, para caracterização do sistema, partimos principalmente da noção de frequência de cultivo construída por Ester Boserup[9] e de reprodução extensiva apresentada por Emilio Sereni[10]. A utilização desses conceitos, no texto, não será feita de maneira estanque. Ao nosso ver, a aplicação do conceito de reprodução extensiva não só seria explicada pelas ligações do sistema com o mercado externo, mas também pela frequência de cultivo presente na base daquela forma de produção. Em outras palavras, o entendimento do caráter extensivo (não mudança técnica na lavoura) da reprodução daquele sistema agrário passaria pela presença de um sistema de uso da terra que representava uma pequena inversão de trabalho por alqueire e, onde uma mudança (para um modo de cultivo "menos rudimentar") significaria um aumento do tempo de trabalho. Daí a "rotina" na lavoura.

Outrossim, elaboramos alguns pontos que, ao nosso ver, devem ser levados em conta na construção de um modelo explicativo do sistema agrário da economia de exportação, particularmente, aquele fundado no trabalho escravo:

1 - A baixa relação população - terra, configurando uma pequena densidade demográfica, permite à conformação de um sistema de uso da terra em que as matas substituem o emprego de um trabalho adicional na recuperação das terras. Trata-se de um sistema de uso da terra em que a inversão de trabalho por alqueire é reduzida, e isto traduziria na articulação de uma agricultura (tanto de alimentos como de exportação) desenvolvida por métodos extensivos.

2 - Sistema agrário voltado para o mercado internacional e fundado na extorsão do sobre-trabalho. No interior do processo produtivo da fazenda percebe-se a combinação entre a agricultura de exportação e de alimentos.

3 - A reprodução é feita pela incorporação de mais força de trabalho e mais terras (fronteira móvel). A inversão do sobre - trabalho na lavoura, condicionada pelo sistema de uso da terra, assume um caráter extensivo não gerando uma mudança técnica. As ligações com o mercado internacional imprime um ritmo próprio, quanto à frequência, à reprodução extensiva. A incorporação de mais força de trabalho se faz com relativa autonomia (tráfico de escravos) em relação à demografia local: o que permite a manutenção do ritmo de reprodução extensiva.

4 - A baixa relação trabalho-terra faz com que a extorsão do sobre-trabalho apareça ligada a mecanismos de controle sobre o trabalhador direto.

5 - A presença do sistema de roça na agricultura de alimentos na fazenda, possibilita a "associação" do trabalhador direto aos meios de produção, conferindo às relações de produção um caráter não-capitalista.

6 - Devido ao caráter extensivo da reprodução do sistema agrário, há um frágil equilíbrio entre o tempo de trabalho excedente e o necessário. A magnitude do sobre-trabalho aparece, em parte, condicionada à produção de alimentos desenvolvida no interior da fazenda.

7 - A "crise" do sistema agrário da economia de exportação se explicaria pela "degradação", isto é, gradativa diminuição da sua capacidade reprodutiva, representado pelo fechamento da fronteira agrícola. Em Paraíba do Sul, a redução das matas se combinaria ao fim do tráfico de escravos, ou seja, o forneci - mento de "mais força de trabalho".

Esses pontos serão desenvolvidos no decorrer do trabalho. Nos dois primerios capítulos procuramos caracterizar o sistema, no último, nos detemos no seu definhamento na região.

Uma última observação, na reconstituição do espaço de Paraíba do Sul, nos valemos dos limites da sua organização administrativa, isto é, da área municipal da referida cidade no século XIX. Nesta medida o espaço de Paraíba do Sul, para efeito de nossa pesquisa, será constituído pelas Freguesias de São Pedro e São Paulo, Santo Antonio da Encruzilhada, Sant'Ana de Cebolas e Nossa Senhora da Conceição de Bemposta. A Freguesia de São José do Rio Preto, apesar de meados do século passado fazer parte de Paraíba do Sul, não será por nós estudada,na medida em que no final do século XIX era desligada daquele município, passando a pertencer a Petrópolis.

Referências

1 - José de Souza Martins, O Cativeiro da Terra (São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1979).

2 - Idem, Ibidem, p. 18 e 19.

3 - Idem, Ibidem, p. 13.

4 - A palavra associação aparecerá no texto entre aspas, principalmente, quando nos referimos à "associação" do produtor direto aos meios de produção no regime de trabalho pós-escravidão. Isto porque, não se trata de uma associação igual a do período da escravidão, em que o trabalhador direto não era proprietário de sua força de trabalho, sendo essa e os meios de produção propriedades do fazendeiro. No regime de trabalho pós-escravidão, apesar do trabalhador direto livre, como o escravo, produzir parcialmente os seus gêneros de subsistência sem a mediação do mercado, ele se encontrava duplamente livre não só juridicamente mas como também não detinha a propriedade dos seus meios de produção. A sua "associação" aos meios de produção na elaboração daqueles gêneros se dava no interior da fazenda, ou seja, com a mediação do fazendeiro. Deste modo trata-se de uma "associação" que guarda uma certa particularidade em relação à escravidão.

   A expressão "associação" aos meios de produção, no nosso caso, refere-se principalmente ao fato do trabalhador direto não receber um salário com o qual fosse ao mercado retirar a totalidade de seus meios de subsistência.

5 - Karl Marx, Contribuição para a Crítica da Economia Política, 4º ed. (Lisboa: Editorial Estampa, 1975)p.28.

6 - Hector Perez Brignoli, Economia Política del Café em Costa Rica 1850-1950, nº 5 (San José: Centro de Investigaciones Históricas/Universidade de Costa Rica, 1981) p. 2.

7 - Ciro Flamarion S. Cardoso, Agricultura, Escravidão e Capitalismo (Petrópolis: Vozes, 1979)p. 16.

8 - Witold Kula, "Da tipologia dos Sistemas Econômicos", in: Jacqueline Fourastie et. al. Economia, 3º ed.(Rio de Janeiro: FGV, 1981) p. 121.

9 - Ester Boserup, Las Condiciones del Desarrollo en la Agricultura (Madrid: Editorial Tecnos, 1967).

10 - Emilio Sereni, "Los Problemas Teoricos y Metodologicos"in: Emilio Sereni, Agricultura y Desarrollo del Capitalismo (Madrid: Alberto Corazon Ed. 1974).

1. SISTEMA DE USO DA TERRA E INSTRUMENTOS DE TRABALHO

Encravada no vale do Paraíba, a meio caminho entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro e cortada pelo rio que lhe dá o nome, Paraíba do Sul tem a sua topografia marcada por um relevo de pequenas elevações. Essas ondulações, comumente denominadas de "mar de colinas" ou meias-laranjas", se estendem paralelamente ao eixo geral sudoeste-nordeste da serra do Mar e do rio Paraíba.(1) Van Delden Laerne, percorrendo o vale na segunda metade do século passado, observa que em decorrência da decomposição causada pelo calor tropical, pela humidade e pelos ácidos de origem vegetal, a superfície do terreno das colinas arredondadas da regíão tinha geralmente aspecto avermelhado. A cor do solo, ao lado da sua altitude seria um dos critérios utilizados pelos futuros fazendeiros de café para a apreensão da qualidade das terras.(2)

Segundo a prática agrícola desenvolvida no decorrer do século XIX, seriam estas meias-laranjas os melhores locais para a plantação do café. Em meados do século passado, Tschudi, afirmava que "assim como para as vinhas, prefere-se também para o café os terrenos ondulados (...) a experiência feita em todo o Brasil comprovou que o café crescido em terras onduladas e secas é o melhor".(3) O Barão de Paty de Alferes (fazendeiro no município vizinho de Vassouras), em sua memória sobre a fundação e custeio de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro (1860), considerava que as cabeças de morros, além de fornecerem "madeiras de primeira qualidade para construção, produzem muito café e mandioca, e depois de mais safadas também dão excelente feijão e milho".(4)

Quanto à fertilidade dos solos, as margas argilosas e as gredas arenosas do vale permitiriam, nos primeiros tempos, a produção de cafezais florescentes, contudo, a sua fertilidade seria efêmera.(5) Van Delden Laerne, anota que a mata virgem frequentemente tinha pouca matéria orgânica, a espessura do humus era pequena. Característico dos solos porosos e arenosos, as terras do vale não retinham em sua superfície as substâncias orgânicas que em consequência eram dissolvidas nas águas.(6)

Em estudos recentes observou-se que aqueles solos (lateríticos), apesar de certa fertilidade, são "sujeitos a se esgotarem rapidamente pela perda de seus elementos constitutivos essenciais, tais como a matéria orgânica"(7). Por conseguinte, após um certo período de cultura, as terras da região do Rio, tornavam-se impróprias à continuidade dos trabalhos agrícolas.(8).

No que diz respeito ao clima do vale do Paraíba, este é, a grosso modo, moderado o ano todo. Os meses de inverno são secos com noites relativamente frias, sendo comuns as neblinas matinais que se elevam dos cursos d'água e se dissolvem quando o sol esquenta a terra. Os meses de verão trazem chuvas pesadas; a queda pluviométrica varia entre 100 a 150 centímetros anuais, assumindo frequentemente a forma de aguaceiros torrenciais; no resto do ano, as chuvas são escassas.(9) Os trabalhos agrícolas como a plantação de gêneros de subsistência, queimadas, capinas e colheitas do café, que eram organizados segundo os padrões climáticos da região, no final do século XIX, seriam perturbados pela mudança desses últimos. A forma pela qual eram realizados aqueles trabalhos levaria à alteração das estações, da distribuição das chuvas durante o ano, e com isso modificaria o próprio ritmo da produção agrícola.

No início do século XIX, a bacia do rio Paraíba era quase toda constituida por florestas virgens. São frequentes as referências de viajantes e botânicos, que penetravam o interior do Rio de Janeiro, à presença de matas virgens e à pequena densidade demográfica. José Saldanha da Gama, por exemplo, em seus estudos sobre os vegetais seculares do Rio de Janeiro descrevendo os bosques virgens de Paraíba do Sul, anota a presença de diferentes árvores e se refere à existência de grandes raízes contorcidas que se estendiam de 12 a 40 metros pelas encostas.(10) Tschudi, ainda em 1860, fala das dificuldades para o botânico na identificação e classificação das diversas árvores existentes na floresta do Rio de Janeiro. "Mesmo o mais avisado dos botânicos jamais poderá obter resultados satisfatórios em excursões pela floresta (...) grande número de vezes não é possível conseguir-se folhas ou flores das mesmas derrubadas a tiros. Abater a árvore seria outra tentativa sem

resultado, pois a densa selva, composta de vegetais de inúmeras espécies (...) tornaria impossível a tarefa"[11].

Saint-Hilaire, percorrendo em princípios dos anos de 1820 o "caminho do comércio ou mais vulgarmente o caminho novo ou estrada nova", via que ligava o Rio de Janeiro a Minas Gerais, por diversas vezes se refere à frequência de matas virgens e do terreno ondulado como sendo a característica da paisagem pela qual passava aquela estrada[12]. Criada no século XVII, o "caminho novo" vinha substituir o "caminho velho" (parcialmente marítimo e passando por São Paulo) na ligação entre a cidade do Rio de Janeiro e as lavras mineiras. Em função dessa estrada surgiriam os primeiros núcleos populacionais em Paraíba do Sul.

Apesar de se encontrar nas bordas de uma importante via de comunicação, em primórdios do século passado, o Curato de Paraíba do Sul apresentava uma fraca densidade demográfica, ademais como toda a região circunvizinha. Em suas viagens a Minas Gerais, Saint-Hilaire, somente de vez por outra anota a presença de ranchos, locais em que se detinham as tropas de mulas para descansar e alimentar tropeiros e animais[13].Luccok, ao viajar para Minas em 1817, escreve sobre o contraste entre o intenso tráfego da estrada e a fragilidade dos lugarejos que a margeiam. Nenhuma igreja até o Paraíba indica a germinação de um arraial, nos informa o viajante inglês, mesmo o Registro na travessia do Paraíba, se constitue apenas de um rancho e alguns casebres de palha[14].

Uma das poucas referências sobre a população da região, em princípios do século XIX, nos é dada por Pizarro. "A jurisdição paroquial (Freguesia de São Pedro e São Paulo da Paraíba) compreende, na distância de pouco mais de 7 léguas (5 léguas ao norte e 2 ao sul), três fazendas únicas, da Várzea, da Paraíba e de Paraúna (...). À proporção dos limites extensos, e quase desertos (principalmente as cinco léguas que correm do lugar da Freguesia ao Paraúna) onde o número de fogos não excedia a 60, e o total das pessoas adultas, que não passava muito de 500 (segundo o rol do Pároco)"[15]. Tempos depois, Millet de Saint-Adolphe ao se reportar à vila da Paraíba do Sul (a

localidade fora elevada a essa categoria pelo decreto de 15/1/1833), afirma que: "O distrito d'esta nova Villa encerra as freguesias de Cebolas, de São José do Rio Preto, a igreja filial da Apparecida, e a própria freguesia da Villa, em cujo termo se acha a povoação de Matozinhos (...). A população deste districto não corresponde à sua extensão (...). Todos, à excepção dos da Villa se acham derramadas, e a grandes distâncias uns dos outros"(16).

Na época em que Pizarro escrevera, a agricultura da localidade se resumia à cultura da mandioca, do milho e de alguns legumes "para sustento de seus habitantes, e comércio com os viadantes da Estrada Geral". E "além do café, cuja a plantação felizmente tem propagado, nada mais exportam os fazendeiros". Segundo ainda Pizarro, "nenhuma fábrica de açúcar, aguardente, ou de louça se acha no districto".(17)

Mais ou menos cinquenta anos depois de Pizarro, Castelnau , no final da primeira metade do século XIX, escrevia o seguinte sobre a região. A cidade de Paraíba do Sul"possui uma centena de casa, todas de um só andar", o que atesta o pequeno desenvolvimento do núcleo urbano. E isso é confirmado pela inexistência de referências à atividades artesanais que na região tivesse expressão. Continuava não existindo "Fábricas de Louça" e era "pouco importante o comércio da cidade; seria sem dúvida nulo, se a sua posição não a tornasse ponto de descanso quase necessário às caravanas que passam pela estrada de Minas".

Entretanto se as atividades não agrícolas da região se encontravam em situação semelhante da época de Pizarro, o mesmo não pode ser para a agricultura. "Há nos arredores muito belas plantações de café, cana-de-açúcar e de milho"(18). Já nesta época o sistema agrário da economia de exportação imprimia uma nova fisionomia aos campos de Paraíba do Sul. As matas estavam sendo substituidas pelas fazendas de café.

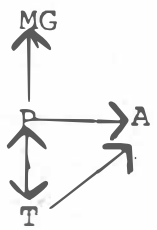
1.1. A Agricultura de Alimentos

A baixa densidade demográfica, a disponibilidade de matas virgens, permitiria a configuração de uma agricultura fundada em um sistema de exploração do solo extensivo, em que os

principais fatores de produção consistiriam na mão de obra e terra, ficando em segundo plano as técnicas e instrumentos de trabalho. Em outras palavras, a baixa relação homem-terra influenciaria a forma de produção agrícola desenvolvida no vale do Paraíba.

Segundo Slicher Van Bath[19] existe uma relação entre a terra de trabalho (área), a intensidade da utilização do solo (técnica agrícola) e o volume da população; a capacidade de produção e reprodução da vida material na agricultura dependeria da intensidade daquelas relações. Isto pode ser representado pela figura abaixo, na qual é retratada uma agricultura rudimentar.

FIGURA Nº 1



MG - Meio Geográfico
P - População
A - Área do Solo Cultivado
T- Técnicas e Conhecimentos Agrícolas

Fonte: Slicher Von Bath, História Agrária de Europa Ocidental (Barcelona: Ediciones Península, 1978) p.16.

Na agricultura européia, antes das melhorias introduzidas nos séculos XVIII e XIX, a capacidade produtiva da empresa agrícola estava condicionada pela superfície da terra de cultivo, número de animais necessários para os trabalhos nos campos (transporte e adubo) e superfície dos pastos. No período de que estamos tratando, as técnicas permaneceriam mais ou menos constantes.[20]

Desenvolvido no decorrer dos séculos XI e XIII, o sistema trienal de rotação de terras, sistema que dominaria a paisagem agrária da Europa até mais ou menos os séculos XVIII

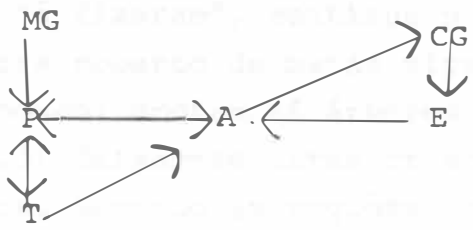
e XIX, implicava em deixar um terço da terra em pousio cada ano, tempo este que, por si só, era insuficiente para a recuperação da produtividade da terra. Nessa medida, durante aquele período, a intensidade do cultivo estava diretamente condicionada à capacidade de adubação, isto é, na dependência do número de gado presente na empresa agrícola, cujo estrume ajudava na recuperação da fertilidade do solo.(21). Para Duby, "a interdependência entre as atividades de cultivo e pastoreio é a chave do sistema agrícola tradicional da Europa"(22).

Nesse sistema agrícola, a vulnerabilidade da unidade agrícola é revelada pela baixa proporção semente-colheita (1- 3 ou 1-4) na produção de cereais (trigo e centeio)(23). Nestas condições, apesar da falta de adubo animal manter a tradição do pousio(24), o que conferia a esta agricultura um caráter extensivo, não se podia descuidar da força de tiro, sem atentar contra a produção. Isto porque a força de tiro era ao mesmo tempo força de fertilização da terra.

Outrossim, nesta forma de agricultura, a extensão de cultivos frente à pressão demográfica e à falta de adubos, fora feita pela incorporação de mais trabalho à terra. Em outras palavras, para recuperar mais depressa as terras, o camponês europeu, com o arado puxado pelo boi ou cavalo, se dedicaria mais aos trabalhos de revolvimento dos solos. Duby nos informa que a generalização do sistema trienal com a extensão dos cultivos de cereais na Europa dos séculos XI e XII se fizera "a custa da força de trabalho, do suor humano"(25).

Por conseguinte, na agricultura européia pré-segunda revolução agrícola, para o bom funcionamento das empresas agrícolas, devia haver uma relação ótima entre as dimensões dessas, o número de seus membros e a quantidade da força de tiro. Isto nos permite reproduzir um outro esquema de Slicher Van Bath em que se leva em conta o contingente de gado e estrume no estabelecimento das dimensões da área cultivada; por sua vez, esta área influia no número do gado, na medida em que esse dependia do excedente de produtos agrícolas (sustento do gado no inverno).

FIGURA Nº 2



MG - Meio Geográfico
P - População
A- Área Cultivada
T - Técnicas e Conhecimentos Agrícolas
CG - Contingente de Gado
E - Estrume

Slicher Van Both, op.cit. p. 21

Segundo as descrições feitas por viajantes europeus sobre a agricultura de alimentos empreendida na primeira metade do século XIX no Brasil, não nos parece que na interdependência entre a atividade de cultivo e pastoreio residia a "chave" do sistema agrícola então dominante.

John Luccok, em 1817, no caminho para Minas Gerais, observa que, com o intuito de preparar as terras para uma lavoura de milho, "deitam o mato abaixo, deixando de pé apenas as árvores grandes a que ateiam fogo ali mesmo, servindo as cinzas como adubo. Escavam-se então buracos, sem qualquer preparativo de arado ou outra maneira de revolver o solo, a dezoito polegadas de afastamento uns dos outros, colocando-se três grãos em cada qual e em seguida cobrindo-os e deixando-os expostos à influência do sol e das chuvas (...). A fazenda é sempre arrumada de modo a que o mesmo talhão volte a ser cultivado uma vez cada sete anos, permanecendo assim seis sem lavra"(26).

Saint-Hilaire, ao se referir ao sistema de agricultura brasileiro afirma que este é "baseado na destruição das florestas, e onde não há matas não existe lavoura. (...) Quando se faz a escolha de um terreno, não é ele revolvido, contenta- se em cortar, em altura conveniente, as árvores que o cobrem(...) quando passa a estação das chuvas se abatem as porções de ma-

tas que se desejam cultivar; dá-se aos galhos tempo para secar e ateia-se fogo antes que as chuvas recomecem".(27)

"Quando já fizeram", continua o autor, "duas colheitas em um solo outrora coberto de matas virgens, deixa-se o terreno repousar um pouco; brotam aí árvores muito mais delgadas que as primeiras (...) deixam-se estas crescerem durante cinco, seis ou sete anos, segundo as regiões; cortam-se novamente, queimam-se em seguida, e faz-se a plantação nas cinzas. Depois de uma única colheita, deixa-se a terra repousar novamente; novas árvores aí tornam a crescer, e se continua da mesma maneira até que o solo fique inteiramente esgotado" (28). E quando isto ocorre após "sete ou oito colheitas em um mesmo campo, e às vezes menos ele* [agricultor] o abandona, e queima outras matas, que em breve têm a mesma sorte".(29)

Pelos trechos acima, percebe-se que o processo de produção na agricultura de alimentos (milho, feijão e mandioca) se fundamentava num sistema de uso da terra em que a presença e a disponibilidade das matas substituem a aplicação de um trabalho adicional na refertilização dos solos. A frágil densidade demográfica frente à extensão territorial permitia que periodicamente a terra, que antes tinha sido utilizada na plantação dos alimentos, ficasse durante um período de sete a oito anos em pousio, tempo em que se revertia em vegetação secundária, para a recuperação de sua fertilidade. E deste modo não se necessitava, desde que se mantivesse constante a relação demografia-terra, recorrer a outras técnicas de recuperação da terra, como a aplicação de adubos, que correspondem a um trabalho adicional.

Nesta forma de agricultura, o preparo da terra é feito mediante uma pequena inversão de trabalho, que se resumia na derrubada e queimada das matas, cabendo às cinzas o "trabalho" de fertilização. Segundo Ester Boserup, "as cinzas deixam,mediante a combustão da vegetação natural, suficientes princípios nutritivos na terra para garantir altas colheitas"(30). Conforme dados fornecidos por Saint-Hilaire, o feijão plantado em terras de boa qualidade, dá quarenta por grão semeado; o milho, em solo ingrato, não dá mais que oitenta; em terras

* As palavras entre barras ([ ]) foram por nós incorporadas ao texto original.

boas, contudo, pode chegar até quatrocentos por um, sendo a média em terrenos regulares, de duzentos por um [31]. Nota-se, portanto, que a produtividade por hectare nesta forma de agricultura de alimentos é superior àquela européia antes vista.

QUADRO Nº 1

Agricultura de Alimentos no Vale do Paraíba
- século XIX e na Europa (Sistema Trienal de Rotação de Terras) -

	Recuperação e fertilização dos solos	Preparação dos solos	Instrumentos de Trabalho Principais	Uso de animais	Gêneros e Rendimentos por grão.
Agricultura de Alimentos no Vale do Paraíba - século XIX.	Pousio (7 a 8 anos) Cinzas de Vegetação.	Queimadas, Derrubadas, Trabalhos c/ enxadas.	Enxadas, Machados, Cavadeiras.	Transporte	Milho 1/50 Feijão1/10 *: em terras de pior qualidade.
Agricultura de Alimentos na Europa - Sistema Trienal	Pousio Anual (1/3 das terras) Adubo Animal	Revolvimento dos solos c/ o arado.	Arado	Trabalho nos campos, Transporte, Fornecimento de Adubos	Trigo } 1/3 ou Cevada } 1/4

Fontes:

1) Auguste de Saint-Hilaire, Viagens pelas Províncias do Rio de Janeiro a Minas Gerais, op.cit. p. 90.
2) John Luccok, Notas sobre o Rio de Janeiro em partes meridionais do Brasil, op. cit. p. 255.
3) Inventários - Cartório do 1º Ofício de Notas - Paraíba do Sul.
4) Georges Duby, Guerreiros e Camponeses, op.cit.p.208-210.
5) Slicher Van Bath, História Agrária da Europa Ocidental,op.cit.p.30.

Quanto ao instrumental de trabalho este correspondia ao sistema de uso da terra em vigor, consistindo basicamente na enxada, foice, machado e cavadeira (ver quadro Anexo nº I). Partindo do pressuposto que o instrumental agrícola está vinculado a um dado sistema de cultivo, Ester Boserup, demonstra que o sistema de uso da terra, cujas técnicas estão ligadas à derrubada e queimada das matas, sendo a sementeira e plantação realizadas diretamente nas cinzas, o emprego do arado torna-se difícil[32]. Isto é, o emprego do arado e de animais exige um terreno permanentemente limpo de obstáculos, o que é difícil num tipo de agricultura cuja semeadura se faz em terras de derrubadas, enegrecidas pelo fogo, cobertas de troncos e galhos queimados, cheia de raízes[33]. Nessas condições, o instrumento mais adequado era a enxada[34]. Um mês após a semeadura, seja do milho ou feijão, executavam-se os trabalhos de remoção das ervas daninhas empregando-se mais uma vez a cavadeira ou a enxada[35].

Por outro lado, este modo de uso da terra, gerava uma "separação" da agricultura da pecuária, o que contribuia para impedir o emprego do adubo animal na primeira. Em outras palavras, o baixo nível das forças produtivas presente nesta forma de produção dá origem, de um lado, a uma agricultura extensiva e, de outro, a uma pecuária igualmente extensiva, Na agricultura extensiva o uso do solo não tendo em contrapartida métodos de sua refertilização, após um certo período transforma a composição orgânica da terra dando origem a um tipo de vegetação rasteira, a um solo imprestável para uma agricultura "primitiva", mas que pode consistir na base de uma pecuária extensiva[36]; esta vegetação pode vir a ser alimentação do gado.

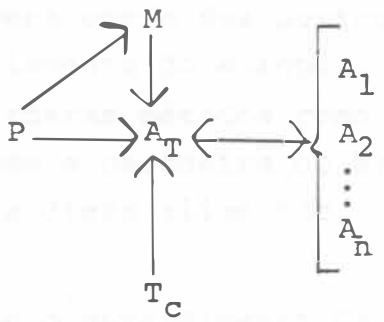
Através do quadro Anexo nº I, em que são retratadas pequenas explorações agrícolas de café e alimentos, observa-se a pequena quantidade de bovinos e equinos, sendo mais frequente o suino. O que demonstra que nestas a criação de animais consistia mais num suplemento da dieta alimentar ou como meio de transporte do que um "instrumento" a ser utilizado diretamente na lavoura, seja como força de tração nos trabalhos cul-

turais (não há a presença de arados entre os instrumentos de trabalho) ou como fornecedor de adubo.

Do que foi dito acima depreende-se que ao contrário da empresa agrícola européia a que fizemos referência, a capacidade de produção (e reprodução) da exploração agrícola ligada à produção de alimentos do vale do Paraíba não estava condicionada ao número de cabeças de gado, mas antes à extensão das matas virgens. Como nos informou Luccok, a organização da unidade de produção em que se realizava a lavoura de alimentos era feita de modo a permitir a rotação entre as terras em culturas e as matas, ou melhor, de modo a possibilitar o pousio das terras que se encontravam antes em lavouras e a derrubada para a plantação de novas culturas em áreas (da mesma dimensão que a primeira) que antes estavam em pousio ou em matas virgens. Por conseguinte, a extensão da empresa agrícola devia ser tal que permitisse aquela rotação de terras, levando-se em conta o período de pousio, e com isso garantir a reprodução do processo de produção.

Deste modo a relação optima a que Slicher Van Bath se reporta para a agricultura européia, entre a área em culturas o número de membros da empresa e quantidade do gado/capacidade de adubação, no nosso caso, o papel do gado é em parte substituido pelas matas, sua disponibilidade (frente a densidade demográfica) substitui os métodos de refertilização da terra.Por tanto, estamos perante um sistema de uso da terra, em que as matas não consistem em terras incultas, mas antes fazem parte como demonstra Ester Boseup[37], do processo de produção, de sua repetição no tempo. E o esquema que poderíamos construir para tal forma de produção, seria um em que além das técnicas, população e área cultivada, leva-se em consideração o quantum de matas virgens.

FIGURA Nº 3



M - Matas
A_T - Área de empresa (em culturas e Pousio)
A_1, A_2, A_n - Áreas em cultivo anual
P - População
T_c - Técnicas

Na figura acima, há uma baixa relação entre população e terras de modo a permitir a rotação de terras, e nestas condições as técnicas se mantém constantes. A área da empresa está condicionada pelo número de membros da empresa, sendo que se deve levar em consideração o tempo de pousio. Este último elemento permite a elaboração da seguinte fórmula: $A_t = A_1 \times X$ (período de pousio) + A_1 [38]. Em nossa figura o tempo de pousio é substituido pelas áreas A_1, A_2, A_n, que são periodicamente cultivadas, tendo portanto a mesma dimensão, na rotação de terras; A_n, equivale ao período de pousio.

Nas condições dessa forma de produção, portanto, a fronteira móvel, a disponibilidade de matas é um dado essencial na sua reprodução. Duby, afirma que o camponês europeu da Idade Média, devido ao carácter extensivo de seu sistema agrário (falta de adubos) era necessariamente um pioneiro habitual [39]. Em nosso caso, nos parece ainda mais correto esta afirmação. Contudo, não tanto pela falta de adubos, mas antes pela presença de matas. Saint-Hilaire, considera que a destruição das matas não era a única consequência do sistema de agricultura adotado no Brasil, a outra seria o abandono de povoações, "a imigração em massa para as fronteiras".

Pelo que dissemos, podemos inferir que o sistema de cultivo da agricultura de alimentos que dominou o Brasil e particularmente no Rio de Janeiro, durante o século XIX, está mais próximo do indígena com a sua agricultura itinerante de coivara, do que propriamente do europeu. Da agricultura indígena não apenas se herdaram métodos como a queimada e instrumentos de trabalho como a cavadeira ou bastão de plantar, mas também os elementos da dieta alimentar, como o milho, o feijão e a mandioca[40].

Parece-nos que o entendimento da configuração daquele sistema de uso da terra e das técnicas a ele correspondente deve ser procurada na baixa relação homem - terra[41] e, por outro lado, no fato de que este sistema permitia um pequeno dispêndio de tempo de trabalho por hectare. Em outras palavras, como afirma Ester Boserup, "é muito mais penoso cavar e remover um hectare que aclarar superficialmente a mesma quantidade de terra com machado e o fogo"[42]. Trata-se de um modo de uso da terra, em que a inversão de trabalho por hectare é inferior a de um sistema de uso da terra que pressupõe o uso do arado e a aplicação de um trabalho adicional na recuperação da terra, como por exemplo, o emprego do adubo animal. Não se pode esquecer que o trabalho com o arado, além de significar em si uma tarefa árdua, deve-se cuidar dos animais utilizados como força de tração e, ainda, gastar uma grande quantidade de tempo em coletar o estrume, preparo "compost" e distribuí-lo cuidadosamente pelos terrenos[43]. Por outro lado, a eliminação do pousio e a plantação das forrageiras (permitindo uma maior unidade entre agricultura-pecuária), características do sistema de uso da terra egresso da segunda revolução agrícola na Europa (séculos XVIII e XIX) representaram, ao mesmo tempo, um aumento do dispêndio de trabalho por hectare.

Talvez seja o que escrevemos acima que explique a surpresa de Saint-Hilaire, ao constatar que apesar da agricultura em Portugal e de outras partes da Europa, no início do século XIX, "nunca tenha sido tão florescente (...) os homens [europeus e seus descendentes] nunca tiravam proveito, sequer, dos fracos conhecimentos que possuiam"[44]. Não nos

parece que estes "homens" ao atravessarem o Atlântico tenham sido acometidos de uma amnésia permanente. O fato dos "primeiros habitantes do Brasil" assim como seus atuais descendentes, não sentirem a necessidade de "conservar a sua terra", através da aplicação de adubos, deve-se à própria disponibilidade de terras, à possibilidade de através de uma pequena inversão de trabalho, naquele tipo de agricultura, conseguirem altas colheitas.

1.2. A Agricultura do Café

Retendo-nos agora na agricultura de exportação do café percebe-se que a nível das forças produtivas, ou melhor, das técnicas de produção, a lavoura de exportação é uma lavoura de alimentos alargada ou, mais precisamente, voltada para extorsão do sobre-trabalho. Em outras palavras, observa-se em ambas as mesmas técnicas de preparo do solo, os mesmos instrumentos de trabalho e um sistema de uso da terra semelhante.

Pelo censo de 1840[45], período em que o café já começava a dominar a paisagem rural da região, a densidade demográfica em Paraíba do Sul era de mais ou menos 9 habitantes por kilômetro quadrado[46]. Esta baixa relação homem-terra permitiria a persistência dos métodos de trabalho da agricultura de alimentos na lavoura do café e, de um sistema de uso da terra em que as matas substituem a aplicação de um trabalho adicional para a recuperação dos solos. Sendo que, pelo fato do café (ao contrário da agricultura de alimentos) ser uma cultura permanente, podendo ter uma vida produtiva de mais ou menos 25 anos, a existência e disponibilidade das matas ocupavam o lugar de um longo período de pousio.

Considerando que, como nos informa Waibel, a "capoeira é a melhor prova da rotação de terras"[47], isto é, de um sistema de uso da terra em que as matas ocupam o lugar da adubação, verificamos que no Registro de Terras de 1856 e 1857 realizado em Paraíba do Sul (naquelas declarações mais completas) ao lado das plantações e matas aparecem as capoeiras[48]. Como é o caso da declaração de Antônia Joaquina de Natividade[49], feita em São Pedro e São Paulo, cujas terras correspon

diam a 50 alqueires de planta de milho, sendo distribuidas em plantações, matas virgens e capoeiras. Vinte e quatro anos depois, em 1880, ano em que começamos a encontrar nos inventários informações mais precisas sobre a distribuição das terras das fazendas de café, observamos a mesma distribuição de terras acima referida, isto é, plantações, matas virgens e capoeiras (ver quadro Anexo II). Nesta medida, percebe-se, no tempo, a persistência do modo de cultivo antes encontrado na lavoura de alimentos.

Por sua vez, Tschudi, por volta de 1860, ao falar sobre o uso da terra na cultura do café do Rio de Janeiro afirma que, os fazendeiros da região consideravam que uma "capoeira onde já existiu um cafezal, não se usa mais para o mesmo fim, pois a terra já não dá tão bons resultados como o terreno virgem"(50). Por outro lado, são frequentes referências como a do Barão de Rio Bonito que considerava que, "para se produzir o café com vantagem é necessário plantá-lo em terra virgem"(51); o que é o mesmo que dizer da não existência de um período de pousio. Podemos igualmente apreender o sistema de cultivo do café através das críticas que a partir de meados do século XIX começam a ser feitas contra ele,por publicistas:

> "A proporção que terrenos descortinados e plantados se iam esgotando ou provando serem seccas as terras, administradores e fazendeiros, que só miravam o materialíssimo lucro do momento, iam sem dó nem consciência derrubando novas matas em demanda de terras novas. A única razão que davam era: - que as terras eram de sua propriedade, e que podiam dellas dispôr a seu prazer".
>
> E "descobertas das mattas primitivas (...) essas superfícies, apresentam uma crosta endurecida (...)onde o sapê e outros vegetaes seccos e agrestes se prazem.
>
> Esses indícios depreciando as terras fazem morrer nos donos a esperança de bom resultado, e ei-los em demanda de novas paragens para derrubar matto, queimá-lo, plantá-lo".
>
> (Luiz Correia de Azevedo - Da Cultura do Café, 1877)(52)

O mesmo pode ser percebido na passagem do discurso de um conferencista (F. Belisário) na "Exposição do Café" de 1882 isto é, já no período de crise daquela produção no Rio de Janeiro. Antes "de chegar à agricultura intensiva, isto é, ao emprego dos estrumes, há ainda uma passagem intermediária, que é o pouzio das terras, o descanso; mas em nosso paiz isto mesmo já é difficil"(53). A não utilização do período de pousio nos leva a pensar no que Marx escreve sobre a renda diferencial I, que diz respeito à diferença de fertilidade e localização dos solos(54). Nas condições técnicas deste sistema de uso da terra, as terras virgens implicavam um maior volume de produção por hectare do que aquelas que já tinham sido utilizadas e onde, portanto, a plantação era feita em derrubadas de capoeiras; a não inversão de um trabalho adicional na recuperação das terras, deslocava a capacidade produtiva dessa para a sua fertilidade natural.

Das passagens acima podemos, igualmente, deduzir a não utilização do gado como fornecedor de adubos para a agricultura do café. O Barão de Paty de Alferes, colocava como um dos defeitos dos lavradores, a "superabundância do gado solto" nas fazendas. Segundo esse fazendeiro o número de gado presente na fazenda devia ser o "indispensavelmente necessário para o custeo"(55). Em outra parte da mesma Memória, "Da Boiada",não há em nenhum momento referência ao uso de estrumes na recuperação das terras de cultivo(56). A ênfase na necessidade de limitar a quantidade de gado das fazendas, implica que estes apenas eram vistos como animal de tiro,e não como força de refertilização das terras através do estrume, Por conseguinte, observa-se que o aumento da capacidade produtiva das fazendas,no que diz respeito à produção por hectare, não estava ligado ao número de cabeças de gado. Em um artigo escrito no "Jornal do Agricultor" (1880), o autor escreve que "desprezando-se os conselhos da Sciencia, limitam-se os lavradores a seguirem a rotina, julgando inútil os estrumes que augmentariam a quantidade e a qualidade dos produtos, desenvolvendo-lhes as culturas"(57).

Por outro lado, através da discriminação do tipo de ta

refa a que estava ligado o gado (quadro Anexo nº II), notamos que este se encontrava vinculado principalmente ao transporte, não sendo assim usado nos trabalhos do campo, o que vem confirmar o não uso do arado ou de equipamentos semelhantes. Deste modo a "associação" da agricultura com a pecuária não passava pela adubação dos campos e nem como força de tração de instrumentos de trabalho agrícolas, mas principalmente enquanto força de tiro e ligado à reprodução da vida material dos membros da fazenda (suplemento à dieta alimentar).

Quanto ao preparo das terras para o cultivo de café nota-se, a grosso modo, os mesmos procedimentos que na agricultura de alimentos. Através das informações prestadas por diversas Câmaras Municipais, inclusive Paraíba do Sul, ao Presidente da Província em 1856, constata-se que não é feita uma diferenciação entre os métodos para preparar um "terreno virgem" seja para o café ou para o milho e feijão. Em ambas, este método consistia na derrubada, queimada, roçada e abertura de covas.(58). No que diz respeito aos tratos culturais do café, esses eram feitos mediante três capinas anuais, com a ajuda principalmente da enxada.

Por sua vez, a semelhança entre as técnicas de trabalho adotadas na cultura de alimentos e na de café, nos indica um mesmo instrumental de trabalho. Esses consistiam principalmente na foice grande, foicinha, enxada, machado e cavadeira. A presença desses instrumentos de trabalho nas grandes fazendas de café (mais de 100 mil pés de café) pode ser visto em inventários. Como no de Domingos Teixeira Alves (1850)(59), proprietário da Fazenda Bom Retiro, que possuia 107.00 pés de café e 69 escravos, sendo discriminadas 55 enxadas e 7 machados. Em outro inventário (1870), esse de Magdalena Maria Pereira(60), cuja fazenda ultrapassava a área de 268,5 alqueires de terras, encontramos 77 enxadas, 27 foices, 14 machados de derrubada e 6 machados de falquejo, isto ao lado de 225.500 pés de café e 85 escravos. No inventário de Francisco Gomes de Aguiar (1880)(61), são apresentadas 41 peneiras de café, 18 cavadeiras, 10 machados e 12 foices; esta fazenda possuia 75 alqueires de terras, 159.000 pés de café e 81 escravos.

O Barão de Paty de Alferes, em sua Memória, liga o tipo de enxada, quanto as dimensões e seu material à produtividade do trabalho, ou melhor, à economia do tempo nos trabalhos de campo. Aquelas enxadas "calçadas de aço com dez pollegadas portuguesas embaixo, oito da parte do alto (...) fazem dobrado effeito que as outras, já raspando as terras nas campinas leves, já cortando as raízes nos capinzaes maiores, já nas facturas de caminho". Percebe-se, portanto, que dentro dos parâmetros técnicos deste sistema agrário há a preocupação em diminuir o tempo de trabalho.

Outrossim, é na escolha dos terrenos para a plantação do café que se percebe melhor o nível técnico, ou mais precisamente, o conhecimento técnico, nesta forma de agricultura. Segundo um fazendeiro do Vale."As terras apreciam-se avistando-se suas florestas ao longe, principalmente nos mezes da primavera, em que a florescência facilita a classificação dos vegetaes[62]. E entrando-se "pelas matas, à primeira vista de olhos conhece-se pela madeira a qualidade das terras, se boa média ou má"[63] Uma outra forma de conhecer a qualidade do solo é descrita por um liberto da cidade de Vassouras que trabalhou na derrubada das matas virgens: "quando o tornozelo e a metade da barriga da perna afincam no humo, debaixo de uma árvore, o solo é bom"[64]. Escolhido o terreno e cortadas as árvores que se prestassem para construções, "no quarto minguante dos meses sem R, quando as velas se enchiam de neblina (...) antes da alvorada (...) a derrubada começava"[65]. A falta de conhecimentos mais técnicos, ou melhor, os conhecimentos técnicos fundados quase que exclusivamente na experiência empírica, levaria a Van Delden Laerne, em 1883, a concluir que a forma de agricultura no Brasil é feita "sans aucun art et basée presqu'exclusivement sur la pratique de l'expérience locale"[66].

Parece-nos que a explicação para a persistência do modo de cultivo da terra, das técnicas de trabalho da lavoura de alimentos na agricultura de exportação do café, deve ser procurada no fato destes métodos possibilitarem a execução do processo de trabalho agrícola mediante um pequeno dispêndio de trabalho. Isto é, a não utilização de um trabalho adicional

na recuperação das terras, as matas deslocando a aplicação de adubos, implicava na execução do processo de produção do café (Lavoura) mediante um pequeno tempo de trabalho. Aquele conjunto de técnicas permitia a produção de um "sobre-trabalho em larga escala". O que era poupado em termos de tempo de trabalho por alqueire se ganhava na possibilidade de se trabalhar extensivamente "vários" alqueires. Isso, em tese, não seria possível caso os métodos de trabalho, o modo de cultivo da terra, requeressem um grande dispêndio por alqueire cultivado.

Contudo, aquelas semelhanças entre a lavoura de alimentos e a de exportação devem ser postas dentro de certos parâmetros. E não se trata apenas de uma diferença quantitativa entre ambas. O fato é que a agricultura do café se assentava na extorsão do sobre-trabalho, o mesmo não ocorrendo necessariamente com a lavoura de alimentos, particularmente, com aquela instalada nas redondezas do "caminho novo" voltada para a subsistência e venda de excedentes para as tropas. Se afirmamos que a lavoura de café é, no tocante as técnicas de produção, a grosso modo, uma lavoura de alimentos voltada para a extorsão do sobre-trabalho, está última expressão confere, entre as duas, uma diferença profunda em termos qualitativos, quanto a organização da produção, das relações de produção e da sociedade. Por outro lado, não se pode esquecer que a instalação e o crescimento da fazenda de café, muitas vezes, se fazia às custas da lavoura de alimentos[67]. Ao mesmo tempo em que se percebe a progressiva subordinação dos pequenos agricultores voltados para a lavoura de alimentos aos grandes fazendeiros ligados à agricultura de exportação, e isto pode ser visto principalmente no caso dos "agregados".

Já no primeiro quartel do sécub XIX, Saint-Hilaire percebe o processo de concentração de terras e subordinação dos pequenos agricultores."Os pobres que não podem ter títulos, estabelecem-se nos terrenos que sabem não ter donos. Plantam, constróem pequenas casas, criam galinhas, e quando menos esperam, aparece-lhes um homem rico, com o título que recebeu na véspera, expulsa-os (...). O único recurso que ao pobre cabe é pedir, ao que possui léguas de terra, a permissão de arrotear

um pedaço de chão. Raramente lhe é recusada tal licença, mas como pode ser cassada de um momento para outro (...) os que cultivam terreno alheio e chamam-se agregados, só plantam grão cuja colheita pode ser feita em poucos meses, tais como o milho e o feijão. Não fazem plantações que só dêem ao cabo de longo tempo como o café"[68].

No Registro de Terras referente à Paróquia de São Pedro e São Paulo, sede do município e que apresentava pelos censos de 1840 e 1872 a maior concentração de população livre e escrava,[69] podemos perceber a distribuição das terras. De 102 declarações investigadas, representando 8.994,75 alqueires, 16 declarações (15,7%) detinham 6.017 alqueires (66,9%), enquanto que 63 declarações (61,8%) correspondiam a 1.001,25 alqueires, isto é, a 11,1% do total em alqueires[70].

Através do relatório do Presidente da Província de 1858, percebe-se o problema da terra em Paraíba do Sul:

> "No dia 17 de março findo vários agregados do Barão do Piabanha, por ocasião de executar-se um mandato de prisão expedido pelo juiz municipal do termo, contra alguns delles que haviam invadido e devastado as terras do dito Barão, lançaram mão das armas e tiraram do poder dos officiaes de justiça os indivíduos que estes haviam prendido. (...) Deo lugar a tamanho attentado uma falsa interpretação da lei de terras, que fez crer a alguns que lhes assistia o direito de poder legitimar a posse dos terrenos que cultivavam por consenso do proprietário, há mais de dez annos (...) Essa crença chegou mesmo a insurgir aggregados de outras fazendas, que, em idênticas circunstâncias, pleiteavam em causa commum. O delegado tratou logo de (...) prender os desordeiros amotinados"[71].

NOTAS - 1º CAPÍTULO

1 - Stanley Stein, Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba - com referência especial ao Município de Vassouras (São Paulo: Editora Brasiliense, 1961), p.5.

2 - C. F. Van Delden Laerne, Le Brésil et Java Rapport sur la Culture du Café en Amérique, Asie et Afrique (Paris: Martinus Nijhoff/Chellanei, 1885), p.222.

3 - Joham Jackob Von Tschudi, Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo. (Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980)p.39.

4 - Francisco P. de Lacerda Werneck (Barão Paty de Alferes),Memória Sobre a Fundação e Custeo de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1878), p. 13.

5 - Stanley Stein, op. cit, p.7.

6 - C. F. Van Delden Laerne, op. cit, p. 226.

7 - Escritório Técnico Paulo de Assis Ribeiro, Possibilidades de Colonização do Estado do Paraná (São Paulo, 1949), p.25, citado por Stanley Stein, op. cit, p.7.

8 - Rodrigues Cunha, A Arte da Cultura, p. 6, citado por Stanley Stein, op. cit, p.7.

9 - Stanley Stein, op. cit, p.5.

10 - José Saldanha, Configuração e Estudo Botânico dos Vegetaes da Província do Rio de Janeiro e Outros Pontos do Brasil, 2ª edição (Rio de Janeiro, 1872), p. 12-13, citado por Stanley Stein, op. cit, p. 38.

11 - J. J. Von Tschudi, op. cit, p. 17.

12 - Auguste de Saint-Hilaire. Segunda Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo; Ed. da Universidade de São Paulo, 1980), p.18.

13 - Idem, Ibidem, p. 18.

14 - John Luccok, Notas Sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil (Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975), p.250-60.

15 - José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, Memórias Históricas do Rio de Janeiro, 4º volume (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946), p. 90-91.

16 - J. C. R. Millet de Saint Adolpho, Dissionario Geographico - Histórico e Descriptivo do Império do Brazil. 2 tomos (Paris: Vª. J-P. Aillaud, Guillard e Cª, 1863), p. 229-30.

17 - José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, op. cit, p. 92.

18 - Francis Castelnau, Expedição às Regiões Centrais da América do Sul, 2 Tomos, (Rio de Janeiro: Cia Editora Nacional, 1949), p. 116.

19 - B. H. Slicher Van Bath. História Agrária di Europa Occidental. (Barcelona. Editorial Península, 1978), p. 16.

20 - Idem, Ibidem, p. 29.

21 - Idem, Ibidem, p. 30.

22 - Georges Duby, Guerreiros e Camponeses - os primórdios do crescimento econômico europeu, séc. VII - XII (Lisboa:Editorial Estampa, 1978), p. 38.

23 - B. H. Slicher Van Bath, op. cit, p. 30.

24 - Georges Duby, op. cit. p. 216.

25 - Georges Duby, op. cit, p. 208.

26 - John Luccock, op. cit, p. 255.

27 - Auguste de Saint-Hilaire, Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais (Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975), p.90.

28 - Idem, Ibidem, p. 90.

29 - Idem, Ibidem, p. 91.

30 - Ester Boserup. Las Condiciones del Desarrollo en la Agricultura (Madrid: Editorial Tecnos,1967), p. 42.

Destruir "la vegetación originaria mediante el fuego. Es un procedimiento fácil para el desmonte de bosques: además, ofrece la ventaja de que la capa de ceniza así obtenido aumenta la fertilidad del suelo". B.H.Slicher Van Bath, op. cit. p.14.

31 - Auguste de Saint-Hilaire, Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, op.cit. p.106.

32 - Ester Boserup, op. cit., p.39-42.

33 - Entre "nós se contempla com doce satisfação (...) um campo recentemente lavrado também agrada os olhos por esse aspecto de regularidade que, despertando as esperanças,atesta o trabalho do homem industrioso e civilizado. No Brasil, pelo contrário, o terreno que se acaba de semear só apresenta a imagem da destruição e do caos; a terra está coberta de cinzas e carvões, de enormes galhos esparsos semi cabornizados pelas chamas, e no meio deles se elevam troncos enegrecidos e despojados da cortex". Auguste de Saint-Hilaire. Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, op. cit., p. 90.

34 - Stanley Stein, op. cit. p. 40

35 - Auguste de Saint-Hilaire, Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, op. cit. p. 106.

36 - Ester Boserup,op. cit., p. 41.

37 - Idem, Ibidem.

38 - Esta fórmula é retirada de Leo Waibel, de seu cálculo sobre a extensão da área de uma unidade de produção fundada no sistema de rotação de terras. Leo Waibel, Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil,2ª ed. (Rio de Janeiro:IBGE, 1979), p. 256-258.

39 - Georges Duby, op. cit. p. 216.

40 - Maria Yedda Linhares e Francisco E. T. da Silva.História da Agricultura Brasileira (SP.Brasiliense,1981).p.138/9.

41 - A importância da fronteira móvel (disponibilidade de terras) nesta forma de produção agrícola já pode ser vista numa observação feita por Saint-Hilaire, em que o viajan-

te coloca que: "após fazer sete ou oito colheitas em um mesmo campo" o agricultor a abandona e queima novas matas. Auguste de Saint-Hilaire, Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, op. cit, p. 92.

42 - Ester Boserup, op. cit. p. 52.

43 - Idem, Ibidem, op. cit. p. 55.

44 - Auguste de Saint-Hilaire, Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. op. cit, p. 89.

45 - Rio de Janeiro (Província), "Quadro Estatístico da População do Rio de Janeiro - segundo as condições, sexos e cores - de 1840", in: Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro de 1846 (Nictheroy: Typographia do Amaral e Irmão 1853).

46 - Calculamos a densidade demográfica a partir da população presente no censo de 1840 (11.586 hab.). E para a área do município (1.298,8 kilômetros quadrados) partimos da informação presente no: Rio de Janeiro (Província)," Quadro demonstrativo da distribuição nas diferentes Freguezias da Província do Rio de Janeiro, com área de cada uma, número de habitantes por kilômetro quadrado, e respectivos dados de estatística escolar, organizado pela Diretoria das Obras Públicas da mesma Província em 1878", in: Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro apresentado em 8 de setembro de 1878 (Nictheroy : Typographia do Diário de N. L. Vianna, 1878).

47 - Leo Waibel, op. cit, p. 249.

48 - Paraíba do Sul, Registro de Terras de 1854, feito em 1856 e 1857, cinco livros, Arquivo Público de Niterói.

49 - Declaração de Antônia Joaquina da Natividade, Paróquia de São Pedro e São Paulo, livro nº 42, in: Paraíba do Sul, Registro de Terras de 1854, op. cit.

50 - J. J. Von Tschudi, op. cit, p. 39.

51 - Barão do Rio Bonito, "Necessidades da Lavoura", in: Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (Rio de Janeiro: Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, 1882), p. 210 e 211.

52 - Luíz Corrêa de Azevedo, "Da Cultura do Café", in: Francisco P. Lacerda Werneck, Memória ... op. cit. p. 237 e 245.

53 - F. Belisário, "A Situação Actual da Cultura do Café no Brasil, in: Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, op. cit, p. 212.

54 - Karl Marx, "Primeira Forma da Renda Diferencial (Renda Diferencial I)" in: O Capital, livro 3, volume 6, 3ª edição (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975), pp. 744-70.

55 - Francisco P. de Lacerda Werneck, op. cit, p. 9.

56 - Idem, Ibidem, p. 62 e 92.

57 - Autor Anônimo, "O Mal de Nossa Agricultura" in: Jornal do Agricultor (Rio de Janeiro, 10 de julho de 1880), p. 18.

58 - Rio de Janeiro (Província), "Quadro Demonstrativo das Informações de Diversas Câmaras Municipaes da Província do Rio de Janeiro" in: Relatório do Vice-Presidente da Província do Rio de Janeiro de 1856 (Nictheroy: Typographia da Patria, D.C. de Koura, 1856), Appenso nº 29.

59 - Inventário, 1850, falecido - Domingos Teixeira Alves, maço nº 26, CPS.

60 - Inventário, 1870, falecido - Magdalena Maria Pereira, maço nº 12, CPS.

61 - Inventário, 1880, falecido - Francisco Gomes de Aguiar, maço nº 19, CPS.

62 - Francisco P. de Lacerda Werneck, op. cit. p.33-34.

63 - Idem, Ibidem, p. 11 e 12.

64 - Stanley Stein, op. cit, p. 39.

65 - Idem, Ibidem, p. 38.

66 - C. F. Van Delden Laerne, op. cit, p. 237.

67 - Stanley Stein, op. cit, 12 e 20.

68 - Auguste de Saint-Hilaire, Segunda Viagem pelas Provincias do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo,op.cit,p.23 e 24.

69 - A Paróquia de São Pedro e São Paulo representava 50,5 % (5.851 hab.) da população do município em 1840 e 38,6 % (11.968 hab.) da população em 1872. A população em 1840 e 1872 era, respectivamente, 11.586 hab. e 30.986 hab.

Rio de Janeiro (Província), Quadro Estatístico da População do Rio de Janeiro de 1840, op. cit.

Brasil, Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Dept. Geral de Estatística, Censo Geral de 1872 (Rio de Janeiro: Oficina de Estatística).

70 - Paraíba do Sul, Paróquia de São Pedro e São Paulo, Registro de Terras, op. cit.

71 - Rio de Janeiro (Província) Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro de 1858 (Nictheroy: Typographia da Pátria, 1858), p. 3.

2. SISTEMA AGRÁRIO E REPRODUÇÃO EXTENSIVA

Em um texto em que trata dos problemas teóricos e metodológicos relativos aos nexos entre Agricultura e o desenvolvimento do capitalismo, Emílio Sereni[1] constrôe a categoria de "reprodução extensiva". Categoria esta que serviria para explicar o processo de "reprodução ampliada" naquelas formas sociais de produção em que esse processo não coincide com uma mudança técnica. Ela nos ajudaria a entender, por exemplo, o grande movimento dos arroteamentos ocorrido na Europa do Centro e Ocidental dos séculos XI-XIII, movimento em que, como nos informa Pierre Villar[2], o crescimento se assenta mais numa recuperação de terras baldias, na inversão de trabalho do que na de capital. Nesta medida, aquela categoria diria respeito a movimentos de reprodução em que há uma repetição de um mesmo processo de produção, sem uma modificação técnica, sendo esse realizado "sobre uma área (territorial, ou eventualmente, econômica) mais extensa que a originária"[3]. E, por conseguinte, consistiria num tipo de "reprodução ampliada", diferente daquele que ocorre no modo de produção capitalista na acumulação de capital, isto é, na reprodução ampliada propriamente dita em que, a mudança técnica é um dado orgânico de seu desenrolar. Sendo assim, para aquelas formas de produção em que o seu crescimento é extensivo, e estático em termos das técnicas, a categoria de reprodução extensiva se adequa melhor do que propriamente a de reprodução ampliada onde o momento dinâmico é integrante e intrínseco.

Em nosso caso, estamos perante um sistema agrário, cuja reprodução "ampliada" se faz, em sua base, pela incorporação de mais terras e força de trabalho e não pelo desenvolvimento técnico ou acumulação de capital. Inexiste neste sistema agrário uma inversão de parte do sobre-trabalho, anteriormente extraído (no período anterior da produção) do trabalhador direto, no processo produtivo agrícola se traduzindo aí em elementos (insumos e instrumentos de trabalho) que levem a uma mudança técnica na lavoura. A produção nesta forma de produção agrícola se faz fundamentalmente pela combinação do fator terra e for-

ça de trabalho, sem a mediação de instrumentos de produção ou técnicas agrícolas mais apuradas. É essa a lógica interna desse sistema agrário, e ela está presente tanto na sua reprodução simples como na"ampliada". E isto é possível pela existência de um vasto espaço, ou seja da fronteira móvel e de uma pequena população.

Por conseguinte, mantendo-se constantes aquelas condições, a baixa relação trabalho-terra, isto é, a disponibilidade de matas, a reprodução daquele sistema agrário, assume um caráter extensivo, consistindo-se na repetição do mesmo processo de produção, sem alteração fundamental de seus aspectos técnicos (na lavoura).

Entretanto, se a categoria de reprodução extensiva nos permite explicar as "roturações" ocorridas na Europa dos séculos XI-XIII como o "crescimento" do sistema agrário da economia de exportação do vale do Paraíba do século XIX, por outro lado, é igualmente certo que, como nos mostra Sereni, a reprodução extensiva pode apresentar consoante às condições históricas diferentes características quantitativas e qualitativas[4]. Isto é, pelo fato da reprodução extensiva poder ocorrer em sociedades caracterizadas por relações de produção (portanto, nível de desenvolvimento das forças produtivas) diversas, ela adquire diferentes formas. Nas "roturações" européias, a reprodução extensiva encontra-se ligada ao crescimento demográfico no nosso caso, por se tratar de um sistema agrário que é fundamento de uma economia de exportação (café), aquela estará ligada às relações com o mercado. E nessas condições, a reprodução extensiva aparecerá como momento constante na vida daquele sistema.

2.1. A População Escrava

Pierre Villar[5] afirma que o crescimento medieval deve ser estudado no marco da "demografia - roturações - estrutura feudal/senhorial", é nessas condições que é realizada a reprodução extensiva. Em nosso caso, como dissemos acima, o papel da demografia, levando à extensão do processo produtivo, é

desempenhado pelas relações com o mercado. Por outro lado, a configuração da reprodução extensiva implica não apenas o "arroteamento" de mais terras, mas também, o crescimento demográfico. Em outras palavras, é necessário mais homens para trabalhar as terras incorporadas à produção. No sistema agrário da economia de exportação do café, a incorporação de mais força de trabalho se fará, em parte, independentemente do crescimento demográfico. Será o tráfico de escravos que fornecerá parte desta "mais força de trabalho". E isto, além de conferir um traço peculiar à racionalidade desta forma de produção, imprimia um rítmo próprio à demografia local, no que diz respeito à sua distribuição por sexo e idade.

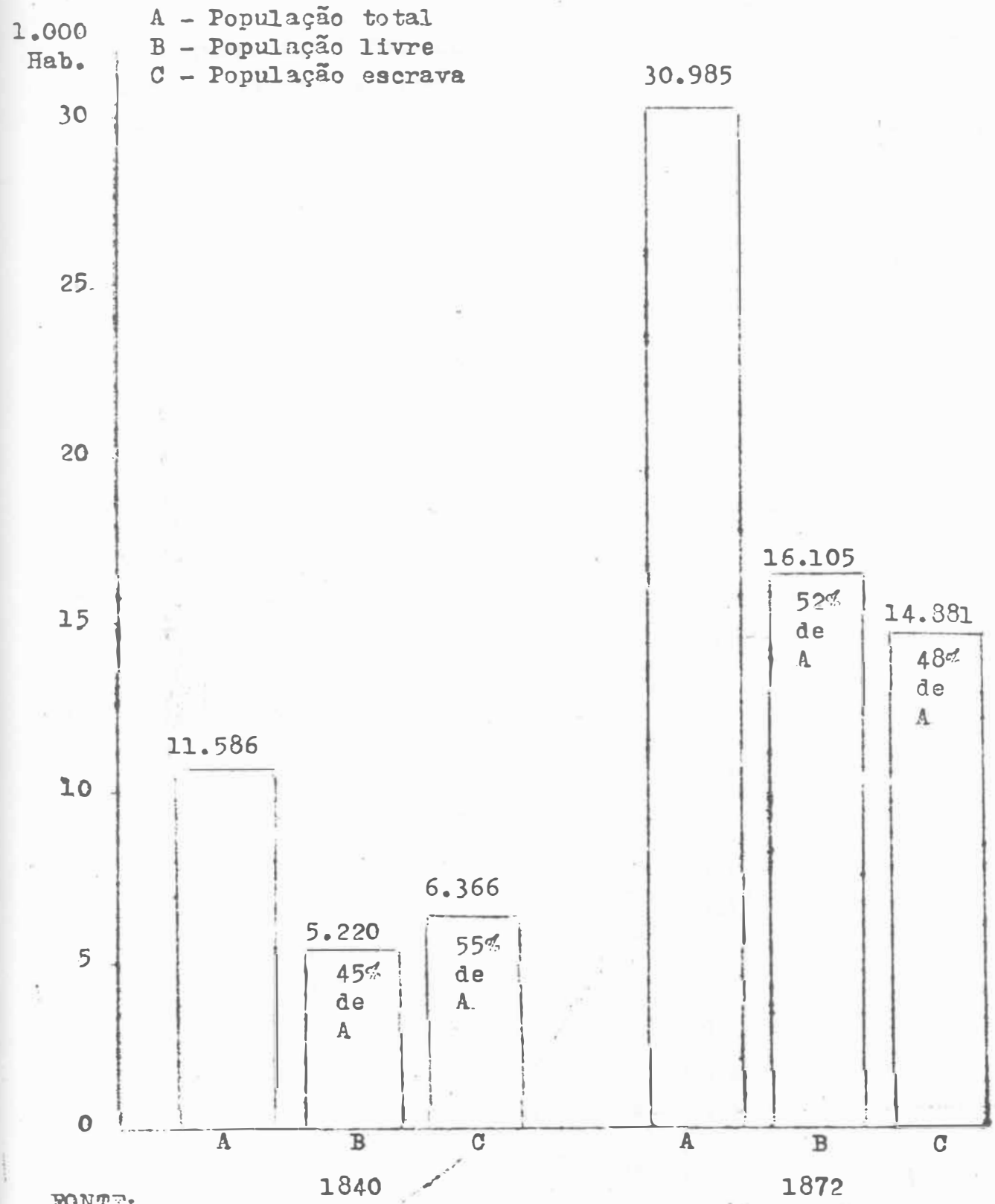
Através da comparação dos resultados dos censos de 1840 e 1872, podemos perceber a instalação e a rápida expansão do sistema agrário da economia de exportação em Paraíba do Sul. Isto é, neste período a população aumenta de 11.586 para 30.986, apresentando assim um incremento de 167,4% em 32 anos. E apesar da população escrava apresentar um crescimento inferior à da população livre (208,5%), ela aumentaria naquele período em 133,76% (ver gráfico nº 1).

Entretanto, Francis Castelnau de passagem por Paraíba do Sul na primeira metade do século XIX nota que, na fazenda da Serraria pertencente ao Barão do Piabanha, no número de escravos sofre uma diminuição anual de 5% e que "a maioria das crianças morrem de diversas moléstias entre as idades de quatro a dez anos". Em seguida conclui que "os nascimentos não compensão os déficits causados pelos óbitos"(6). Tschudi, escrevendo nos anos de 1860, observa que "um grande fazendeiro precisa ter grande experiência para criar e educar filhos de escravos. Há os que são tão mal sucedidos nesta empresa, que apenas conseguem criar uma quarta parte dos negrinhos nascidos em suas fazendas". E mesmo nas fazendas onde o tratamento é bom [dos escravos] a mortalidade também é elevada"(7)

A confrontação destas informações (crescimento da população com altas taxas de mortalidade) nos leva a um outro ponto que diz respeito à forma de reposição e aumento da força de trabalho escrava. Conforme o quadro nº 2 em que são retrata-

GRÁFICO Nº 1

População de Paraíba do Sul em 1840 e 1872



FONTE:

1. Rio de Janeiro, "Quadro Estatístico de População do Rio de Janeiro de 1840", in: Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro de 1846 - op. cit.

2. Brasil, Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, Departamento Geral de Estatística, Censo Geral de 1872 op. cit.

obs: As indicações completas dos presentes dados demográficos, como daqueles que aparecerão mais adiante, se encontram na parte final do trabalho (Fontes e Bibliografia/C- Fontes Demográficas).

das algumas das informações contidas na matrícula especial de escravos anexo nos inventários a partir de 1872[8], verificamos que de 13 fazendeiros, 7 (53,8%) tinham formado o seu plantel de escravos através de compras, 4 (30,8%) por heranças e apenas 2 (15,4%) mediante a procriação natural de seus próprios escravos. Nas três fazendas do Barão de Santa Justa, que somavam mais ou menos 4 sesmarias de terras (mais de 1.000 alqueires), dos 385 escravos, 300 (78%) eram comprados e 77 (20%) crias.

QUADRO Nº 2

Origem da Formação dos Contingentes de Escravos em algumas fazendas de Paraíba do Sul, em 1872.

Inventário	Crias	%	Herdados	%	Comprados	%	Total
Francisco Barboza Teixeira	40	27,8	53	36,8	51	33,4	144
Francisco Gomes de Aguiar	6	17,6	2	5,9	26	76,5	34
Marina Salomé de Carvalho	2	7,7	21	80,8	3	11,5	26
Manoel Luís dos Santos Werneck	18	22,8	28	35,4	33	41,8	79
Antonio Dias Lessa	8	22,2	4	11,1	24	66,7	36
Joana de Menezes	7	41,2	6	35,3	4	23,5	17
Antonia Jacinto de Menezes	3	30	4	40	3	30	10
Elodia Maria Barboza	1	5	10	50	9	45	20
Capt.Luís Antonio da Silva Braga	14	36,9	4	10,5	20	52,6	38
Antonio Jacinto do Couto	18	28,6	10	15,8	35	55,6	63
Barão de Santa Justa (Três Fazendas)*	77	20	8	2,1	300	77,9	385
Mariana Cândida de Oliveira	41	17,3	89	37,6	107	45,1	237
Luiza Maria D'Assumpção	40	39,6	26	25,7	35	34,7	101

Fonte: Inventários - Cartório do 1º Ofício de Notas de Paraíba do Sul.

* Fazenda da Serra, São Fideliz e Santa Anna.

E apesar do censo de 1840 não nos fornecer a origem dos escravos podemos retirar dos inventários de 1850, 1860 e 1872, mesmo que precariamente, esta informação. Nos de 1850, 79,5% dos escravos eram africanos e 20,5% brasileiros. Dez anos mais tarde e, portanto, já em vigor a proibição do tráfico de escravos da África, 56,1% dos escravos continuavam ter origem africana, subindo a percentagem de brasileiros para 43,9%. Em 1872, 26,6% dos escravos eram africanos e 73,4% brasileiros (quadro nº 3). Se a isto acrescentarmos que pelo censo de 1872 [9] 67% da população escrava total era originária do Rio de Janeiro e que, como já demonstramos, não existia (mesmo após 1850) uma prática de procriação no interior das fazendas de Paraíba do Sul, podemos deduzir que o tráfico intra-provincial ganha uma grande importância pós-abolição do tráfico internacional.

QUADRO Nº 3

Origem dos Escravos presentes nas Fazendas de Paraíba do Sul: 1850-1860-1872.

Nº de Inventários investigados	Ano	Total de Escravos	Brasileiros	%	Africanos	%
4	1850	88	18	20,5	70	79,5
13	1860	529	232	43,9	297	56,1
9	1872	1015	745	73,4	270	26,6

Fonte: Inventários - Cartório do 1º Ofício de Notas de Paraíba do Sul.

A título de ilustração, podemos observar através do inventário de Francisco Gomes de Aguiar, possuidor em 1880 de 81 escravos, que dos 28 escravos por ele comprados entre 1873-80,

20 (71,4%) eram provenientes de cidades do Rio de Janeiro e 8 (28,6%) de outras províncias[10]. Outro fazendeiro, mais ou menos na mesma época (1873-79), comprava 23 escravos, sendo 15 (65,2%) originários do Rio de Janeiro, 5 (21,7%) das provincias do nordeste (Maranhão, Pernambuco e Ceará) e 3 do sul 13,1% (Rio Grande do Sul e Santa Catarina)[11]. Contudo, não nos foi possível saber as cidades de onde saíram esses escravos, nossa única indicação é a praça em que foram vendidos: Vassouras, Valença e Niterói.

Outro elemento que contribuiria na conformação da demografia local era a preferência, na compra dos escravos, por homens e em idade produtiva[12]. No censo de 1840, verificamos que a razão de masculinidade (indica a relação entre o número de homens e o de mulheres, e a quantidade homens para cada 100 mulheres)[13] é de 161,53; cifra que aumenta se trabalharmos apenas com a população escrava para 232,08. Em 1872, apesar de decorridos 22 anos do fim do tráfico, a razão de masculinidade continuava alta, 134,97.

QUADRO Nº 4

Razão de Masculinidade na População Total e Escrava de Paraíba do Sul em 1840 e 1872

Ano	População Total			População Escrava		
	Homens	Mulheres	Razão de Masculinidade	Homens	Mulheres	Razão de Masculinidade
1840	7.156	4.430	161,53	4.449	1.917	232,08
1872	17.525	13.461	107,90	8.548	6.333	134,97

Fontes: 1. Rio de Janeiro, "Quadro Estatístico da População do Rio de Janeiro de 1840", in: Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, 1846.op.cit.

2. Brasil, Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, Dept? Geral de Estatística, Censo Geral, 1872.op.cit.

Conforme informações retiradas de nove inventários dos anos de 1850 e 1860, com o total de 142 escravos, 86 (60,6%) eram homens e 56 (39,4%) mulheres, sendo que 86 escravos de ambos os sexos se encontravam na faixa de 15 a 40 anos, isto é, numa idade de "trabalho eficiente". No inventário do Barão de Entre-Rios, 1863, dos seus 402 escravos, 241 (60%) eram homens, 161 (40%) mulheres e 242 (60,2%) se achavam naquela mesma faixa.

Através dos Quadros de idade e sexo referente a 1872, (5, 5.1. e 5.2), podemos observar as relações entre a forma de reprodução do sistema agrário e a estrutura demográfica de Paraíba do Sul.

QUADRO Nº 5

Distribuição da População Total de Paraíba do Sul

por sexo e idade - 1872

Idade - Anos	População			
	Homens	%	Mulheres	%
0 - 10'	4.139	13,3	3.837	12,4
11 - 20	3.398	11	2.978	9,6
21 - 30	3.589	11,6	2.682	8,6
31 - 40	2.354	7,6	1.476	4,8
41 - 50	2.460	7,8	1.418	4,6
51 - 60	1.149	3,7	718	2,3
61 - 80	397	1,3	315	1
81 -100	41	0,1	41	0,1
Total Parcial	17.525	56,6	13.461	43,4
Total da população 30.986				

Fonte: Censo de 1872.

' inclui 1 a 11 mezes.

QUADRO Nº 5.1.

Distribuição da População Escrava de Paraíba do Sul por sexo e idade-1872

Idades-Anos	População Escrava			
	Homens	%	Mulheres	%
1 - 10	1.652	11,1	1.451	9,7
11 - 20	1.658	11,1	1.474	10
21 - 30	1.738	11,7	1.397	9,4
31 - 40	1.061	7,1	783	5,3
41 - 50	1.522	10,2	775	5,2
51 - 60	749	5	326	2,2
61 - 80	154	1	104	0,7
81 - 100	13	0,1	23	0,2
Total parcial	8.548	57,3	6.333	42,7
Total da população escrava	14.881			

Fonte: Censo de 1872

QUADRO Nº 5.2.

Distribuição da população livre de Paraíba do Sul por sexo e idade-1872

Idade-Anos	População			
	Homens	%	Mulheres	%
1 - 10'	2.487	15,4	2.386	14,8
11 - 20	1.738	10,8	1.500	9,3
21 - 30	1.850	11,4	1.285	8
31 - 40	1.293	8	693	4,3
41 - 50	938	6	643	4
51 - 60	400	2,5	392	2,4
61 - 80	243	1,5	211	1,3
81 - 100	28	0,2	18	0,1
Total Parcial	8.977	55,8	7.128	44,2
Total da população livre	16.105			

' inclui de 1 a 11 mezes
Fonte: Censo de 1872.

Primeiramente verificamos uma desproporção entre a população masculina e a feminina (Quadro nº 5), respectivamente 17.525 (56,6%) e 13.461 (43,4%). Fenômeno este que é referendado quando observamos a razão da masculinidade nas diferentes faixas de idades (Quadro nº 6), onde pode ser visto que o relativo equilíbrio entre homens e mulheres entre 1 a 10 anos desaparece por volta dos 11 a 20 anos se acentuando a partir da faixa seguinte.

QUADRO Nº 6

Razão de masculinidade na população de Paraíba do Sul - censo de 1872 -

Idades Anos	Razão de Masculinidade
1 - 10	107,8
11 - 20	114,18
21 - 30	133,81
31 - 40	159,48
41 - 50	173,48
51 - 60	160,02
61 - 80	126,03
81 -100	90,24

Fonte: Censo de 1872

Por outro lado, a essa desproporção junta-se uma outra, o comportamento diferente entre os sexos quanto a sua distribuição por grupos de idades: jovens 0-20 anos, adultos 21-60, velhos 61 e mais [14].

QUADRO Nº 6.1.

Grupos de Idades em Paraíba do Sul
- 1872 -

Idades (anos)	População
Jovens 0 - 20	14.346 (46,3%)
Adultos 21 - 60	15.846 (51,1%)
Velhos 60 e mais	794 (2,6%)

Fonte: Censo de 1872

Pelo quadro (nº 6.1) se vê que a faixa de idade correspondente ao grupo adulto participa com 51,1% enquanto o jovem detém apenas a cifra de 46,3%. E isto se deve particularmente ao desequilíbrio existente no interior da população masculina,(15) em que se observa que o grupo adulto participa com 54,5% enquanto que o jovem com 43% (Quadro nº 6.2). A contrário da população feminina, onde o grupo adulto aparece com 46,8% e o jovem com 50,6%.

QUADRO Nº 6.2.

Distribuição da População de Paraíba do Sul
por sexo e grupos de idade-1872

Grupos de idade		População					
		Homens			Mulheres		
		Abs.	% da pop.masc.	% da pop.tot.	Abs.	%da pop.fem.	% da pop.tot.
Jovens	0 - 20	7.535	43	24.3	6.811	50.6	22
Adultos	21 - 60	9.552	54,5	30,9	6.294	46,8	20,3
Velhos	61 e mais	438	2,5	1,4	356	2,6	1,1

Fonte: Censo de 1872.

Comparando agora, os perfis das populações masculinas livre e escrava verifica-se que, aquele desequilíbrio é mais acentuado na última, onde o grupo adulto aparece com 59,3%, enquanto o jovem com 38,7%. Para a população masculina livre, as cifras são respectivamente 50% e 47% para o grupo adulto e jovem (ver Quadro nº 6.3). Este comportamento da população masculina escrava, ao apresentar uma cifra (59,3%) grupo adulto relativamente superior ao da população total (51,1%), indica que é ela, ou melhor, o mecanismo por ela representado, o fundamento do desequilíbrio acima visto na distribuição por sexo e idade da população local. Por sua vez, este comportamento da população escrava referenda a tendência do quadro de idade e sexo (escravos, 5.1) de crescer a partir da base.

QUADRO Nº 6.3.

Grupos de idade na população masculina livre e escrava em Paraíba do Sul - 1872

Grupos de idade	População Masculina					
	Livre			Escravos		
	Abs.	% da pop. masc.livre	% da pop.tot.	Abs.	% da pop. masc.escr.	% da pop.tot.
Jovem 0 - 20	4.225	47	13,6	3.310	38,7	10,7
Adulto 21 - 60	4.481	50	14,4	5.071	59,3	16,4
Velho 61 e mais	271	3	1	167	2	0,5

Fonte: Censo de 1872.

Por outro lado, observamos também, confrontando os diferentes Quadros (população total, nº 5, livre nº 5.2 e escrava nº 5.1) que a base do comportamento desproporcional da faixa de idade 41-50 anos do lado masculino, em relação as demais faixas do quadro correspondente à população total, é a população masculina escrava. Enquanto que na população total esta faixa corresponde a 7,8% (Quadro nº 5), caindo para 6% no interior da população livre (Quadro nº 5.2), considerando apenas os escravos aquela faixa sobe para uma participação de 10,2% (Quadro nº 5.1.). Provavelmente esse fenômeno seja explicado pelo tráfico de escravos, ou melhor, por sua queda a partir de 1850, data em que aquelas pessoas estariam com 19 a 29 anos e, possivelmente, teriam sido incorporadas à produção/população local, fato que não se repetiria de forma tão acentuada nos anos seguintes.

Tal configuração da população local de Paraíba do Sul, além de sugerir uma forte taxa de mortalidade infantil, particularmente, entre os escravos, revela o comportamento de uma população aberta, que é perpassada pelo tráfico de escravos. Ou melhor, indica a presença de um movimento de população que se dá à margem do crescimento natural da população local. Movimento que, como mecanismo da reprodução extensiva do sistema agrário da economia de exportação, incorporava periodicamente homens em idade produtiva ao processo produtivo e através desse à população local. Daí o fato de na composição da população local se encontrarem mais homens do que mulheres, ou ainda, de se verificar um grupo adulto mais expressivo que o infantil particularmente, no Quadro de escravos/masculinos (nº 5.1).

Pelo que escrevemos, percebe-se que há uma relação entre o sistema agrícola e o perfil da demografia local[16]. Contudo, isto não nos permite dizer que exista entre ambas uma relação mecânica, de causa e efeito. Pois se, por um lado, a reprodução extensiva, a forma pela qual ela é desenvolvida, no que diz respeito à reposição e aumento de força de trabalho, gera uma estrutura demográfica peculiar. Por outro lado, por ser a incorporação de mais força de trabalho um dos movimentos fundamentais do sistema, a sua paralisação ou diminuição de rít

mo abaixo das necessidades de reprodução daquele, pode impor limites à própria existência do sistema.

2.2. A Fazenda de Café e a Reprodução Anual

"Qualquer que seja a forma social do processo de produção tem este de ser contínuo ou de percorrer, periodicamente e ininterruptamente, as mesmas fases (...). Por isso, todo processo social da produção encarado em suas conexões constantes e no fluxo contínuo de sua renovação, é ao mesmo tempo processo de reprodução. As condições da produção são simultaneamente as da reprodução"(17). Parece-nos que o processo de reprodução no sistema agrário que estamos estudando pode ser desdobrado, no tempo, em dois movimentos:* o primeiro diz respeito à reprodução anual da fazenda e o segundo, mais longo no tempo, consiste propriamente na reprodução.

A reprodução anual se refere aos trabalhos agrícolas que envolvem a capina, colheita e venda do café, e na plantação e colheita das culturas temporárias (milho, feijão, mandioca e arroz). Neste primeiro movimento do processo de reprodução é possível apreender o funcionamento da fazenda de café.

O cafezal era limpo todos os anos três vezes com enxada, sendo a primeira em março ou abril, a segunda em setembro ou outubro e a terceira em novembro ou dezembro. A segunda capina precedia geralmente à produção do milho, estando, portanto, ligada a esse. Por outro lado, as capinas deveriam ser próximas das colheitas(18).

A época da colheita do café implicava no aumento do volume dos trabalhos da fazenda. Conforme a quantidade da fruta um apanhador podia dar conta de 3 a 7 alqueires(19). Por ter que ser feita num período relativamente curto, com o risco de ser parte do produto, os fazendeiros costumavam além de forçar uma maior produtividade por parte de seus escravos, alugar escravos de outras fazendas ou contratar trabalhadores livres. A fazenda Cachambu, por exemplo, próximo à época da colheita, contratava, além de seu plantel que era de 81 escravos, 20 escravos da Baronesa de Ivahy(20). Ainda nessa mesma fazen-

* Referimo-nos a reprodução de culturas permanentes, tendo em conta o modo de cultivo em vigor naquele sistema agrário.

da, em suas contas de 1883, observa-se que no mês de julho (período de colheita) há pagamentos em dinheiro a escravos por trabalhos nos domingos. Conforme a dimensão da fazenda e de seus recursos, os trabalhos de colheita eram complementados pelo beneficiamento do produto.

Através da presença de equipamentos ligados ao beneficiamento de gêneros de subsistência, como mandioca e milho, é possível verificar indiretamente a presença dessas culturas nas fazendas de café. (ver quadro Anexo nº I e II). A título de ilustração, de 68 inventários de fazendas investigados entre 1850 e 1880, encontramos em 53 (78%) referências a estes equipamentos (rodas de mandioca, monjolo, casa de farinha, engenho de fubá etc). Mesmo nas unidades de produção com menos de 15 alqueires, como se depreende dos inventários e dos registros de terras, e com 1 a 3 escravos, observa-se, por exemplo, a presença de uma roda de mandioca.

Por outro lado, nota-se, igualmente, em inventários a presença de plantações de alimentos mediante a discriminação de suas colheitas. Como é o caso da fazenda Bom Retiro de Domingos Teixeira Alves, que em 1850 apresentava 6.000 alqueires de milho, 200 alqueires de feijão e 200 alqueires de arroz entre seus bens (21). Ou do inventário de Francisco Gomes de Aguiar(22), no qual se colocava como bem móvel de sua fazenda 260 alqueires de feijão e 460 de milho, ao lado desses, aparecia um "mandiocal na lavoura" e mais árvores frutíferas na lavoura. Outro exemplo é do Barão do Rio do Curo que, entre os bens de sua fazenda "Bom Sucesso", em 1881, foram encontrados "60 carros de milho no paiol".(23)

Segundo o calendário agrícola, feito pelo "Jornal do Agricultor" para o Rio de Janeiro (2ª metade do século XIX), era nos meses de julho a outubro que se concentrava a sementeira de todos os mantimentos.(24) Sendo que a melhor época para se plantar o milho era em setembro e outubro. Esse gênero além de servir para a alimentação do pessoal da fazenda, era utilizado para sustento do gado.

O feijão possuia duas sementeiras anuais, a do "tempo" em final de janeiro estendendo-se até fins de fevereiro, e ou-

tra, a das "águas" durante setembro e outubro. O Barão de Paty de Alferes, aconselhava a plantação do feijão debaixo do milho e na falta desse se devia plantá-lo sozinho ou entre as canas semeadas de novo[25]. Entretanto, a prática local desaconselhava a plantação do feijão miúdo em terreno em que houvesse cafezal, por ser prejudicial a esse último.

A mandioca, o "pão do pobre", devia-se plantar preferivelmente de junho até setembro, após a qual se seguiam três capinas. A proporção que se ia necessitando para o consumo, essa planta era retirada da terra[26]. E se a isso associamos o pequeno dispêndio de trabalho necessário para a sua produção, abertura de covas por enxada ou cavadeira, isto talvez explique a referência à sua presença na maioria das fazendas, cujos inventários foram analisados.

A cultura do arroz, não era tão frequente nas fazendas de café como o milho ou a mandioca. E isto podemos deduzir de uma conta de curatela datada de 1879, onde se afirma que as terras de serra acima não seriam muito apropriadas para esse mantimento (terras baixas, preferindo pantanosas). Assim sendo, os fazendeiros preferiam deslocar os seus escravos para o cultivo de "outros cereais"[27]. Entretanto, em outra conta de tutela, observamos que no mês de agosto de 1883, os escravos venderam à fazenda 60 sacos de arroz[28], e considerando que cada um poderia levar 60 quilos isto daria 3600 kg de arroz o que de todo não é uma quantidade inexpressiva. Há referências de que o arroz seria utilizado como alimento para os escravos doentes, a fazenda Bom Sucesso, por exemplo, em 1882, compra um "saco de arroz para doentes"[29]; o mesmo pode ser notado no que escreve o Barão de Paty de Alferes sobre a utilidade do arroz.

Conforme a qualidade das terras, mesmo no interior de uma única fazenda, as culturas de alimentos variavam a sua produção, e isto podemos ver nas três fazendas do Barão de Entre-Rios em 1863[30]. Na fazenda da Cachoeira (1 sesmaria), existiam 16 alqueires e uma quarta de planta de milho em diversos lugares, que davam 50 alqueires por cada um de planta, fornecendo assim uma colheita de aproximadamente de 812 alqueires

ou convertendo para litros[31], 32.480 litros. Ao lado dessa cultura, é discriminada uma outra de feijão, 14 alqueires de planta, sendo 10 alqueires por cada planta, isto é, 140 alqueires ou 5.600 litros. Já na fazenda da Rua Direita, de seus 3 alqueires e meio de planta de milho, cada alqueire dava 60 de colheita, 210 no total ou 8.400 litros. Por último, é na fazenda Cantagalo em que se verifica maior desproporção de produção por alqueire plantado.

Segundo a discriminação de seus bens, a fazenda Cantagalo possuia plantações de milho em diferentes pontos. Em duas plantações, 45 alqueires de planta no total, produziam 60 alqueires de colheita por planta, totalizando 2.700 alqueires de colheita (108.000 litros). Nos 6 alqueires e meio de planta de milho localizados perto do canavial e do arrozal da fazenda, dava 50 alqueires por planta e, portanto, 325 por colheita (13.000 litros). Já os 17 alqueires de planta, encontrados nos cafezais velhos, não davam mais que 20 por planta, e assim uma colheita de 340 alqueires (13.600 litros). Quanto ao feijão, nos 32 alqueires de planta existentes em Cantagalo, havia uma produção por planta superior à da fazenda Cachoeira, isto é, 40 de colheita, o que implicava em 1.280 alqueires (40.960 litros).

Em outra fazenda (Penedo) pertencente a Ana Candida Barboza[32], com capacidade produtiva inferior da fazenda Cachoeira e Cantagalo, a 1ª apresentava 145.000 pés de café enquanto as outras duas 416.000 e 636.000 respectivamente (ver quadro Anexo II), em 1860 apresentava duas roças: milho e feijão. A primeira, ocupando um espaço de 10 alqueires de planta de milho, podia dar uma colheita de 1.000 alqueires (40.000 litros). A segunda, correspondia a 20 alqueires de planta de feijão, fornecendo 400 alqueires em colheita (16.000 litros).

Contrastando essas informações com as da fazenda Cachoeira, por exemplo, se infere que a fazenda Penedo apresentava terras de melhor qualidade que a primeira. Enquanto que a fazenda da Cachoeira, por alqueire de milho, fornecia 50 alqueires de colheita, na fazenda Penedo esta relação aparecia de 1 para 100. E a mesma proporção se mantinha na lavoura de fei

jão, ou seja, o alqueire de planta na propriedade de D. Ana Candida Barboza produzia o dobro da fazenda Cachoeira. Quanto as outras duas fazendas do Barão de Entre-Rios, a relação planta-colheita para o milho, como já vimos, é pouco superior que a da mesma Cachoeira; a proporção planta-colheita no feijão da fazenda Cantagalo é a mesma que a da fazenda Penedo.

Essa diferença de produtividade por alqueire de planta de milho, talvez explique o por que de apesar da relação escravo (1) - alqueires de planta naquelas três fazendas juntas ser três vezes superior do que na fazenda Penedo, nesta última à relação escravo (1) - alqueires colheita ser quase que igual àquelas. Em outras palavras, considerando que o total de escravos nas 3 fazendas era de 402 e que a extensão em planta de milho era de 98 e um quarto de alqueires, a relação entre esses dados para cada escravo representa 0,24 alqueires de planta. Superior assim 3 vezes em comparação com a fazenda Penedo onde o número de escravos era de 124 e, portanto, apresentava uma proporção de 0,08. Esta relação se modifica, contudo,quando nos detemos na colheita, nas três fazendas é de 11 alqueires por escravo e na de D.Ana Candida Barboza de 8. Disto se depreendia que numa mesma área o tempo de trabalho aplicado na produção de gêneros era maior nas fazendas do Barão de Entre-Rios do que na Fazenda Penedo. E, portanto, nessa última, em tese, o tempo de trabalho excedente poderia ter uma magnitude maior, desde que se mantivessem as demais condições técnicas constantes.

Entretanto, seja como for, para efeito de nosso trabalho é importante reter que a capacidade produtiva em cereais das três fazendas de café do Barão de Entre-Rios, como da outra fazenda, era significativa para a alimentação de seus respectivos escravos. Ao mesmo tempo, nos detendo apenas na fazenda Cantagalo, percebe-se que a área total ocupada pela cultura de milho, 68 e meio alqueires de planta, era superior a muitas das explorações agrícolas declaradas no registro de terra de 1856-57, na qual 69 declarações de 102 (de Paróquia São Pedro e São Paulo), isto é, 67,6% apresentavam uma dimensão de menos de 65 alqueires de planta de milho. Aquela área de mi-

lho era, por exemplo, superior à dimensão da situação Pau Grande de Thomaz d'Aquino Ferreira Xavier, cuja extensão era de 35 alqueires de planta de milho, sendo esta ocupada por 40.000 pés de café, casa de vivenda, paiol, moinho, engenho de cana e mandioca(33). E se a isto acrescentarmos que aqueles gêneros eram beneficiados no próprio interior da fazenda, em seus moinhos ou casa de farinha, podemos deduzir que os custos com a reprodução anual da fazenda de café eram em muito reduzidos.

Ao lado da produção de café e de alimentos, no interior da fazenda de café, existiam diferentes tipos de rebanho. Através do quadro nº 7 podemos ver os rebanhos presentes nas fazendas da região de 1850 a 1880. Até 1860 o principal rebanho era o muar, seguido do suíno e bovino. A partir de 1870 número de bestas e jumentos diminui nas fazendas, aumentando o contingente de bovinos. E isto retrata a gradativa perda de importância das tropas no transporte de café a longa distância. Por outro lado, o avanço dos bovinos é o aumento do contingente de bois de carro (ver Quadro nº 7.1) utilizados para o transporte interno da fazenda e para o deslocamento de café desta para a estação da estrada de ferro.

QUADRO Nº 7

Rebanhos em Paraíba do Sul - 1850/1880

Ano	Muar	%	Equinos	%	Bovinos	%	Suínos	%	Ovinos	%	Caprinos	%	Total
1850	83	17,2	12	2,5	45	9,3	341	70,8	1	0,2	-	-	482
1860	348	25,5	47	3,5	303	22,2	518	38	142	10,4	5	0,4	1363
1870	62	5,7	36	3,3	323	29,8	436	40,2	141	13	86	6	1084
1880	72	15,3	14	3	200	42,6	165	35,1	18	3,8	1	0,2	470

Fonte: Inventários - Cartório do 1º Ofício de Notas - Paraíba do Sul.

QUADRO 7.1.

Bovinos em Paraíba do Sul - 1850/1880

Ano	Bois de Carro	%	Vacas	%	Novilhos e Bezerros	%	Touros	%	Total
1850	13	28,9	10	22,2	21	46,7	1	2,2	45
1860	159	52,5	57	18,8	83	27,4	4	1,3	303
1870	134	41,5	95	29,4	89	27,6	5	1,5	323
1880	150	75	16	8	33	16,5	1	0,5	200

Fonte: Inventários - Cartório do 1º Ofício de Notas - Paraíba do Sul.

Por intermédio do quadro nº 8 podemos ter uma idéia mais próxima da organização dos rebanhos nas fazendas com mais de 100.000 pés de café e 60 escravos. Nas 16 fazendas que compõem este quadro observamos a presença de besta e jumentos nas 16 fazendas, bovinos em 15, equinos em 11, suinos em 8, ovídios em 6 e caprinos em 3. Por sua vez, percebe-se nos inventários que, ao lado dos animais de maior porte vem a função por ele exercida na fazenda, seja de carga, de carro, de sela etc. Isto nos permite, a grosso modo, dividir estes rebanhos em dois grandes grupos.

QUADRO Nº 8

Rebanhos em Fazendas de Café com mais de 200 alqueires ou com mais de 100.000 pés de café e 60 escravos

Inventários	Ano	Bestas e Jumentos	Cavalos e Éguas	Bois de Carro e Carga	Touros	Vacas c/ e s/ Crias	Novilhos e Bezerros	Suinos	Carneiros	Cabras e Cabritos	Nºde Pés de Café	Escravos
Domingos Teixeira	1850	46	2	4	-	5	16	300	-	-	107.000	69
Ana Theodora da Silva	1860	15	4	2	-	-	10	-	30	-	300.000	107
Ana Cândida Barboza	1860	30	3	8	-	9	20	72	-	-	145.000	124
Bda Entra Rios(Cachoeira)	1863	39	3	7	-	-	-	92	27	-	416.500	
B. de Entre Rios (Fazenda Cantagalo)	1863	57	13	48	3	33	32	181	73	4	630.000	402**
Barão de Parahyba	1864	162	14	45	-	7	6	-	-	-	383.000	364
Luiza Maria D'Assumpção	1870	17	-	8	-	2	1	-	-	-	113.000	101
Magdalena Maria Pereira	1870	11	20	20	3	28	37	200	84	8	225.500	85
B.Stª Juata(S.Fidelis)	1873	11	-	60	-	48	41	-	-	-	314.000	140
Mariana Cândida Oliveira	1874	23	12	43	2	17	10	212	57	78	600.000	240
Manoel Gomes Vieira	1880	6	-	30	1	2	3	-	-	-	636.000	166
Francisco Gomes de Aguiar	1880	1	2	14	-	-	10	23	-	-	169.000	81
Antonio Jacinto do Çouto	1880	4	-	12	-	3	9	-	-	-	228.000	88
Franciaco Barboza Teixeira	1880	17	-	18	-	7	5	-	-	-	247.000	87
Manoel Luiz doe Santoe	1880	5	2	23	-	1	1	-	-	-	113.500	66
Barão do Rio de Ouro	1881	16	4	30	-	3	-	83	18	-	158.000	174

Fonte: Inventários - Cartório do 1º Ofício de Notas de Paraíba do Sul.

* B. - Barão

** O presente nº de escravos é o total inventariado. Inclui as fazendas da Cachoeira, Cantagalo e Rua Direita.

O primeiro seria formado pelas bestas, jumentos, cavalos e bovinos (bois de carro), que estariam ligados ao transporte, seja no interior da fazenda ou para o deslocamento de mercadorias de uma região para outra; estes animais poderiam também ser utilizados como força motriz no funcionamento dos equipamentos de beneficiamento, como o engenho[34]. O segundo grupo, seria constituido pelos suinos, carneiros, cabritos e também por bovinos, estando ligados mais de perto à reprodução da vida material dos membros da fazenda, aparecendo assim como um complemento à dieta alimentar. A configuração desses dois grupos e o fato de por eles passar a relação agricultura-pecuária no interior da fazenda de café e, portanto, não pela aduba ção (estrumes) ou pelo uso de animais como auxiliar dos instrumentos de trabalho empregados na lavoura, deve ser procurada no sistema de uso da terra vigente naquela fazenda.

A presença do carneiro, apesar de ter sido considerado como integrante do último bloco de animais, deve ser visto à parte. Em outras palavras, é possível que a explicação para a sua existência nas fazendas de café, não se resuma apenas no gosto dos fazendeiros por sua carne ou na utilidade de sua lã para o acolchoamento de camas e confecção de fazendas como nos informa Luccok[35]. Talvez essa presença esteja também ligada ao fato de que o carneiro se alimenta da vegetação não sendo depredador de arbustos. Por conseguinte, o carneiro poderia ser também utilizado para capinas, na medida em que ele não poria em perigo o cafezal; conforme o quadro nº 8 esse animal aparece em fazendas (6) com mais de 150.000 pés de café, sendo 5 com mais de 200.000. Outrossim, caso isso esteja correto, explicaria igualmente a pouca presença das cabras e cabritos que, ao contrário dos carneiros, são depredadores de arbustos.

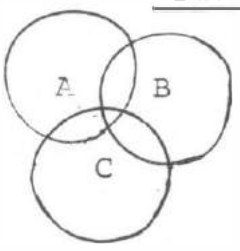
Mediante os quadros nº 8 e Anexo II, podemos também depreender que a reprodução dos rebanhos se fazia, em parte, no próprio interior da fazenda. E isto é notado, particularmente, no caso dos bovinos. Ao lado dos bois de carga ou de carro, aparecem as vacas com crias, os novilhos e os touros. Em 8 fazendas (1873-81) do quadro nº 8, verifica-se que os bois de carga e carro aparecem com 230 e as vacas, touros, bezerros e

novilhos com 163, somando 393 bovinos, isto é, os bois de carro e carga correspondem a 58,5% e os outros somados 41,5% do total. Por sua vez, o touro, animal ligado à procriação, aparece naquele quadro em 4 fazendas, todas com mais de 225.000 pés e 85 escravos, sendo que em 3 com mais de 600.000 pés de café, portanto, em fazendas de grande porte. Considerando a fazenda da Cachoeira dos Alpes de Mariana Candida de Oliveira, a título de ilustração, percebe-se que em 1874 existiam 69 bovinos, sendo 41 (58,6%) bois de carro, 7 (10%) novilhos, 2 (2,8%) touros, 17 (24,3%) vacas e 3 (4,3%) bezerros. Isto é, a fazenda em termos de bovinos, estava organizada em função da reprodução dos bois de serviço.

A isso acrescenta-se que o sustento do gado se fazia em parte nos pastos naturais que a agricultura extensiva se encarregava de criar e através de parcela da produção de milho. A combinação destes dois fenômenos (procriação e sustento) sugere que a reprodução do gado se fazia no próprio espaço da fazenda.

O que dissemos acima a respeito da produção de alimentos e dos rebanhos, nos permite a construção da figura abaixo, onde se evidencia a interação desses com a cultura do café no interior do processo produtivo da fazenda.

FIGURA Nº 4



$A \wedge B \wedge C$

A - Produção de Café
B - Produção de Alimentos
C - Rebanhos

A produção de café surge como equivalente, em parte, ao produto excedente, cuja a magnitude está relacionada aos trabalhos em A e em B. A produção de alimentos e, em parte, os rebanhos aparecem como momentos na reprodução da força de traba-

lho. A outra ligação entre a pecuária e o processo produtivo total da fazenda se fazia pelos animais de tiro.

Através, ainda, dos inventários podemos reconstituir parcialmente o funcionamento de uma fazenda de café em Paraíba do Sul na segunda metade do século XIX (ver quadro Anexo nºII):

1 - Terras[36]

a - Terras em culturas: plantações de café, lavoura de alimentos, horta e pomar.

b - Matas Virgens: reprodução da fazenda (suas plantações), além de fornecer madeiras para as construções.

c - Capoeiras: terras que foram utilizadas pela lavoura do café e que convertidas em vegetação secundária poderiam ser empregadas, depois de um certo tempo de pousio, para a produção das lavouras de alimentos. Por outro lado, as capoeiras podem também indicar o sistema de rotação de terras (sistema de roça) na cultura de alimentos.

d - Pastos: vegetação rasteira, formada por gramíneas, base da pecuária extensiva, isto é, do gado existente na fazenda.

2 - Edifícios

a - Construções para residências: casa de vivenda (fazendeiro), senzalas, casa de empregados, casa de camaradas.

b - Dependências da Casa do Fazendeiro: cozinha e depósitos.

c - Construções ligadas ao benefício do café: engenhos de socar café, terreiros, lavador, tulhas (estocavam também gêneros de subsistência). Este item depende do nível das técnicas de beneficiamento da fazenda, poderíamos assim ainda incluir ventiladores, despolpadores etc, dependendo daquele nível.

d - Construções ligadas ao benefício dos alimentos: os equipamentos utilizados para este fim eram geralmente agrupados numa "casa de fazer farinha", nela encontramos, por exemplo, o monjolo e a roda de mandioca; moinho para fazer farinha; há também outras construções como a seva de porcos.

e - Construções acessórias à manutenção da fazenda: engenho de serra, tenda de ferreiro, olaria, carpintaria.

QUADRO Nº 9

PROFISSÕES DOS ESCRAVOS SEGUNDO A MATRÍCULA ESPECIAL DE 1872

Inventário	Ano	Lavoura e Pecuária										Acessórios							Transporte				Saúde			Casa de Vivenda e Outras																Total dos Escravos s/Profissão		Total dos Escravos
			Roça																																										
		Cabras	Absoluto	%	Pastor	Falqueijador	Formigueiro	Feitor Hortelão	Porqueiro	Absoluto	%	Ferreiro	Carpinteiro	Pedreiro	Tulheiro	Servente	Absoluto	%	Carreiro	Tropeiro	Arreiro	Absoluto	%	Enfermeiro	Porteiro	Absoluto	Mucama	Serv.Domestico	Copeiro	Pagem	Encomador	Alfaiate	Barbeiro	Ourives	Sapateiro	Cocheiro	Cozinheira	Costureira	Lavadeira	Absoluto	%	Total dos Escravos s/Profissão	%	Total dos Escravos
Ana Theodoro da Silva	1850												4	2						1												1												107
Barão de Entre Rios	1863						4					3	3	5						4								2		1		1												402
Barão de Parayba	1864	1										1	6							1				1						2	2												364
Luiza Maria de Assumpção	1872		40	39,6						40	39,6	1	3		1	1	6	6		7	7	7				5	4			1					3	9	1	23	22,7	25	24,7	101
Barão de Santa Justa(1)	1872																																										
Fazenda São Fidelis	1872	1	113	75,8			1			114	76,5	1	6	1			8	5,4	2		2					1	2	1	1							1	1	7	5	17	12,5	149
Fazenda Sant'Anna	1872	1	99	77,3						100	77,3		2				2	1,6	2								1	1										1	0,8	25	19,5	128
Fazenda Serra	1872	1	88	83						89	83			1		1	1	1	2	1	4	3,7													1			1	1	12	10,3	103
Manoel Gomes Vieira	1872		94	55,3				2		96	56,7	1	7	2	1		11	7,3	2		2	1,3				1	4		1	1					2		4	13	8,2	44	26	166
Francisco Barboza Teixeira	1872		56	54,4						56	54,4	1	1	1			3	3	1	4	5	4,8				1	2		1						2	8	1	15	14,5	24	23,3	103
Francisco Gomes de Aguiar	1872		20	57,1	1					21	60		1				1	2,9	3			8,5													1			1	2,9	9	25,7	35
Antonio Jacinto do Couto	1872		28	44,4			1			29	46		1		1		2	3,2	3	2	5	8				3			1						2	4	1	11	17,4	16	25,4	63
Elídia Maria Barboza	1872		16	76,2						16	76,2																									2	1	3	14,3	2	9,5	21
Condessa do Rio Novo	1872		166	69				2	1	169	69,3		6	5			11	4,5	1		1	0,4					9		1							4			14	5,7	49	20,1	244
Total			720	69,3						~~45~~ 731	~~4~~ 65,3						~~29~~ 45	~~2,6~~ 4			31	2,8																	89	8	223	19,9	1.119

Obs: (1) O Barão de Santa Justa é o proprietário das três fazendas seguintes.

(2) As três primeiras fazendas não foram consideradas para efeito dos cálculos efetuados, só levamos em conta os 10 seguintes.

Fonte: Inventários - Cartório de 1º Ofício de Notas de Paraíba do Sul.

f - Hospital ou Enfermaria.

3 - Rebanhos: bovino, cavalos, bestas de carga, suíno e ovinos.

4 - Elementos ligados ao transporte: casa para carros e carretas de diversos tamanhos.

Dependendo da dimensão e dos recursos da fazenda nem todas preenchiam os itens acima expostos que se aproximam mais da fazenda com mais de 200 alqueires ou mais de 100 alqueires e 60 escravos.

Confrontando os quadros Anexos de nº II e nº I que retratam, respectivamente, algumas fazendas de café com mais de 200 alqueires ou mais 60 escravos e 100.000 pés de café e explorações agrícolas em que, ao lado do café, é expressivo, na determinação do monte do inventário a produção de alimentos, verificamos que além das diferenças relativas ao número de pés de café, número de escravos, há aquelas referentes aos animais e aos equipamentos de beneficiamento. Nota-se que no segundo quadro há apenas equipamentos ligados ao benefício dos alimentos, não existindo os do café. Os animais, neste quadro, consistem principalmente em suínos, sendo pequena a presença de bovinos, besta e cavalos. E isto implica que estes lavradores teriam suas despesas acrescidas por aqueles itens: beneficiamento e transporte. O sítio Santa Rita, por exemplo, onde não existia uma tropa suficiente para o transporte do café, gastara em 1876 996$560 no transporte de seu café para o engenho de outra fazenda onde o seu produto seria beneficiado, esta quantia representando 11,6% da venda de seu produto (8:595$910)[37].

A organização da fazenda pode ser também vista através das profissões dos escravos, discriminadas na matrícula especial de 1872. O quadro nº 9 mostra as profissões encontradas em 1[9] fazendas e, seguindo o esquema sobre o funcionamento da fazenda, podemos distribuí-las, a grosso modo, em 4 grandes grupos:

1º Lavoura - Agrupava o maior contingente de escravos da fazenda, em particular, os trabalhadores de roça responsáveis pelo cultivo do café e dos alimentos[38]. Ao lado desses encontramos, em algumas fazendas o falqueijador e o formigueiro: o primeiro estava vinculado às derrubadas, à seleção das árvores cuja madeira se prestava para as construções; o segundo trabalhava na exterminação das espécies que assolavam às culturas. No quadro nº 9, nota-se que em apenas 2 fazendas de 10 deste grupo correspondia a menos de 50% do total dos escravos. A média para o conjunto encontrada foi de 65,3%.

2º Atividades acessórias - Constituida de ferreiros, carpinteiros e pedreiros essas profissões ligavam-se à manutenção e expansão das construções e instrumentos de trabalho existentes na fazenda, ou da produção como é o caso do tulheiro. Por ser um trabalho mais especializado, o valor de um escravo-carpinteiro, por exemplo, era superior a de um roceiro. Na fazenda São Fideliz do Barão de Santa Justa, um carpinteiro de 40 anos valia 2:000$000 enquanto que o escravo de roça (com 17 anos) de maior valor, não ultrapassava os 1:800$000, soma essa superior à média que era de 1:400$000.

3º Transporte - Carreiro e Tropeiro. A presença da estrada de ferro levaria a diminuição do número de escravos-tropeiros. No quadro nº 9 nota-se que esse grupo (1,25% total) é inferior a dos carreiros (13% do total); esses últimos escravos eram encarregados de levar o café até as estações das Estradas de Ferro.

4º Casa de Vivenda e outras profissões com exceção de algumas profissões, esse grupo reunia os escravos ligados não tanto à produção da fazenda, mas antes à posição social do fazendeiro. Há contudo, atividades neste grupo que deveriam formar um outro grupo, como é o caso das cozinheiras, cujo trabalho estava vinculado à manutenção do contingente de escravos. Esse 4º grupo, dentro das fazendas levantadas constitui naquele que após os trabalhadores ligados a lavoura concentra o maior número de escravos (8%). Por último naquele quadro observa-se que em média 19,9% dos escravos não

possuiam profissão; esse grupo é formado por crianças (menos de 14 anos).

Em outros inventários, nota-se que a listagem acima é incompleta, há ainda profissões como enfermeiro, parteira, cocheiro e mesmo ouriveres[39]. Contudo, aquela listagem combinada aos equipamentos presentes nas fazendas de café nos sugere algumas conclusões, como que a fazenda da região se reproduzia parcialmente à margem do mercado. A existência dos maquinismos de beneficiamento de alimentos, nos induz a acreditar que a força de trabalho tinha parte da subsistência assegurada no próprio interior daquela unidade de produção. Por outro lado, a presença de maquinismos e profissões de escravos acessórios à produção da lavoura, nos informa que na manutenção de parte dos meios de produção (como construções) não se necessitava recorrer ao mercado.

Por último, a reprodução anual da fazenda e, portanto, o seu funcionamento, tanto no que diz respeito à configuração do processo de produção agrícola a partir do sistema de uso da terra, como as relações entre a lavoura e o beneficiamento, podem ser apreendidos através da "contabilidade" da fazenda.

O quadro nº 10, retrata as contas de duas fazendas: "Cachambu" (1880-82) e "Bom Sucesso"[40] (1882). A primeira unidade possuia em 1880 uma extensão de 130 alqueires (28 em matas e capoeiras e o restante em cultura), 360.000 pés de café e 81 escravos. A segunda, 68,5 alqueires distribuidos em culturas, matas virgens, capoeiras e pastos, 136.000 pés de café e 36 escravos.

QUADRO Nº 10

Contas da Fazenda Cachambú (1880/82) e Bom Sucesso (1882

NOME DA FAZENDA	Ano	DESPESAS												RECEITAS			LUCRO
		MÃO DE OBRA						MEIOS DE PRODUÇÃO						Café			
		Gêneros Vendidos	Escravos: Roupas, Saúde e outros	Escravos: Aluguel de Escravos	Livre	Gêneros Comprados (Mercado): Produto	Gêneros Comprados (Mercado): Preço	Total Parcial	Lavouras: Instr. de Trabalho Tipo	Lavouras: Instr. de Trabalho Valor	Insumos: Tipo	Insumos: Valor	Beneficiamento	Animais e Transporte	Outros	Indefinidos	Total Geral	Quantidade (Kilogramas)	Valor		
Cachambú	1880	800$000	1:281$280	26 Escravos 1:300$000	1:172$790	5 Pipas de Ag 107 Sacos de Fe 32 Sacos de Ar 48 Latas de Ba Açúcar	529$440 958$160 192$000 551$000 256$566 2:487$166	7:041$236	8 Machados 4 Serras 1 Serrote 6 Foices 3 Cavadeiras 60 Enxadas Peneira	44$000 9$000 3$400 15$000 4$500 111$000 5$000 191$900	110 Latas de Formicidas.	1:114$380	2:142$490	1:099$200	833$420	372$160	12:794$786	31.598	15:820$820		3:026$034
	1881	776$573	2:348$802	2:000$000 40 Escravos	2:024$000	2 Pipas de Ag 103 Sacos de Ar 36 Sacos de Fe 36 Latas de Ba 26 Latas de Ma Açúcar Indefinido	230$100 627$060 590$000 411$680 82$000 276$566 13$500 2:230$906	9:380$281	70 Enxadas	119$900	10 Latas de Formicidas	174$680	184$770	200$000	375$200	300$000	10:734$831	35.100	14:298$530		3:563$699
	1882	850$000	2:296$500	2:000$000 40 Escravos	4:855$494	120 Sacos de Fe 40 Sacos de Ar Açúcar Aguardente Sal Toucinho Outros Mantimentos	1:240$920 60$000 4:033$726	14:035$720	74 Peneiras	67$200	40 Latas de Formicidas.	292$540	6:243$175	1:118$375	2:736$770	5:949$150	30:442$960	66.000	40:031$310		9:588$350
Bom Sucesso	1882		944$140	-	842$924	Carne Arroz Feijão Sal Toucinho Fumo	876$840	2:663$904	26 Enxadas 3 Cavadeiras 4 Machados	39$000 2$740 16$000 57$740	2 Latas de Formicidas	14$000	635$720	225$800	59$400	200$000	3:855$764		6:199$710		2:343$946

Obs: Ag= Aguardente
Fe= Feijão
Ar= Arroz
Ba= Banha
Ma= Manteiga

Fonte: Inventário, 1880-Falecido Maria Tavares Monteiro, Maço 199, CPS

Conta de Tutela 1882, Menores de Maria Tavares Monteiro, Maço 199, CPS.

Conta de Tutela 1883- Menor do Barão do Rio do Ouro (Lia Pereira da Cunha) Maço 125, CPS.

Nas contas de ambas fazendas a primeira coisa que nos chama a atenção é a desproporção entre os gastos com a força de trabalho (principalmente escrava) que corresponde a mais de 50% das despesas totais e aqueles com os meios de produção. Isso, contudo, retrata a própria forma de reprodução de uma unidade de produção dentro de um sistema agrário, em cuja base a presença do fator mão de obra é superior a dos meios de produção.

Com relação às despesas com a força de trabalho escravo (acrescidas dos custos dos gêneros) verifica-se que, estas podem ser desdobradas, a grosso modo, em custos com a venda de gêneros por parte dos escravos à fazenda, roupas, saúde, remuneração por serviços (nas contas posteriores da fazenda Cachambú este item aparece), compra de gêneros no mercado.

Detendo-nos no caso da fazenda Cachambú encontramos ainda, despesas com o pagamento de aluguel de escravos. Acrescido desse último item o total médio das despesas com os escravos nos três anos considerados, corresponde a 41,5% (22:404$953)do total. Sendo desses gastos um dos que pesam mais são os gêneros comprados no mercado, que corresponde a 39% (8:751$798) do total das despesas com os escravos. Entretanto, o fato do escravo vender ele próprio gêneros à fazenda, nos leva a crer que este reproduzia parcialmente a sua vida material à margem do mercado. Isto é, estes mantimentos vendidos por ele seriam excedentes de sua própria produção.

Por outro lado, nas contas da fazenda Cachambú nota-se que, entre 1880-82, os alimentos de origem vegetal consistiram principalmente, em feijão e arroz. Apreendendo a periodicidade dessas compras verifica-se, conforme o quadro nº 10.1, um desequilíbrio entre elas, isto é, no primeiro semestre de cada ano se concentram a maior parte das compras anuais, sendo adquiridos ambos os produtos, o que não ocorre no segundo semestre, onde é comprado somente um produto. A maior concentração em volume na primeira parte do ano pode ser explicada pela colheita do café, o que implicava na contratação de pessoal extra. Contudo, a mesma explicação não pode ser utilizada para o entendimento de por que no segundo semestre só se comprar um produto.

QUADRO Nº 10.1

Compras de Alimentos pela Fazenda Cachambú (1880 - 82)

	Compras de Mercado								Mantimentos Vendidos pelos Escravos			Valor Total
	Feijão				Arroz							
	Data	Sacos	Valor	%	Data	Sacos	Valor	%	Data	Valor	%	
	18/3/80	50	451$800									
	10/4/80	7	56$000		15/4/80	32	192$000					
1ºsem.	T.S.	57	507$800			32	192$000					699$800
	20/7/80	50	450$360		-				23/7/80	800$000		
2ºsem.	T.S.	50	450$360							800$000		1:250$360
1880	T.A.	107	958$160	49		32	192$000	10		600$000	41	1:950$160
	28/1/81	6	85$000		15/1/81	30	184$060					
	26/2/81	10	145$000									
	9/4/81	20	360$000									
					30/5/81	30	185$000					
1ºsem.	T.S.	36	590$000			60	369$060					959$060
					22/8/81	43	258$000		10/10/81	776$753		
2ºsem.	T.S.					43	258$000			776$753		1:034$753
1881	T.A.	36	590$000	29,6		103	627$060	31,4		776$753	39	1:993$813
	14/2/82	30	300$340									
	31/5/82	30	288$760		5/5/82	40	60$000					
1ºsem.	T.S.	60	589$100			40	60$000					649$100
	19/7/82	20	260$500						18/7/82	850$000		
	14/9/82	20	190$700									
	27/11/82	20	200$620									
2ºsem.	T.S.	60	651$820							850$000		1:501$820
1882	T.A.	120	1240$920	58		40	60$000	3		850$000	39	2:150$920

Fonte: Conta de Tutela de 1882. Menores de Maria Tavares Monteiro, Maço 199, CPS.

Obs: T.S. - Total do Semestre.
T.A. - Total Anual.

Parece-nos que o entendimento para isso talvez esteja no fato de que na segunda parte do ano é o período em que os escravos vendem "mantimentos para a fazenda". Apesar das contas entre 1880-82 não serem claras no que consistem esses mantimentos, em 1883 (agosto) eles são discriminados. Neste ano os escravos venderam 391 alqueires de milho (15.640 litros, 28 alqueires e 3/4 de feijão (mais ou menos 1.120 litros) e 60 sacos de arroz.(41)

Portanto, além de se constatar a presença do milho entre os produtos vendidos pelos escravos, gênero que não aparece nas compras da fazenda no mercado, observa-se que considerando apenas o arroz, o volume vendido pelos escravos é superior ao volume comprado fora da fazenda em 1880 e é mais do que a metade do adquirido no mercado em 1881.

Por sua vez, considerando em conjunto os produtos de origem vegetal (excluído o açúcar) adquiridos no mercado e aqueles vendidos pelos escravos, observamos que (quadro nº 10.1) esses últimos correspondem a mais ou menos 40% das despesas com aqueles produtos. Em outras palavras, utilizando como critério o preço dos gêneros (o que não é o melhor critério para o caso dos escravos, na medida em que não "negociavam" propriamente em um "mercado"), percebe-se que os mantimentos vendidos pelos escravos respondiam por mais ou menos 40% das necessidades da fazenda em produtos vegetais, e isso excluido o que estes consumiam ou seja, o que não era vendido.

Do que dissemos depreende-se que apesar do dispêndio da fazenda ser grande na aquisição de alimentos no mercado, parte do fornecimento destes é feito no seu próprio interior. Por outro lado, este tipo de despesa seria bem maior caso fosse computado como compra de mercadorias o que os escravos produzem mas não vendem, mas sim consomem. Isto é, caso não existisse aquela produção de alimentos feita pelos escravos e, portanto, a fazenda fosse obrigada a comprar o seu equivalente no mercado.

Quanto à fazenda Bom Sucesso, se observa que as despesas com a força de trabalho correspondem a 24,5% que acrescidas dos gêneros equivalem a 47,2%. Na análise da compra desses gêneros devemos levar em consideração que a fazenda, segun

do o seu administrador, "também cultiva cereais para o consumo". Essa informação talvez esclareça a não presença do milho e da mandioca, alimentos fundamentais da dieta da época, e também explique o fato de que o arroz e o feijão entrem com uma participação conjunta, na formação das despesas deste item, em 34,5%(302$500). Por sua vez estas compras se concentraram em uma parte do ano (janeiro a março), sendo pouco expressivo o seu volume.

No interior das despesas com a força de trabalho, ao lado daquelas ligadas ao escravo há as dispendidas com o pessoal livre, seja com os feitores ou com a contratação temporária dos serviços como de carpinteiros, trabalhadores para derrubadas etc. Em ambas as fazendas, observa-se que no caso dos empregados permanentes, como feitores de roça, os pagamentos dos salários não são efetuados mensalmente mas sim de tempos em tempos, podendo esse período ultrapassar mais de um ano, tempo em que era estabelecido uma conta própria (dever-haver) entre o fazendeiro e o empregado.

Geraldo Luiz Ferreira, foi feitor de roça da fazenda Cachambú de 31 de outubro de 1881 até 26 de abril de 1882, sendo o total de sua remuneração anual estabelecido em 600$000. Durante os cinco meses e 26 dias que trabalhou, "pediu" dinheiro ao fazendeiro em janeiro (45$000) e em 24 de abril (24$000). Descontadas aquelas somas, esse empregado recebeu, em 26/4/882, 228$316, dia em que também foi despedido. Outro caso é do feitor da fazenda Penedo, que após 14 meses e 15 dias recebia a metade de seu salário.

Durante este período de "não pagamento monetário", as despesas pessoais do empregado são computadas como "deve" ao fazendeiro. Entre essas despesas encontramos, compras de roupas, alimentos, e há ainda os pedidos de dinheiro. Do lado do Haver, além do "salário" do empregado, são computados os serviços extras que esse realiza na fazenda.(42) Nesta medida, nota-se que o tipo de relação estabelecida entre o fazendeiro e os empregados não consiste propriamente em relação assalariada em strito - sensu e, por outro lado, observa-se a fragilidade do mercado e da circulação monetária presente na região neste período (anos de 1880).

Outro tópico presente nas despesas das duas fazendas diz respeito aos custos na compra de animais utilizados no transporte, a exemplo de bois para carro, e daqueles para criação, como porcos. No tratamento deste item devemos levar em consideração que ambas as fazendas possuem um pequeno contingente de animais.

A fazenda Cachambú, apesar de ter bestas, mulas, bovinos, carneiros e porcos, o seu número, que não é discriminado, parece ser pequeno caso comparemos a percentagem de sua participação no valor total da fazenda (animais - 600$000 e da fazenda 146:537$426) com a percentagem de outras fazendas da mesma época e cujo monte e dimensões lhe são próximos. Escolhemos três fazendas que aparecem no quadro nº 8 e Anexo nº II são elas: a de Antônio Jacinto do Couto (animais-1:765$000 e valor total 180:648$000); Francisco Gomes de Aguiar (2:413$000 - 211:804$500); Francisco Barboza Teixeira (3:460$000 - 241:988$000). A percentagem da participação dos animais no valor total destas fazendas é respectivamente, 0,98%, 1,14% e 1,43%, cifras que são superiores àquela encontrada na Fazenda Cachambú que foi de 0,41%. Confrontando esses resultados com a listagem dos animais presentes naquelas três fazendas (quadro nº 8), observamos que o valor de 600$000 não corresponde a um grande número de animais por tipo de rebanho. Talvez isto explique o porquê da compra expressiva de bois de carro ou de carneiros entre 1880-82.

Por sua vez, a fazenda Bom Sucesso, cujo rebanho se compõe de 6 bois de carro, 1 novilho e 1 cavalo, compra aquilo que não possui: porcos.

Quanto à relação lavoura-beneficiamento nota-se que, tanto na fazenda Cachambú (com exceção para 1880) como na " Bom Sucesso" os gastos são maiores para a manutenção dos maquinismos de beneficiamento do que na reposição dos instrumentos de trabalho e "insumos" na lavoura. Na primeira fazenda, o custo médio com a lavoura é de 3,6% e com o beneficiamento de 16% do total das despesas; nesse último item, consideramos as despesas que a fazenda realiza na compra e importação da máquina de beneficiamento Ligerwood, contudo esses gastos são

"extras" , fugindo deste modo à reprodução anual. Enquanto que na segunda fazenda, as despesas médias foram respectivamente 2% e 20,5%.

Neste momento percebe-se as implicações do sistema de uso da terra, em vigor nestas fazendas, nos custos da reprodução anual do processo de produção agrícola. Por um lado, os instrumentos de trabalho ligados àquele modo de cultivo da terra consistem em enxadas, foices, cavadeiras etc, isto é, em instrumentos que devido à sua"simplicidade" têm um valor reduzido; no interior das contas de ambas unidades esse item não ultrapassa 1,5% do total. Por outro lado, num sistema de cultivo em que as matas substituem a aplicação de adubos na refertilização da terra, não há necessidade de se comprar fertilizantes, sendo o item "insumos" na falta de um nome melhor, composto apenas de formicidas. Em outras palavras, a lavoura, no que concerne à reposição de seus instrumentos e "insumos", tinha um custo inferior daquele setor que,dentro da fazenda beneficiava seus produtos.

No item receitas devemos, no caso da fazenda Cachambú, antes de mais nada, dizer que no período 1880-82 parte dos pagamentos (7:469$842) dos dois primeiros anos foram deslocados para 1882; ano em que, se comparado com 1880, mais que duplica o seu rendimento em quantidade (108,9%) valor (153%). Isso poderia ser explicado pelo fato de que, em 1882, 60.000 pés de café (16,7% do total) estariam com 9 anos e, portanto, entrando na faixa de idade mais produtiva, que segundo Van Delden Laerne é de 8 a 16 anos[43], enquanto que outros 40.000 (11,1% do total) com 7 anos estariam prestes a entrar naquela faixa. Outrossim, isto não só indica que o fazendeiro organizava os seus pagamentos conforme a previsão dos rendimentos de seus cafezais, mas também, que não pagava as suas contas imediatamente o que implicava no aumento dessas, na medida em que eram possivelmente acrescidas de juros. Em vista disto, o cálculo aproximado do lucro nesta fazenda, para o referido período, será feito considerando os três anos em conjunto.

O cálculo da receita líquida, descontadas as despesas, deve ser feito considerando a amortização do preço escravo. Ao

afirmarmos isso, partimos do pressuposto de que o escravo não deve ser visto como um meio de produção e integrante do capital fixo, mas antes, como afirma Jacob Gorender[44], enquanto " agente subjetivo do processo de trabalho". Por outro lado, a inversão inicial na compra do escravo não pode ser entendida enquanto "capital variável" (salário), e deste modo incluido no capital circulante. Se assim o fizéssemos estaríamos vendo relações capitalistas de produção numa relação de produção em que o produtor direto não vende a sua força de trabalho mas sim é vendido; e caso considerássemos estas relações como "capitalistas", a identificação da inversão inicial gasta na compra do escravo com o capital variável estaria igualmente errada pois, essa categoria estaria mais próxima à reprodução da vida material do escravo. Segundo Gorender, o capital-dinheiro empatado na aquisição do escravo, na verdade, não funcionaria como capital, seria não capital. E em vista disso, esta inversão só poderia ser recuperada pelo fazendeiro "às custas do sobre-trabalho do escravo"[45]. Será esse o nosso procedimento.

Para efeito de nosso trabalho, partimos do pressuposto que a vida produtiva do escravo na lavoura é de 15 anos[46], período em que deveria ser amortizado o seu preço de compra. E pelo fato de não termos tido acesso a informações mais detalhadas, calculamos esta amortização tomando por base aqueles escravos cujo valor, nos inventários das duas fazendas acima, superavam a quantia de 1:000$000. Em outras palavras, consideramos estes escravos como aqueles que em idade produtiva seriam responsáveis por grande parte da produção.

O número de escravos nestas condições no inventário de Maria Tavares (Cachambú) somava 21 (25,9%) do total sendo o seu valor de 23:700$000, o que corresponde aproximadamente a 45,4% do valor total dos escravos. Em 15 anos, portanto, a amortização anual seria de 1:580$000. O mesmo procedimento foi empregado para a fazenda Bom Sucesso sendo que o número de escravos considerados foi de 14 (38,9%)do total) cujo valor correspondia a 15:300$000, isto é, 53,2% do total que é de 28:780$000; a amortização anual fica em torno de 1:020$000. Do que dissemos acima depreende-se que os resultados apresentados no quadro a seguir possuem um caráter meramente ilustrativo,não tendo assim nenhuma pretensão maior.

QUADRO Nº 10.2.

Receita Líquida nas Fazendas Cachambú (1880/82-85) e Bom Sucesso (1882)

Fazenda	Ano	Despesas	Receitas	Lucro	%	Amortização do preço dos Escravos em 15 anos	Lucro com Amortização	%
Cachambú	1880/82	53:972$577	70:150$660	16:178$083	29,97	4:740$000	11:438$083	19,48
Cachambú	1883	17:810$116	31:140$970	13:330$854	74,84	1:580$000	11:750$854	65,97
Cachambú	1884	11:019$075	17:476$100	6:457$025	58,59	1:580$000	4:877$025	44,25
Cachambú	1885	15:156$598	26:896$100	11:739$502	77,45	1:580$000	10:159$502	67,03
Bom Sucesso	1882	3:855$764	6:199$710	2:343$946	60,79	1:020$000	1:323$946	27,15

Fonte:1. Inventário, 1880, Falecido - Maria Tavares Monteiro, Maço 199, CPS.
Conta de Tutela, 1882, Menores de Maria Tavares Monteiro, Maço 199, CPS.
2. Conta de Tutela 1883 Menor do Barão do Rio do Ouro (Lia Pereira da Cunha), Maço 125. CPS.

No quadro nº 10.2. além do período 1880-82, nos utilizamos para a fazenda Cachambú também dos anos de 1883-85, período em que apesar de ser impossível detalhar as despesas, o seu total combinado com as receitas nos permitiu apreender a receita líquida. Verifica-se outrossim, que durante o período considerado, as duas fazendas, apesar da amortização do preço dos es-

cravos, funcionam com lucro, chegando em certos anos a mais de 50%.

Em resumo, o estudo das contas das suas fazendas de café do sistema agrário da economia de exportação nos indica:

- Uma maior concentração dos custos na reprodução da força de trabalho do que com a reposição dos meios de produção. Custos estes que estão condicionados à magnitude da produção de alimentos no interior da fazenda que, por sua vez depende da disponibilidade de espaços que permita o emprego do sistema de roça.

- O sistema de uso da terra ligado ao caráter extensivo do sistema agrário (não mudança técnica), se traduz no pequeno custo na reprodução da lavoura, no que diz respeito à reposição dos meios de produção (instrumentos de trabalho e "insumos"). O beneficiamento dos produtos custa mais caro que a produção desses mesmos produtos.

- Naquelas fazendas que apresentam rebanhos expressivos seja em número e tipo, onde a reprodução desses últimos se faz no interior daquela, os custos com estes são mais reduzidos.

2.3. A Transformação de Matas em Cafezais: o segundo movimento do processo de reprodução.

O segundo movimento do processo de reprodução do sistema agrário, mais longo no tempo, consiste propriamente na reprodução, seja simples, seja "ampliada", da fazenda. Ele se manifesta pela transformação das matas virgens em cafezais. Em outras palavras, deve-se incorporar um quantum de terras virgens que permita a substituição do cafezal em declínio produtivo, e com isso garantir, pelo menos, a reprodução simples da fazenda, ou melhor, a manutenção do volume do café mercantilizado.

No entendimento desse movimento deve-se ter em mente o sistema de uso da terra em que a disponibilidade das matas substitui a existência de um trabalho adicional na refertilização dos solos ou de um longo período de pousio. Deste modo, mesmo aqui lo que poderíamos chamar de reprodução simples é feita, também, pela incorporação de mais terras. Sendo que a diferença entre essa e a reprodução "ampliada" seria dada pelo fato de que aque

la incorporação de mais terras se faria além das necessidades de manutenção do volume de produção, e isto seria acompanhado por uma incorporação de um contingente de força de trabalho adicional.

Em alguns inventários é possível verificar este movimento de transformação de matas virgens em cafezal, através da idade dos cafezais. No quadro nº 12, a título de ilustração reproduzimos informações de dois inventários cujo cafezal mais velho possuia em 1880 a idade de 30 anos. Partindo do pressuposto que na região do Rio a idade em que o cafezal apresentava um acentuado declínio produtivo era de 25anos, como nos informa Van Delden Laerne[47] (ver quadro nº 11), recuamos no tempo 6 anos, para 1874, ano em que aquele cafezal teria 24 anos e os mais velhos (que em 1880 já não aparecem mais) uma idade superior a 25 anos. A partir daí começamos a reconstituir a vida dos cafezais durante um período de 6 anos, apreendendo a transformação de matas em cafezais, período de formação do cafezal etc.

QUADRO Nº 11
Valor do cafezal segundo a sua idade

Idade (em anos)	Valor (em mil reis)	Altura (em centímetros)
1	$060	14
2 a 3	$100	24
3 a 5	$160	38
5 a 8	$200	48
8 a 16	$280	68
16 a 20	$180	44
20 a 25	$160	30
25	$060	14

Fonte: Informações retiradas das Fazendas dos Viscondes de S. Clemente e de Nova Friburgo citado por Van Delden Laerne, op.cit., p.260.

QUADRO Nº 12

Transformação de Matas em Cafezais em duas fazendas-1874/80

Francisco Barboza Teixeira-Fazenda Santo Aleixo-1880

1874		1875		1876		1877		1878		1879		1880	
Idad	nº **	Idad	Nº	Idad	Nº	Idad	Nº	Idad	Nº	Idad	Nº	Idad	Nº
PP*	35	1	35	2	35	3	35	PP	20	1	20	2	20
2	25	3	25	4	25	5	25	4	35	5	35	6	35
5	80	6	80	7	80	8	80	6	25	7	25	8	25
6	17	7	17	8	17	9	17	9	80	10	80	11	80
24	70							10	17	11	17	12	17

Ano	1874	1875	1876	1877	1878	1879	1880
Nº Total de Pés de Café	227	157	157	157	177	177	177
Em Idade Produtiva (4 a 24 anos)	167	97	122	122	157	157	157
Idade + Prod. (8a16)	-	-	17	97	97	97	122
Cafezal em Formação	25	60	35	35	-	20	20
Sem Produção (+24 anos)	-	70	-	-	-	-	-
Transformação Matas/Cafezal	35	-	-	-	20	-	-

Manoel Luis dos Santos Werneck - 1880

1874		1875		1876		1877		1878		1879		1880	
Idad.	Nº	Idad.	Nº	Idad.	Nº	Idad.	Nº	Idad.	Nº	Idad.	Nº	Idad.	Nº
4	13	PP	12	1	12	2	12	3	12	4	12	5	12
5	2,5	5	13	6	13	7	13	8	13	9	13	10	13
12	20	6	2,5	7	2,5	8	2,5	9	2,5	10	2,5	11	2,5
18	6	13	20	14	20	15	20	16	20	17	20	18	20
20	40	19	6	20	6	21	6	22	6	23	6	24	6
21	5	21	40	22	40	23	40	24	40				
24	1,5	22	5	23	5	24	5						

Ano	1874	1875	1876	1877	1878	1879	1880
Nº Total de Pés de Café	88	98,5	98,5	98,5	93,5	53,5	54,5
Em Idade Produtiva (4 - 24 anos)	88	86,5	86,5	86,5	81,5	53,5	53,5
Idade + Produtiva (8 - 16 anos)	20	20	20	22,5	35,5	15,5	15,5
Cafezal em Formação	-	-	12	12	12	-	-
Sem Produção(+ 24 anos)	-	1,5	-	-	5	-	40
Transformação Matas/Cafezal	-	12	-	-	-	-	-

Fonte: Inventário, 1880, falecido - Francisco Barboza Teixeira, maço s/nº, CPS.

Inventário, 1880, falecido - Major Manoel Luís dos Santos Werneck, maço nº 97,CPS.

*PP- plantado a pouco

** nº - em 1000 pés de café

Pelo quadro nº 12, percebe-se que a transformação de matas em cafezais se dá na fazenda Sto. Aleixo em 1874 e 1878, portanto, num intervalo de 4 anos. Já na outra fazenda essa transformação só ocorre uma vez.

Por outro lado, na fazenda Sto. Aleixo observa-se, ainda, que entre 1874 e 1875 há uma queda dos cafezais em idade produtiva, o que no ano seguinte é ligeiramente compensado pela entrada de novos pés na faixa de idade produtiva e, em 1878, aquela diferença para 1874 diminui novamente. Outro elemento que deve ser levado em conta, diz respeito à faixa de idade mais produtiva de 8 a 16 anos, que em ambas fazendas apresenta um perfil ascendente, o que, por sua vez, pode ter compensado a perda da capacidade produtiva dos cafezais em termos de idade produtiva. Para efeito de nosso trabalho, é importante reter que na manutenção da capacidade produtiva da fazenda, deve existir um certo equilíbrio entre o declínio produtivo dos cafezais, a derrubada das matas e a formação de novos cafezais. É necessário que exista na fazenda ou que a ela seja incorporado, um quantum de matas que permita a substituição dos antigos cafezais, e isto deve ser feito considerando-se que o tempo de formação do cafezal é de 4 anos.

Por conseguinte, a partir do segundo movimento do processo de reprodução, percebe-se que as matas virgens, como já dissemos antes, não são "terras incultas" mas sim um momento na renovação do processo produtivo. E isto pode ser percebido na conta de tutela (1854) dos menores de D. Maria Joana da Silva Ribeiro, em que a tutora ao se referir ao estado da fazenda de seus tutelados, liga a capacidade de reprodução desta à disponibilidade de terras. "D'aqui a quatro anos quase que nada valerá a fazenda" isto por que estará "acabada a velha plantação de café (...) de nada vale a fazenda que não tem terras onde faça nova plantação, bem se sabe que na fazenda (...) deve fazer plantação de café que é para ir recuperando aquelles que vão ficando velhos, agora esta que não tem nem mesmo um pão em pé não tem mesmo onde plantar um pé de café d'aqui a alguns anos não terá mesmo onde se plantar um só pé de mesmo feijão, arroz ou mandioca."(48).

Outrossim, verifica-se neste sistema agrário que as matas valem mais que as terras cultivadas (ver mais adiante gráfico nº 9), o que é perfeitamente compreensível dentro da lógica de um modo de cultivo em que as matas substituem a inversão de um trabalho adicional na recuperação dos solos e em que o cultivo da terra se faz por métodos extenuantes para esta. Por sua vez, isto nos indica uma racionalidade própria daquela forma de produção frente ao capitalismo, onde "sendo a mesma qualidade natural, a terra cultivada vale mais que a inculta".(49)

A partir desta forma de reprodução do sistema agrário podemos também depreender que as "terras" presentes na fazenda adquirem um novo significado dado pela lógica daquele sistema: matas virgens, o seu quantum comparado com o cafezal existente nos indicam o grau e as possibilidades de reprodução da fazenda; o cafezal refere-se à capacidade produtiva atual da fazenda: capinzal e capoeiras nos informam sobre o passado da fazenda (os números de reproduções já ocorridas) e a sua relação quantitativa, com as matas nos indicam o avanço do fim da fazenda de café.

Por sua vez, essa incorporação de mais terras, em tese, não deve compreender apenas a extensão dos cafezais; ela deve igualmente incluir (no caso da reprodução "ampliada") o aumento das lavouras de alimentos. Quando isto não ocorre, o crescimento da fazenda se faz às custas do espaço da produção de alimentos, prejudicando assim a sua própria capacidade reprodutiva, na medida em que a fazenda terá que recorrer com mais frequência ao mercado para satisfazer as suas necessidades em gêneros de subsistência e com isso levará, em tese, a uma diminuição do sobre-trabalho extorquido do escravo.

Ao lado da incorporação de mais terras, há a renovação ou ampliação do contingente de escravos ligados à lavoura, processo este que, como já demonstramos, é feito parcialmente à margem do crescimento natural da população local. No cálculo dessa reposição devem ser, em tese, levados em conta o crescimento natural da população escrava da fazenda, a taxa de mortalidade (antes da idade produtiva limite - 40anos) e o envelhecimento dos escravos.

A título de ilustração, observa-se que na fazenda de Francisco Gomes de Aguiar em 1872, existiam 31 escravos e aproximadamente 96.000pés de café; oito anos mais tarde existiriam 81 escravos e 189.000 pés de café. Durante este período morreram 9 escravos, nasceram 16, 9 foram herdados e 28 comprados , isto é, o número de escravos aumentou em 44 (118,9%). Considerando apenas os escravos comprados, na medida em que eles nos dão uma idéia mais aproximada da renovação do conjunto de trabalhadores, esses correspondem a um crescimento de 75,7% em relação ao número de escravos em 1872, e, descontados os mortos, essa cifra fica em torno de 37,8% de aumento. Quanto ao crescimento do cafezal, verifica-se que entre 1872 e 1880 foram plantados 93.000 pés, ou seja, 49,2% dos existentes em 1880.(50)

Comparando esses números com as duas fazendas antes citadas nota-se que, naquele mesmo período, na fazenda Sto. Aleixo o número de escravos diminui de 103 para 87 (crescimento negativo de 15,5%) e a do Major Manoel Luís dos Santos Werneck de 79 para 66 (crescimento negativo de 16,5%).(51) No que diz respeito aos cafezais, na primeira foram plantados no período de oito anos, 80.000 pés o que corresponde a 32,4% do total em 1880. E na segunda, 12.000 pés, isto é, 10,7% do total. Por conseguinte, ambas fazendas experimentam no período considerado um rítmo de vida inferior a daquela da fazenda de Francisco Gomes de Aguiar. Contudo nos três casos se nota a relação íntima entre o contingente de trabalhadores e o rítmo de incorporação de matas.

Por outro lado, nos detendo mais de perto na transformação das matas em cafezais e no período de formação desses percebe-se que, o trabalho materializado pelos escravos nestes processos, assim como o trabalho do pessoal livre na derrubada, só terá uma concretude monetária para a fazenda após 4 ou 5 anos quando o cafezal se torna produtivo. Sendo assim, durante este período as despesas não têm em contrapartida receitas; na fazenda Sto. Aleixo em 1877, por exemplo, os cafezais em formação representavam 14,2% do total.

Essa situação nos leva a tirar duas conclusões quanto ao segundo movimento do processo de reprodução: 1º ela se dá " por

debaixo" da reprodução anual da fazenda, que é feita com os antigos cafezais, é a reprodução anual que "sustenta" aquilo que chamamos de segundo movimento; a realização do segundo quando este é ampliado, implicando assim numa série de despesas, em tese, ele deve ser precedido de um certo número de reproduções anuais. Em outras palavras, percebe-se, por conseguinte, uma relação íntima entre aquilo que chamamos de 1º e 2º movimento processo de reprodução. Ao mesmo tempo em que o 2º, ao transformar matas em cafezais e ao repor ou ampliar o contingente de trabalhadores, permite a continuidade da reprodução anual da fazenda, por sua vez, aquele 2º movimento é sustentado pela reprodução.anual.

Detivemo-nos até agora na reprodução extensiva de fazendas isoladas. Entretanto, esse processo não se restringe a uma ou outra fazenda. Ele diz respeito à reprodução de uma forma de produção historicamente definida numa dada região. E apreendida dessa maneira a reprodução extensiva adquire um novo significado, isto é, aparece como um movimento de transformações acumulativas que se traduzem na dimensão da população trabalhadora (seu aumento no decorrer do tempo) e na paisagem rural da região.

A nível da região, a transformação das matas em cafezais pode ser percebida, nos inventários, através da variação do valor (%) da terra em relação ao do cafezal. Considerando que a mata virgem é o "tipo" de terra mais valorizada, a diminuição do valor relativo da terra, no interior da fazenda, seria indicativo do desaparecimento das matas. Em outras palavras, esta diminuição de valor mostraria o aumento da extensão das terras em culturas (que são de menor valor) e, assim sendo, dos cafezais. Deste modo, a transformação das matas, ou que é o mesmo, a reprodução da lavoura, é revelada pela redução (%) do valor das terras e aumento (%) dos cafezais.

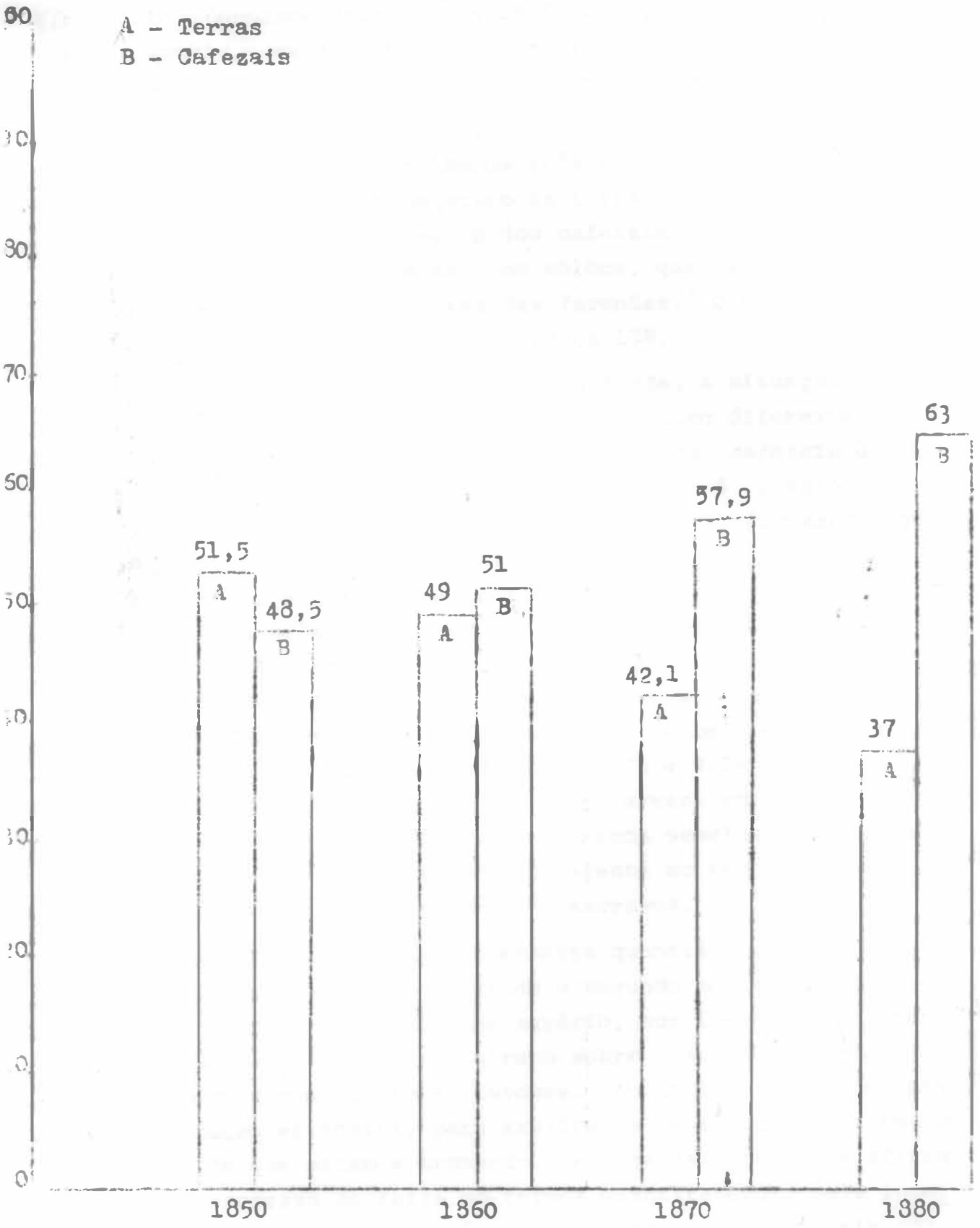
Através do gráfico nº2 podemos observar a ocorrência desse movimento entre 1850 e 1880 e, com isso, o rítmo da reprodução extensiva na região. Em 1850, as matas respondiam por 51,5% da soma de seu valor com o dos cafezais. Trinta anos mais tarde, essa relação se modificaria em favor dos cafezais

que passariam a corresponder a 63% daquela soma. O distanciamento desses valores, no tempo, progressivamente passaria a indicar não apenas a realização do segundo movimento mas também a redução de suas possibilidades de se concretizar, até o momento em que as terras voltariam a ter um valor superior ao dos cafezais, só que agora não mais devido à presença das matas.

GRÁFICO Nº 2

% Valor das Terras e Cafezais nos Inventários de 1850 a 1880.
terras + cafezais = 100 %

A - Terras
B - Cafezais



FONTE: Inventários - Cartório do 1º Ofício de Notas - Paraíba do Sul

Tendo em conta esta variação relativa de valores , no tempo, podemos ilustrar a reprodução extensiva na região. E,para tanto, formamos dois grupos de fazendas, com áreas mais ou menos iguais, em dois períodos diferentes[52], 1850/60 e 1874/84, considerando estes grupos como representativos da região naqueles períodos.

Para 1850/60, escolhemos três fazendas cuja extensão somava 721 alqueires. Nesse grupo as terras correspondiam a 68% da soma de seu valor com o dos cafezais (32%). E isso indicaria a presença das matas, ou melhor, que os cafezais não ocupavam a maior parte da área das fazendas. O número de pés de café era de 217.000 e o de escravos 138.

Mais ou menos vinte anos mais tarde, a situação apresentada pelo segundo grupo de fazendas é um pouco diferente. Formada por 713 alqueires, a área ocupada pelos cafezais é significativamente superior daquela acima. Isto é, o valor das terras sofre uma diminuição, passando para 24%, enquanto que o dos cafezais aumenta para 76% da soma dos valores de ambos. Ao lado disto, a transformação pretérita das matas em cafezais é demonstrada pela existência de 1.317.000 pés de café; desses 218.000 (16,6%) eram velhos. Acompanhando essa maior presença das terras em culturas aparecem 583 escravos. Portanto, o segundo período apresenta um número de pés de café e um contingente de escravos, respectivamente , 507% e 322% maiores do que do primeiro período. Em outras palavras, em épocas diferentes uma área de dimensão mais ou menos semelhante, apresenta uma conformação inteiramente diferente em termos quantitativos: em número de pés de café e de escravos.

Por sua vez, essas diferenças quantitativas no tempo, e a forma como estamos conduzindo o segundo movimento do processo de reprodução do sistema agrário, nos levam a uma segunda questão que é a relação entre o sobre-trabalho extraído do escravo com a reprodução da lavoura. Ao utilizarmos o conceito de reprodução extensiva, para explicar a reprodução da forma de produção de que estamos tratando, implica não apenas em afirmar que esse processo se fazia em termos quantitativos, pela incorporação do fator terra e mão de obra, mas também que ele con-

sistia na repetição de um mesmo processo de produção, só que agora "largado". Isto quer dizer que, o sobre-trabalho extraído de trabalhador não era invertido na lavoura no sentido de uma mudança técnica.

Inicialmente, podemos ter uma idéia aproximada da utilização do sobre-trabalho pelo fazendeiro, ou melhor, da relação entre sobre-trabalho e a agricultura através da contrastação entre os "investimentos" que são feitos na fazenda com aqueles que são feitos fora dela. Consideramos aqui como "investimentos" na fazenda a soma dos valores das terras, culturas, edificações, equipamentos, animais e escravos. E através do quadro nº 13 podemos ver que de 1850 a 1880, os "investimentos" fora da fazenda não ultrapassam a mais de 30% do monte dos inventários. O que demonstra que o sobre-trabalho extraído do escravo era dirigido principalmente para as fazendas, sendo pouco significativo as "inversões" em "casas na cidade" (Rio de Janeiro ou Paraíba do Sul) ou em bens móveis; "inversões" que, a grosso modo, poderíamos chamar de improdutivas.

QUADRO Nº 13

Participação da Fazenda no Monte-Mór dos Inventários 1850-1880

Fazenda: Terras, ~~Cafezais~~ Culturas, Escravos, Equipamentos, Edificações e Animais.

Ano	Fazenda	%	Monte Mór	Nº de Inventários
1850	262:399$100	92	283:339$156	12
1860	~~3:075:237$375~~ 2:240:785$244	73	3:075:237$375	14
1870	1:676:271$000	84	1:979:986$558	9
1880	1:825:542$000	94	1:939:813$864	22

Fonte: Inventários - Cartório de 1º Ofício de Paraíba do Sul.

Detendo-nos agora nos investimentos na fazenda, em relação aos meios de produção, podemos ter uma primeira impressão dessas inversões através da participação do valor dos equipamentos. O gráfico nº 3 retrata a participação do valor dos escravos, das terras e dos equipamentos nas unidades de produção de 1850 a 1880, sejam eles representativos de grandes fazendas de café (mais de 220 alqueires ou com mais de 100.000 pés de café e 60 escravos) ou de pequenas explorações agrícolas (menos de 6 escravos e 15 alqueires) onde ao lado do café a produção de alimentos aparece como fundamental na determinação da soma dos investimentos. Nesta medida, por esse gráfico nos é possível ter uma idéia aproximada, através do contraste (%) daqueles elementos, do nível técnico presente na região naquele período. E por ele verificamos que a participação dos equipamentos não chegou em nenhum momento a corresponder a 5% daquela soma.

Complementando essa informação, no quadro nº 14 são retratados os investimentos em algumas fazendas (com mais de 200 alqueires ou mais de 100.000 pés de café e 60 escravos) naquele mesmo período. Nele se observa que os investimentos que assumiram a forma de equipamentos não ultrapassaram 10% do valor total da fazenda. Essas informações nos indicam, por conseguinte, o baixo nível técnico presente na região como um todo e na fazenda de café em particular.

Outrossim, tanto no gráfico nº 3 como no quadro das fazendas, nota-se que o valor relativo daqueles equipamentos tende a aumentar na medida em que se aproxima o fim da escravidão. No gráfico, a participação deste item passa de 3,3% em 1870 para 4,3% em 1880, superando assim a participação relativa das "terras" e escravos que apresentam comportamento descendente. Quanto ao quadro nº 14, antes de 1873, 5 fazendas em 6 o valor da casa de vivenda (moradia do fazendeiro) era superior a dos meios de produção ligados ao beneficiamento; isso alteraria nas fazendas (no quadro nº 14) a partir de 1873. Tal fato sugere uma mudança técnica no decorrer do tempo.

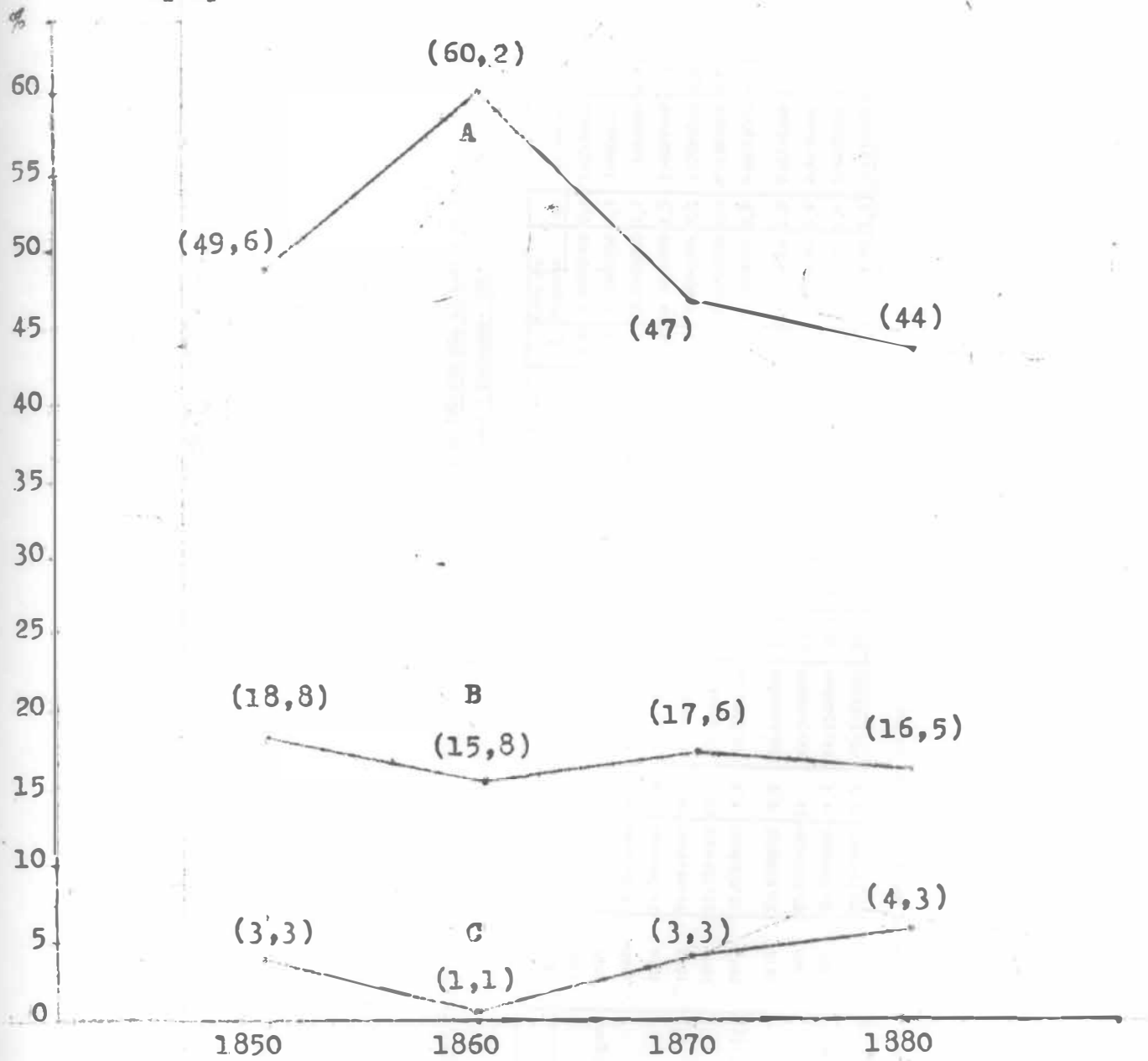
Entretanto, se nos detivermos naquela fazenda (Francisco Gomes de Aguiar - 1880)[53] do mesmo quadro nº 14 onde os

GRÁFICO Nº 3

VALOR (%) dos Escravos, Terras e Equipamentos de Beneficiamento nos Inventários de Paraíba do Sul - 1850 - 1880

escravos + terras + equipamentos + culturas + edificações + animais = 100 %

A % Escravos
B % Terras
C % Equipamentos



FONTE: Inventários - Cartório do 1º Ofício de Notas - Paraíba do Sul

QUADRO Nº 14

Investimentos

~~Instrumentos~~ em Algumas Fazendas de Café com mais de 200 Alqueires de Terras ou com mais de 100.000 Pés de Café e 60 Escravos

Terras + Cafezais + Equipamentos + Edificações* + Animais + Escravos= 100

Inventário	Ano	Terras	%	Cafezais	%	Equipamentos	%	Edificações	%	Casa de Vivenda	%	Animais	%	Escravos	%	Total
Domingos Teixeira Alves	1850	9:610$000	12,6	19:920$000	26,2	2:000$000	2,6	1:970$000	2,6	2:400$000	3,2	1:353$600	1,8	38:736$000	51	75:989$600
Guilherme Francisco Rodrigues	1860	53:000$000	35,8	14:080$000	9,5	4:100$000	2,8	5:700$000	3,9	4:000$000	2,7	1:900$000	1,3	65:144$000	44	147:924$000
Ana Lima Machado	1860	18:000$000	16	13:600$000	12,1	1:300$000	1,2	10:160$000	9	3:000$000	2,7	535$000	0,5	65:765$000	58,5	112:360$000
Baroneza da Parahyba	1864	75:000$000	15,8	58:912$000	12,4	11:350$000	2,4	7:270$000	1,6	12:000$000	2,5	7:000$000	1,5	302:225$000	63,8	473:757$000
Luiza Maria d'Assumpção	1870	25:984$000	19,1	14:520$000	10,7	5:620$000	4,1	3:560$000	2,6	7:000$000	5,2	1:090$000	0,8	77:930$000	57,4	135:704$000
Magdalena Maria Pereira	1870	53:356$000	23	47:150$000	20,3	5:540$000	2,4	13:505$000	5,8	10:000$000	4,3	8:130$000	3,5	94:336$000	40,7	232:017$000
Barão de S. Justa(Faz.S.Fidelis)	1873	30:000$000	6,6	42:200$000	9,2	18:770$000	4,1	9:330$000	2	12:000$000	2,6	4:805$000	1,1	340:754$000	74,4	457:859$000
Mariana Cândida Oliveira	1874	32:950$000	8,2	133:440$000	33,1	24:990$000	6,2	11:830$000	2,9	23:325$000	5,8	9:077$500	2,3	166:865$000	41,5	402:477$500
Francisco Gomes de Aguiar	1880	37:550$000	21	42:360$000	23,6	15:436$000	8,6	10:560$000	5,9	1:600$000	0,9	2:413$000	1,3	69:300$000	38,7	179:219$000
Francisco Barboza Teixeira	1880	30:310$000	14,2	64:550$000	30,3	3:180$000	1,5	6:395$000	3	3:000$000	1,4	3:460$000	1,6	102:350$000	48	213:245$000
Manoel Gomes Vieira	1880	53:750$000	15,5	209:210$000	38,7	24:890$000	4,6	10:400$000	1,9	8:000$000	1,5	3:191$000	0,6	200:900$000	37,2	540:341$000

Fonte: Inventários - Cartório 1º Ofício de Notas de Paraíba do Sul

* Inclui Casa de Vivenda.

equipamentos de beneficiamento possuem o seu mais alto percentual de valor (8,6%), verificamos que nesta mesma fazenda o instrumental de trabalho aplicado na lavoura (ver quadro nº 15) consistia em machados, foices, cavadeiras e enxadas, cujo valor era de 57$000, não chegando a significar 0,03% do valor total da fazenda. Esse baixo valor do instrumental não só indica pequenos custos de produção na lavoura, mas também mostra a persistência do sistema de uso da terra, ou ainda, sugere um baixo nível técnico na lavoura.

Tal nível técnico está presente em unidades de produção agrícolas de dimensões e épocas diferentes (1850-80), como podemos ver pelo quadro nº 15, onde se observa que a parcela do valor da fazenda correspondente aos instrumentos de trabalho agrícola não ultrapassa meio por cento (0,5%). E isso se faz presente em unidades como a de Manoel Pereira de Oliveira[54] (1860), onde a produção de cana de açúcar e de alimentos tinha uma participação superior(57,8%) a dos cafezais (42,2%). Ou em pequenas explorações agrícolas de café como a de Maxiano Antônio da Silva Braga que,[55] em 1860, possuia 10.000 pés de café e dezenove escravos, da mesma forma que em fazendas de mais de 200.000 pés de café e 80 escravos e que se estendem por mais de 200 alqueires. Nesta medida, o nível técnico retratado pelo baixo custo dos instrumentos de trabalho e representado pela "enxada", perpassa diferentes tipos de unidades de produção e diz respeito a uma forma historicamente definida de lavoura.

Um outro exemplo, além do já exposto, sobre a dissonância entre lavoura e beneficiamento é demonstrada pelas contas da fazenda Cachambú.[56] Em 1882, essa fazenda importou da Inglaterra, ao preço total de 5:395$720, uma máquina Ligerwood, o que sem dúvida significava um avanço nas técnicas de beneficiamento tendo em vista os velhos métodos representados pelo "pesado engenho de pilões"[57]. Contudo, nessa mesma fazenda, nos dois anos precedentes encontramos um outro tipo de despesas, essas ligadas diretamente à lavoura. Isto é, são contratados trabalhadores livres para fazerem derrubadas de matas, ao mesmo tempo em que se gasta (em dois anos) 293$500 na aquisição de

8 machados, 6 foices, 3 cavadeiras e 130 enxadas (quadro nº10) A combinação dessas duas despesas é reveladora do sistema de uso da terra mediante o qual era realizada a produção agrícola que depois seria beneficiada pela "Ligerwood".Não nos parece,portanto, que o sistema de uso da terra tenha se modificado, acompanhando a "Ligerwood".

A reprodução extensiva do sistema agrário, a não mudança técnica, pode ser percebida, ainda mais de perto, através da fazenda de D. Magdalena Maria Pereira(58). Em 1870, essa fazenda possuia 225.500 pés de café, sendo 30.000 (13%) com 25 anos, 176.000 (78%) entre 5 a 12 anos e 19.500 (8%) em formação. Dessas informações não só podemos deduzir que a fazenda nos últimos anos incorporou terras além das necessidades de manutenção de sua capacidade produtiva (renovação dos 30.000 com 25 anos), mais ainda, que a fazenda possuia no mínimo 25 anos de existência, informação que nos é dada pelo cafezal mais velho. A isso, associamos o tipo de instrumentos de trabalho encontrados na fazenda, enxadas, foices, machados de derrubada, machados de falquejo, e ao fato de que as suas terras se distribuiam em culturas, matas virgens, capoeiras e pastos. A conjugação destes dados nos leva a crer que durante pelo menos 25 anos, não há mudança técnica na lavoura, o que se verifica é a manutenção do sistema de uso da terra e, portanto, a reprodução "ampliada" sendo feita pela expansão quantitativa do processo de produção agrícola.

Por conseguinte, o conjunto destes exemplos dá uma certa concretude ao que expusemos sobre a reprodução extensiva. Ao mesmo tempo, eles nos mostram a persistência, em escala ampliada, dos mesmos instrumentos, de um mesmo conjunto de técnicas de produção agrícola já descritas mais meio século antes (início do século XIX), por Luccok e Saint-Hilaire para a agricultura de alimentos. Técnicas que, portanto, continuariam (com as suas variações) no café, numa lavoura para exportação e fundada na extorsão do sobre-trabalho.

Outrossim, aqueles exemplos ao retratarem um mesmo nível técnico, perpassando diferentes fazendas e explorações agrícolas em distintas épocas, indicam um certo nível das for-

ças produtivas presentes no sistema agrário. E isso é particularmente verificado quando se observa que pequenas explorações como a de José Maria Neves[59], em 1860, possuia 10 alqueires de terras em cafezais (5.000 pés), concentrava os seus "investimentos" principalmente em terras (11,7%) e escravos (67,7%) e menos instrumentos de trabalho (0,05%) e equipamentos. Assim como em fazendas de café com mais de 100.000 pés de café e 60 escravos, como é o caso de Magdalena Maria Pereira (ver quadro nº 15 e Anexo II).

Em outras palavras, retomando o gráfico nº 3 e o quadro nº 14 se eles nos demonstram a pequena participação dos "investimentos" em equipamentos no valor da fazenda, por outro lado, eles também nos informam que os "investimentos" e, portanto, que o sobre-trabalho extraído dos escravos se convertia principalmente em terras e em força de trabalho, cujo o valor relativo em conjunto representava nunca menos que 50% do total da fazenda. E se a issso combinamos à persistência, no tempo, dos instrumentos de trabalho agrícolas (quadro nº 15) e do sistema de uso da terra (quadro Anexo nº II), isto é, do baixo nível técnico por eles representados, infere-se que o sobre-trabalho invertido na lavoura assumia aspectos quantitativos não gerando uma mudança técnica, mas antes a "repetição de um mesmo processo de produção", o que caracteriza a reprodução desse sistema agrário como extensiva.

E por outro lado, se aqueles dois grupos de fazendas inicialmente expostas apresentam diferenças quantitativas no tempo, por sua vez, elas apresentam semelhanças qualitativas entre si; semelhanças que atravessam o tempo. Em ambas se verifica que a inversão do sobre-trabalho se faz principalmente na fazenda, que o valor das terras e dos escravos corresponde a mais de 50% do valor da fazenda (quadro nº 16). Deste modo estas fazendas seriam representativas de diferentes fases do sistema agrário na região. O primeiro grupo retrata um período em que essa forma de produção vivencia as possibilidades de realização da reprodução extensiva, de "alargamento" do processo de produção, em Paraíba do Sul. O segundo grupo com maior presença de escravos e de cafezais sugere a realização, na re-

QUADRO Nº 15

Valor (%) dos Instrumentos de Trabalho (Enxadas, Foices, Cavadeiras e Machados) em diferentes Unidades de Produção

Terras + Culturas + Edificações + Equipamentos + Instrumentos de Trabalho + Animais + Escravos=100

Inventário	Ano	Terras	%	Culturas	%	Edificações	%	Equipamentos	%	Instr. Trab.	%	Animais	%	Escravos	%	Total
Antonio Álvares de Queiroz	1850	2:700$000	27,2	2:070$000	20,9	600$000	6,1	-	-	31$800	0,3	123$000	1,2	4:390$000	44,3	9:914$800
Joaquina Rosa de Jesus	1850	3:936$000	27,418	120$000	0,836	3:610$000	25,148	120$000	0,836	1$320	0,009	318$000	2,215	6:250$000	43,538	14:355$320
Domingos Teixeira Alves	1850	9:610$000	12,64	19:920$000	26,20	4:370$000	5,75	2:000$000	2,63	34$600	0,04	1:357$600	1,79	38:736$000	50,95	76:028$200
Manoel Pedro de Oliveira	1856	8:432$000	11,5	5:732$000	7,8	4:460$000	6,1	2:950$000	4	110$000	0,2	1:727$000	2,4	49:730$000	68	73:141$000
José Maria Neves	1860	1:500$000	12,04	1:000$000	8,03	1:250$000	10,03	-	-	6$920	0,06	-	-	8:700$000	69,84	12:456$920
Maxiano Antonio da Silva	1860	38:400$000	55,72	2:100$000	3,05	2:050$000	2,98	1:400$000	2,03	14$000	0,02	800$000	1,16	24:146$000	35,04	68:910$000
Quintilhiana Maria de Jesus	1870	4:421$000	29,38	5:175$000	34,39	1:245$000	8,27	625$000	4,15	11$250	0,07	573$000	3,81	3:000$000	19,93	15:050$250
Magdalena Maria Pereira	1870	53:356$000	22,98	47:150$000	20,31	23:505$000	10,13	5:590$000	2,41	88$391	0,04	8:130$000	3,5	94:336$000	40,63	232:145$391
Manoel Francisco Ribeiro	1880	2:778$000	7,4	8:380$000	22,3	410$000	1,1	500$000	0,1	38$600	0,1	323$000	0,9	25:523$000	68,1	37:502$600
Francisco Gomes de Aguiar	1880	37:550$000	20,95	42:360$000	23,63	12:180$000	6,79	15:436$000	8,61	57$000	0,03	2:413$000	1,34	69:300$000	38,65	179:276$000

Fonte: Inventários - Cartório do 1º Ofício de Vistas de Coruripe do Sul

gião, de reproduções extensivas pretéritas, de incorporação de mais força de trabalho e de transformação de matas em cafezais.

QUADRO Nº 16

Investimentos em dois grupos de Fazendas em épocas diferentes (1850/60 - 1874/81)

	Nº de Inventários	Área	Nº de Escravos	VALOR Nº de de Pés de Café	Terras	Cafezais	Edificações	Equipamentos	Animais	Escravos	Fazenda	% da Fazenda no Monte-Mór
1º Grupo 1850/60	3	721	138	217.000	81:000$000 27,2%	38:836$000 13%	27:426$000 9,2%	7:095$000 2,4%	3:865$000 1,3%	139:997$000 46,9%	298:219$000 100%	91,4
2º Grupo 1874/81	4	713	583	1317.000	84:800$000 9,3%	267:020$000 29,5%	67:115$000 7%	51:970$000 5,7%	15:026$500 1,7%	418:120$000 46,3%	904:051$500 100%	90

Fonte: Inventários - Cartório do 1º Ofício de Paraíba do Sul.

Parece-nos que no entendimento daquele fenômeno, utilização do sobre-trabalho em relação à lavoura, devemos ter em mente o sistema de uso da terra vigente na base do sistema agrário. Isto é, trata-se de um sistema de uso em que a inversão de trabalho por alqueire é reduzido, e considerando correta a tese de Ester Boserup de que a mudança técnica leva a um aumento de tempo de trabalho dispendido na agricultura,* isso explicaria aquela utilização do sobre-trabalho em relação à lavoura, isto é, não gerando uma mudança técnica.

Por sua vez, esta reprodução extensiva (na agricultura) possui os seus limites. Em outras palavras, o modo de uso da terra adotado, ao mesmo tempo, em que implica na redução do tempo de trabalho agrícola, por outro lado, gera no tempo aquilo que Witold Kula denomina, para os sistemas de economia agrária extensiva (na qual o incremento das forças produtivas se faz principalmente através do aumento da superfície cultivada), de "degradação", isto é, diminuição da capacidade de reprodução que a unidade de produção representa em potencial.(60) Em nosso caso esta "degradação" se traduzia na diminuição das matas e no esgotamento das terras(61). E isso é observado por F. Belisário em seu pronunciamento à Exposição do Café de 1882:

> "Nós observamos no Brasil sempre este processo: abre-se uma fazenda que tem um valor dado, este valor progride à medida que se fazem obras, que se plantam cafezaes e se funda a lavoura, mas para em um momento, vai decrescendo, decrescendo, até desaparecer; as terras vão-se esgotando e o próprio estabelecimento, os edifícios, os machinismos, as quédas de água, etc, ficam completamente depreciadas, por que as terras esgotaram-se"(62)

O conceito de degradação, por outro lado, nos permite reter a relação entre sistema agrário e região. Tendo em conta a inexistência de um período de pousio e que a lógica deste sistema agrário liga-se à presença da fronteira móvel, a reprodução simples da fazenda é ao mesmo tempo a redução das suas possibilidades e existência. Feita pela incorporação de mais terras, a fazenda de café neste sistema agrário tem o seu período de vida vinculado à presença das matas virgens. E o mesmo pode ser dito para uma região historicamente definida. Com isso

* Referimo-nos a uma mudança técnica que implicasse na adubação e no preparo mais sistemático das terras substituindo as derrubadas, queimadas das matas e uso das cinzas etc. Ester Boserup, op.cit. p.51 a 54.

pretendemos dizer que há no tempo uma "disjunção" entre a região e o seu sistema agrário, enquanto a primeira tem sua vida limitada a uma área circunscrita e o segundo tem a sua existência ligada à fronteira, podendo assim, ultrapassar os limites daquela, indo em direção a outras regiões.

Isto é, entendendo esse sistema agrário como uma forma de produção ligada à fronteira móvel, o seu movimento ultrapassa os próprios limites de uma região enquanto área geograficamente restrita. E, nessa medida, se a "degradação" numa dada região implica na redução das suas possibilidades de reprodução consoante os mecanismos daquele sistema, isto não quer dizer necesariamente o desaparecimento desse último, desde que exista a fronteira aberta.

2.4. Sobre-trabalho e Sistema Agrário

Ao que dissemos nas páginas precedentes sobre sistema de uso da terra e técnicas de produção, para efeito do sistema agrário que estamos estudando, devemos acrescentar que para se extrair o sobre-trabalho do trabalhador direto e, portanto, para se tornar viável aquele sistema, é necessário que a classe dominante agrária implemente mecanismos que lhe permitam o controle sobre a terra ou sobre o trabalhador direto. E isto é explicado, ainda, pela baixa relação população-terra, ou seja, em condições de pequena concentração populacional o produtor direto pode sobreviver, devido à extensão territorial, mediante um sistema de uso da terra que lhe demande um pequeno tempo de trabalho[63]. Por conseguinte, para que este produtor trabalhe além do tempo de trabalho necessário para a reprodução de sua vida material e para que este trabalho excedente se converta em trabalho extorquido, é necessário a existência de um daqueles mecanismos acima referidos. Ou melhor, a classe dominante deve imprimir mecanismos de controle sobre o trabalhador, sejam eles diretos (escravidão) ou mediatizados pela terra. Até 1888, esta situação se traduzia na escravidão,* ou melhor, num tipo de relação de produção em que o trabalhador direto era propriedade do fazendeiro.

Entretanto, por outro lado, essa necessidade de contro

* Com isto não pretendemos afirmar que a escravidão decorra simplesmente de "um jogo entre o fator terra e o fator força de trabalho". (Ciro Flamarion Cardoso e Héctor Perez Brignoli, op. cit.p.199). A nossa preocupação foi somente de apontar, dentro das condições acima expostas, para a necessida-

le sobre a força de trabalho ou sobre a terra, não explica por si só um outro traço das relações de produção presente neste sistema agrário, que é a "associação" do trabalhador direto aos meios de produção, reproduzindo parcialmente a sua vida material à margem do mercado. Afinal, em tese, o produtor direto pode ser escravo e, ao mesmo tempo, ter a sua existência material reproduzida mediante à compra de meios de subsistência retirados (totalmente) do mercado.

O que dissemos é apreendido, particularmente, numa conta de tutela de 1879 em que o Curador Geral da Comarca de Paraíba do Sul retira do Tutor (curador) a gerência da fazenda do menor, por que esta estaria sendo má administrada. A "má e ruinosa administração do curador, se verifica pelo avultado de fornecimento de gêneros alimentícios, que é excepção da regra, as fazendas bem administradas não importam, porque consistem em arroz, feijão e milho que nas fazendas se plantam"(64). Em outras palavras, a "boa fazenda", portanto a que não foge à regra neste sistema agrário, é aquela em que o trabalhador direto aparece "associado" aos meios de produção reproduzindo a sua vida material parcialmente à margem do mercado, é aquela cujo tempo de trabalho do trabalhador direto se desdobra em mercadorias e gêneros de subsistência. A nosso ver, o conceito de "boa fazenda" emitida pelo Curador Geral é construida a partir da lógica daquele sistema agrário.

Em outras contas de tutela, da mesma forma, encontramos referências à produção de alimentos por parte dos escravos no interior da fazenda de café. Além das duas contas citadas anteriormente (fazenda Cachambú e Bom Sucesso), na fazenda dos menores de Maria Joana da Silva Ribeiro em 1854, há indicação dessa produção através da venda pelos seus escravos de gêneros à fazenda.(65) A isto poderíamos acrescentar a presença de equipamentos de beneficiamento de alimentos nas fazendas, como já vimos, ou ainda, passagens de viajantes como Francis Castelnau sobre a fazenda da Serraria. Esse último, referindo-se especificamente aos casais de escravos, afirma que "cada casal recebia em dote uma porção de terreno que cultivava à sua vontade".(66)

Em síntese, o trabalhador direto deste sistema agrário, reproduzia sua vida material mediante a produção e apropriação

---

de existência de "mecanismos" que impeçam o acesso do trabalhador, enquanto "proprietário", aos meios de produção (particularmente à terra).

direta, sem a mediação do mercado, da maior parte de seus gêneros de subsistência. E esses consistiam basicamente em milho, feijão e mandioca, eram esses os principais elementos da dieta dos escravos.(67)

Esses alimentos eram produzidos por meio de um sistema de uso da terra, aquele presente na agricultura de alimentos , que por demandar um pequeno tempo de trabalho(68), permitia ao trabalhador direto dedicar a maior parte de seu tempo de trabalho à materialização de trabalho excedente (que é produção para exportação),ou que é o mesmo, ao sobre-trabalho extorquido pelos proprietários dos meios de produção.(69) Era este sistema extensivo (rotação de terras), cuja tradução é um pequeno tempo de trabalho/baixos custos de produção que possibilitava a configuração de relações sociais de produção onde o trabalhador direto aparece "associado" a seus meios de produção, produzindo e se apropriando diretamente de seus meios de subsistência.

Em outras palavras, por um lado, frente a possibilidade (dada pela baixa relação trabalho-terra) de desenvolvimento de uma agricultura extensiva de alimentos como base da vida autônoma do produtor direto, a classe dominante agrária cria mecanismos de controle sobre a força de trabalho. Por outro lado, esta mesma forma de agricultura de alimentos, é levada para dentro da fazenda, transformando-se aí em um elemento na extorsão do sobre-trabalho.

O Barão de Paty de Alferes, em sua Memória, coloca que o milho poderia ser plantado em três diferentes espaços da fazenda: em derrubadas de matas virgens, entre os cafezais novos e em capoeiras(70). Entre os cafezais, esta cultura poderia ser desenvolvida pelo menos durante os quatro anos de formação do cafezal. Assim plantado o milho, as capinas e colheitas do cafezal eram organizadas não somente em função das exigências do café, mas como também daquela plantação. Isto é,realizadas geralmente entre maio e setembro, as colheitas do cafezal começavam antes e terminavam depois desse tempo, isso porque a colheita do milho se dava no início do ano e a sua plantação em outubro. A combinação da plantação do milho com a do café representava uma diminuição a mais no tempo de trabalho na

produção do primeiro.

Outro espaço ocupado pela produção de mantimentos era o das capoeiras. Tschudi[71] faz referência ao fato de que os fazendeiros na região do Rio consideravam que as terras em capoeiras, onde já existiu um cafezal, não se prestavam mais para o mesmo fim sendo, contudo, utilizadas após um certo período de pousio para outras culturas. A mesma indicação encontramos em passagens da conferência de F. Belisário na "Exposição de Café": "Até hoje o lavrador derruba matas para plantar cafezaes e sapeca todas as suas capoeira, todas as suas outras terras, para plantar os cereais"[72].

Quanto aos custos de produção dessas plantações de alimentos, podemos ter uma referência a partir de seu valor. Na fazenda Penedo, o valor dos 1.000 alqueires de colheita de milho (que forneciam os 10 alqueires de planta) era de 1:000$000, valor igual era dos 400 alqueires de colheita de feijão retirados do 20 alqueires de planta. A soma desses valores (2:000$000) correspondia a 0,77 do valor total da fazenda (260:429$200). Os 4.542 alqueires de colheita de milho somados aos 1.420 alqueires de colheita de feijão nas três fazendas do Barão de Entre Rios correspondiam a 3:115$750, isto é, aproximadamente a 0,2% do monte-mór do inventário que era de 1:569:303$468[73]. No que diz respeito ao tempo de trabalho, segundo Van Delden Laerne, esses alimentos demandavam mais ou menos duas horas de trabalho diários[74], isto é, esse tempo de trabalho era suficiente para que o produto direto produzisse parte de sua vida material (alimentos).

Por outro lado, deve-se ter claro também que aquela "associação" do trabalhador direto aos meios de produção aparece como condição para a extorsão do sobre-trabalho. Estamos tratando de um sistema agrário que, ao mesmo tempo, em que se encontra ligado ao mercado externo, sendo uma forma histórica de extorsão do sobre-trabalho, a sua reprodução adquire um caráter extensivo. A sua característica principal, ao lado da incorporação de mais terras e força de trabalho, reside na não mudança técnica, isto é, na repetição de um mesmo processo de produção. Nesta medida, o aumento do sobre-trabalho ou que

é o mesmo,do trabalho excedente não pode ser feito, em tese, através de uma mudança técnica que levasse à diminuição do trabalho necessário na produção dos gêneros de subsistência.

Por sua vez, é necessário lembrar, ainda, que se os preços dos meios de produção podem ser transferidos para o preço final do produto da fazenda podendo assim, para efeito do cálculo do sobre-trabalho apropriado pelo fazendeiro, ser considerado igual a zero, o mesmo não se dá com os custos referentes à força de trabalho. Os custos com esta última se traduzem no tempo de trabalho necessário, isto é, naquela parcela da jornada de trabalho necessária para a manutenção do trabalhador direto, e nesta medida o seu aumento implica numa redução do trabalho excedente, ou que é o mesmo, na redução do sobre-trabalho apropriado pelo fazendeiro. Ora no sistema agrário que estamos tratando, o nível das forças produtivas nele presente, o caráter extensivo de sua reprodução, estabelece um frágil equilíbrio entre o trabalho necessário e o excedente, e isto se dá em circunstâncias de contínua incorporação de mais força de trabalho o que, em tese, podia elevar os custos de sua reprodução, caso essa se desse mediante a retirada integral dos mantimentos do mercado.

Na fazenda Cachambú, por exemplo, as despesas com os alimentos comprados no mercado representaram de 1880-82 uma participação de 39% no custo total com a força de trabalho escrava e considerando apenas um produto (feijão) observamos que o seu preço médio (por saco) em 1880 era de 8$955 e que passaria no ano seguinte para 16$389, isto é, subiria 83% de um ano para outro (gráfico nº 4). E isso se dava em condições em que a produtividade do trabalhador direto na lavoura de café se mantinha constante, como já pudemos ver no estudo desta fazenda. Por conseguinte, em tese, nas condições técnicas deste sistema agrário, aquela subida de preços de gêneros representava uma diminuição do sobre-trabalho. Em vista disso, o trabalhador direto ao reproduzir a sua vida material, parcialmente, através de uma produção de alimentos no interior da fazenda, mediante um sistema de cultivo que representa um pequeno tempo de trabalho, e isto feito à margem do mercado, de suas variações,

garante a manutenção daquele equilíbrio e com isso a manutenção da taxa de sobre-trabalho. E deste modo, garante a reprodução do sistema agrário como repetição de um mesmo processo de produção.(Ver gráfico nº 4).

Assim sendo, entendemos que na apreensão da " associação" do trabalhador direto aos meios de produção devem ser considerados três pontos: 1º a baixa relação população-terra faz com que a extorsão do sobre-trabalho esteja ligado à existência de mecanismos de controle sobre a força de trabalho; 2º a produção de alimentos no interior da fazenda de café é viável por estar assentada em um sistema de uso da terra que representa uma pequena inversão de trabalho por alqueire, significando assim um pequeno tempo de trabalho, o que por sua vez permite que o trabalhador direto dedique a maior parte de sua jornada de trabalho à materialização do trabalho excedente; 3º o nível das forças produtivas presente neste sistema agrário historicamente definido,o caráter extensivo de sua reprodução, estabelece um frágil equilíbrio entre o tempo de trabalho excedente e o necessário, nestas condições, à produção de alimentos pelo trabalhador direto e, portanto, a sua reprodução feita parcialmente à margem do mercado permite a manutenção da taxa de sobre-trabalho.

Outrossim, considerando que a fazenda de café se assentava numa forma de produção voltada para a extorsão do sobre-trabalho e se partimos desse pressuposto, desvanece a separação (o dualismo) entre lavoura de alimentos e de exportação no interior da fazenda. A interpenetração de ambas não se deve apenas ao fato de serem ambas cortadas pelo mesmo nível técnico, esta interpenetração deve ser procurada na própria produção do sobre-trabalho.

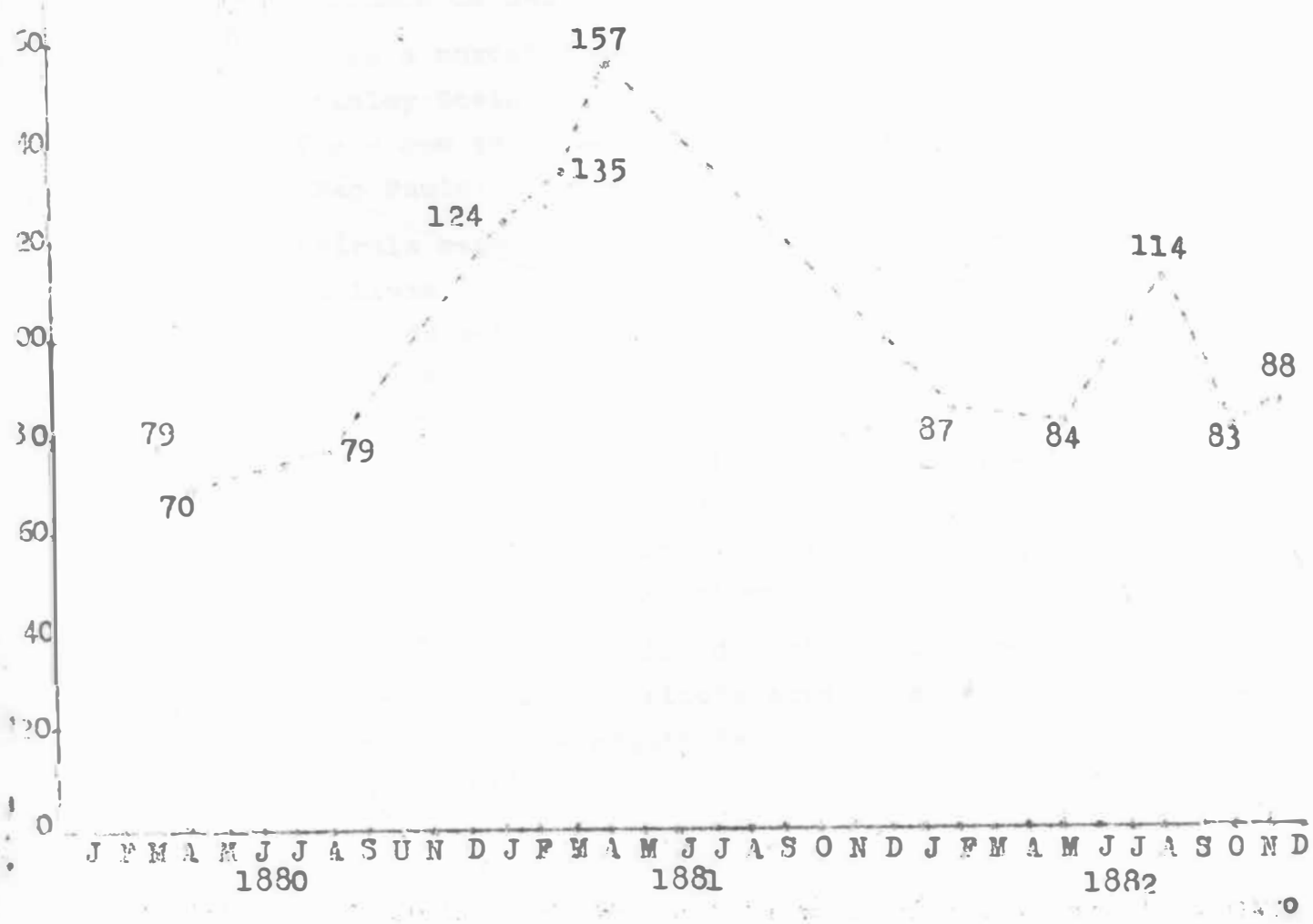
Pelo que dissemos acima, percebe-se que no interior de uma fazenda de café há uma combinação das variações do sistema de uso da terra a que nos referimos no primeiro capítulo: rotação de terras na agricultura de alimentos e matas/sem pousio da terra na lavoura do café. Esta combinação possibilita que os custos e o trabalho incorporado na reprodução da lavoura sejam reduzidos e, por outro lado, permite a existência de relações não-capitalistas de produção.

GRÁFICO Nº 4

Variação do preço de um saco do feijão comprado pela Fazenda / Cachambú entre 1880 a 1882

Índice 100 - 11.449 (média do periodo considerado)

Mês	Ano	Preço	Índice
Março	1880	9$036	79
Abril	1880	8$000	70
Agosto	1880	9$007	79
Janeiro	1881	14$167	124
Fevereiro	1881	15$500	135
Abril	1881	18$000	157
Fevereiro	1882	10$014	87
Maio	1882	9$625	84
Agosto	1882	13$025	114
Outubro	1882	9$535	83
Novembro	1882	10$031	88



FONTE: Conta de Tutela, 1882, Menores de Maria Tavares Monteiro, maço nº 199,CPS

NOTAS - 2º CAPÍTULO

1 - Emilio Sereni, "Los Problemas Teóricos y Metodologicos", in: Emilio Sereni et. al., Agricultura y Desarrollo del Capitalismo (Madrid: Alberto Corazon Editer, 1974), pp. 43-111-

2 - Pierre Vilar, "Crecimiento Económico y Análisis Histórico, in: Crecimiento y Desarrollo - Economia e História, Reflexiones sobre el Caso Español, 2º ed. (Barcelona: Editorial Ariel S.A., 1974), p.19.

3 - Emilio Sereni, op. cit, p. 50.

4 - Idem, Ibidem, p. 51.

5 - Pierre Vilar, op. cit., p. 19

6 - Francis Castelnau, Expedição às Regiões Centrais da América do Sul. 2 tomos (Rio de Janeiro: Cia Editora Nacional , 1949), p.119.

7 - J.J. Von Tschdui, Viagem à Províncias de Rio de Janeiro e São Paulo (Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980), p.60.

Sobre a mortalidade infantil entre os escravos ver também Stanley Stein, Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba - com referência especial ao Município de Vassouras (São Paulo: Editora Brasiliense, 1961), p. 5.

8 - A matrícula especial de escravos, autorizada pela Lei do Ventre Livre (1872), foi feita entre primeiro de abril de 1872 e 30 de setembro de 1873. Nesse período a lei obrigava ao senhor responder duas vias, e entregar as autoridades, um formulário impresse, que continha: o nome, cor, idade, estado civil, naturalidade, filiação, aptidão para o trabalho e profissão de cada escravo. Robert W. Slenes,"O que Rui Barboza não queimou: Novas Fontes para o estudo da escravidão no século XIX" mimeo, s/data, p.5.

Verificamos em Paraíba do Sul que os inventários de 1880 forneciam esta matrícula acrescida de informações quanto a forma que fora adquirida o escravo, se por "cria, herança ou compra".

9 - Segundo o censo de 1872, a população escrava total do município era 14.902 sendo: 9.982 (67%) originária do Rio de Janeiro, 1.680 (11,3%) de outras Províncias e 3.240 (21,7%) africanos. As cifras retiradas dos inventários (Matrícula Especial de 1872), não estão muito longe desses números : 63,8% eram originários do Rio de Janeiro, 9,6% de outras Províncias e 26,6% africanos.

10 - Inventário, 1880, Falecido - Francisco Gomes de Aguiar, maço nº 199, CPS.

11 - Inventário, 1880, Falecido - Antônio Jacinto do Couto, maço s/nº, CPS.

12 - O estabelecimento da faixa etária de 15 a 40 anos como o período produtivo do escravo para os trabalhos da lavoura se faz conforme a observação de Stanley Stein, op. cit, p. 93.

13 - Louis Henry, Técnicas de Análise em Demografia Histórica (Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1977), p.23.

14 - Devido a forma como fora organizado o censo de 1872, não nos foi possível utilizar as faixas de idades convencionais: 0-19 anos (jovens), 20-59 anos (adultos) e 60 e mais (velhos). Em vista disso recorremos a um outro tipo de classificação, presente no texto.

15 - As presentes cifras correspondem a participação dos grupos de idades nas populações em questão (masculina/livre masculina/escrava etc).

16 - Todo "modo histórico de produção tem suas leis próprias de população, válidas dentro de limites históricos."
Karl Marx, O Capital, livro 1, 2º volume, 3º ed., (Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1975), p. 733.

17 - Idem, Ibidem, p. 659.

18 - Francisco P. de Lacerda Werneck (Barão Paty de Alferes), Memória sobre a Fundação e Custeo de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laermmet, 1978), p. 37.

19 - Idem, Ibidem, p. 37.

20 - Conta de Tutela, 1887, dos Menores de Maria Tavares Monteiro, maço nº 125, CPS.

21 - Inventário, 1850, Falecido Domingos Teixeira Alves, maço nº 26, CPS.

22 - Inventário, 1880, Falecido - Francisco Gomes de Aguiar, maço nº 199, CPS.

23 - Inventário, 1881, Falecido - Barão do Rio do Ouro, maço s/nº, CPS.

24 - Jornal da Agricultor (Rio de Janeiro, 1882).

25 - Francisco P. de Lacerda Werneck, op. cit, p.63.

26 - Idem, Ibidem, p. 67.

27 - Conta de Tutela, 1879, Tutor-Laurentino Caetano do Vale maço nº 73, CPS.

28 - Conta de Tutela, 1887, dos Menores de Maria Tavares Monteiro, maço nº 125, CPS.

29 - Conta de Tutela, 1882, da Menor de Barão do Rio do Ouro (Lia Pereira da Cunha), maço nº 125, CPS.

30 - Inventário, 1863, Falecido - Barão de Entre Rios, maço s/nº, CPS.

31 - Consideramos que 1 alqueire corresponde a 40 litros. Auguste de Saint-Hilaire, Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro a Minas Gerais (Belo Horizonte: Ed. Itatiaia ; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975), p.172.

32 - Inventários, 1860, Falecida - Ana Candida Barbosa, maço s/nº, CPS.

33 - Declaração de Thomas Ferreira Xavier, Paróquia de São Pedro e São Paulo, Livro nº 42, in: Paraíba do Sul, Registro de Terras em 1854 realizado em 1856-57, 5 Livros. Arquivo Público de Niterói.

34 - Francisco P. de Lacerda Werneck, op. cit., p. 51.

35 - John Luccok, Notas sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil (Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo : Ed. da Universidade de São Paulo, 1975), p. 295.

36 - O presente quadro baseia-se, parcialmente, em Ciro F. S. Cardoso e Héctor Pérez Brignoli, História Económica de América Latina, 1º tomo - Sistemas Agrários e História Colonial (Barcelona: Editorial Critica, 1979), p. 195. E mais em Inventários - Cartório do 1º Ofício de Notas - Paraíba do Sul.

37 - Conta de Tutela, 1873, Tutor Laurentino Caetano do Vale, maço nº 73, CPS.

38 - C.F. Van Delden Laerne, Le Brésil et Java Rapport sur la Culture du Café en Amérique, Asie et Afrique (Paris: Martinus Nijhoff/Chellanei, 1885), p. 254.

39 - Inventário, 1863, Falecido - Barão de Entre Rios, maço s/nº, CPS.
Inventários, 1864, Falecido - Baroneza da Parahyba, maço s/nº, CPS.

40 - Inventário, 1880, Falecida - Maria Tavares Monteiro, maço nº 199, CPS.
Conta de Tutela, 1882, dos Menores de Maria Tavares Monteiro, maço nº 199, CPS.
Conta de Tutela, 1883, da Menor do Barão do Rio do Ouro (Lia Pereira da Cunha), maço nº 125, CPS.

41 - Conta de Tutela, 1887, dos Menores de Maria Tavares Monteiro, maço nº 125, CPS.

42 - Idem, Ibidem.

43 - C.F. Van Delden Laerne, op. cit., p.260.

44 - Jacob Gorender, O Escravismo Colonial, 2º ed. (São Paulo: Editora Ática, 1978) p. 188-89.

45 - Idem, Ibidem, p. 188-89.

46 - Stanley Stein, op. cit. p. 220.

47 - C. F. Van Delden Laerne, op. cit. p. 59.

As melhores colheitas provém de plantações de 7 a 18 anos de idade, começando aí o declínio, pois plantações de 24 a 26 anos não produzem nem a metade em relação aos anos anteriores".
J. J. Von Tschudi, op. cit, p. 40.

48 - Conta de Tutela, 1854, dos Menores de Joana da Silva Ribeiro, maço s/nº, CPS.

49 - Karl Marx, O Capital, Livro 3, 6 volume, op. cit.p.711.

50 - Inventário, 1880, Falecido - Francisco Gomes de Aguiar,maço nº 199, CPS.

51 - Inventário,1880,Falecido - Francisco Barboza Teixeira, maço s/nº.
Inventário, 1880,Falecido- Major Manuel Luis Werneck, maço nº 97, CPS.

52 - Inventários: 1850, Anselmo Pereira Reis, maço nº 26.
1860, Guilherme Francisco Rodrigues,maço nº 26.
1860, Ana Lima Machado, maço nº 26.
1874, Mariana Cândida de Oliveira,maço nº179.
1880, Francisco Gomes de Aguiar,maço nº 199.
1880, Antonio Jacinto do Couto, maço s/nº.
1881, Barão do Rio do Ouro, maço s/nº.
Cartório do 1º ofício de Notas de Paraíba do Sul.

53 - Inventário, 1880, Falecido - Francisco Gomes de Aguiar,maço nº 199, CPS.

54 - Inventário, 1860, Falecido - Manuel Pedro de Oliveira, maço nº 35, CPS.

55 - Inventário, 1860,Falecido - Maxiano Antônio da Silva Braga, maço nº 35, CPS.

56 - Conta de Tutela, 1882, Menores de Maria Tavares Monteiro, maço nº 199, CPS.

57 - Stanley Stein, op. cit. p. 282.

58 - Inventário, 1870, Falecida - Magdelena Maria Pereira, maço nº 12, CPS.

59 - Inventário, 1860, Falecido - José Maria Neves, maço nº 26, CPS.

60 - Witold Kula, Teoria Econômica do Sistema Feudal(Lisboa:Editorial Presença, 1979) p. 32 e 65.

61 - Por esgotamento da terra, entendemos uma situação em que , mantidas constantes as técnicas, instrumentos de trabalho e sistema de uso da terra, o contínuo uso da terra re-

sulta na diminuição da produtividade da terra. Por conseguinte, não se trata de um esgotamento em si da terra, caso se mude as técnicas/instrumentos de trabalho e sistema, de uso da terra, se inverta trabalho adicional ao solo, a terra poderá vir a recuperar a sua antiga fertilidade.

62 - F. Belisário, "A Situação Actual da Cultura do Café no no Brasil" in: Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (Rio de Janeiro: Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, 1882). p. 212.

63 - Ester Boserup, Las Condiciones del Desarrollo en la Agricultura (madrid: Editorial Tecnos, 1967) p. 123 e 124 Ensey D. Domar "The Causes of Slavery and Serldom: A Hypothesis" in: The Journal History, march, 1977, pp. 18 a 32.

64 - Conta de Tutela, 1879, Tutor - Laurentino Caetano do Valle maço nº 73, CPS.

65 - Conta de Tutela, 1854, Menores de Maria Joana da Silva Ribeiro maço s/nº, CPS.

66 - Francis Castelnau,op. cit, p. 119.

67 - J. J. Von Tschudi, op. cit, p. 58; Luis Conty, "L'Alimentation au Brésil et dans les Pays Voisins", in: Revue d'Hygiene et de Police Saniteire, III (março de 1881), citado por Stanley Stein, op. cit,p. 208.

68 - Ester Boserup, op. cit, p. 123.

69 - "Donde el cultivo con barbecho largo es una ocupación subsidiaria resulta evidente que se necessita pequena cantidad de trabajo para producir el alimento de una familia con ese método. En América y parte de Africa los pastores de ganado y los trabajadores en las plantaciones y granja reciben una parcela con el propósito de que produzam por si mesmos el alimento que han de consumir, empleándose para elle generalmente un sistema de barbeche largo. Esta gente produce así el alimento, para ellos mismos para su familia, con muy poco trabajo. De esta forma pueden dedicar casi todo su tiempo de trabajo a sus patrones". Ester Boserup, op. cit, p. 81; Leo Waibel, se re

fere a un sistema de rotação de terras, presente desde a colonia (herdados dos índios), mediante o qual seriam produzidos os cereais (milho, feijão e mandioca). E segundo o autor "este sistema é o empregado em todas as grandes fazendas brasileiras para a produção de cereais". Leo Waibel, Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil, 2ºed. (Rio de Janeiro: IBGE, 1979), p. 245 e 319; Ciro Flamarion, considera que uma das particularidades do escravismo colonial seria que "una buena parte de los esclavos tenía una parcela, de un pedazo de tierra". Ciro Flamarion Cardoso, "El Modo de Producción Esclavista Colonial en América", in: Carlos Sempat Assadourian et. al. , Modos de Producción en América Latina , (Córdoba: Cadernos de Pasado y Presente, 1975), p. 224; Ver também Ciro Flamarion S. Cardoso, "A brecha camponesa no sistema escravista", in: Agricultura, Escravidão e Capitalismo (Petrópolis: Vozes, 1979), pp. 133-54.

70 - Francisco P. de Lacerda Werneck, op. cit, p. 63.

71 - J. J. Von Tschudi, op. cit, p. 38 e 39.

72 - F. Belisário, op. cit, p. 212.

73 - Inventário, 1863, Falecido - Barão de Entre Rios, maço s/nº, CPS.
Inventário, 1860, Falecida - Ana Candida Barboza, s/nº,CPS.

74 - C. F. Van Delden Laerne, op. cit, p. 307.

3. O DEFINHAMENTO DO SISTEMA AGRÁRIO DA ECONOMIA DE EXPORTAÇÃO NA REGIÃO.

3.1. A "Degradação"

A repetição no tempo da reprodução extensiva do sistema agrário criaria progressivamente, na região de Paraíba do Sul, uma disjunção entre os dois movimentos que a formam. A esta situação chamaremos de definhamento do sistema agrário. Em outras palavras, gradativamente a fazenda de café varia a sua capacidade de realização do segundo movimento do processo de reprodução exaurida, até chegar ao ponto de vivenciar apenas, devido à longevidade do café, uma reprodução anual que, no tempo, já possuia os seus limites. Por conseguinte, a própria forma de reprodução extensiva, a repetição em larga escala do sistema de uso da terra e das técnicas a ele correspondentes, levaria à ruína da agricultura do café na região.

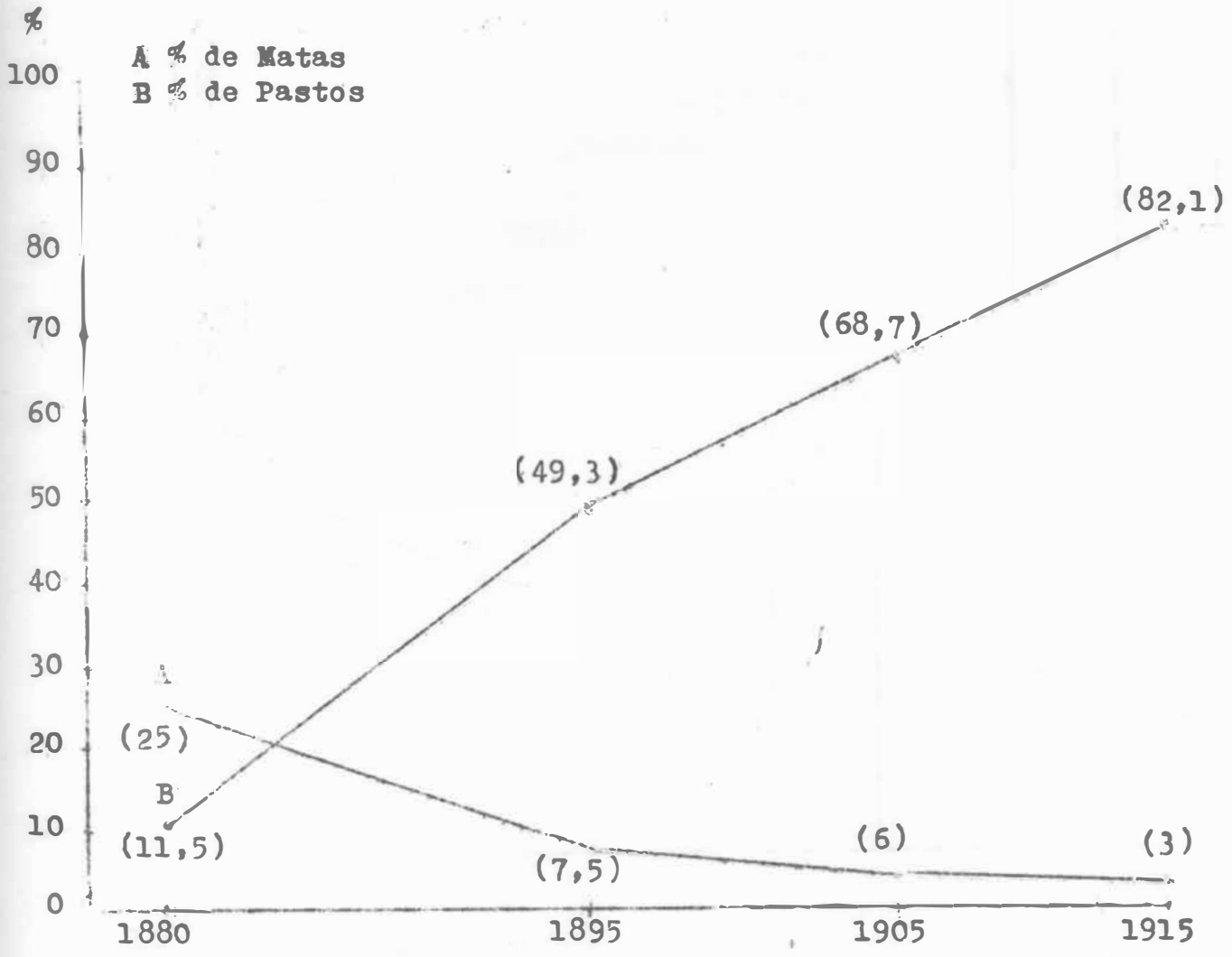
Através do gráfico nº 5 verificamos de 1880 a 1915 a progressiva eliminação das matas e o avanço das pastagens, isto é, de uma "terra" exaurida pela agricultura extensiva e que portanto, retrata reproduções ulteriores do sistema agrário na região. Em 1880, as matas representavam mais ou menos 25% das terras enquanto que os pastos 11,5%; trinta e cinco anos mais tarde, as matas passariam a corresponder a 3% e os pastos 82,1% das terras das fazendas. E a este gráfico associamos um outro (nº 6) , este de 1850 a 1910, que demonstra o envelhecimento dos cafezais no interior da fazenda traduzindo, portanto, a incapacidade da fazenda, no decorrer do tempo, de plantar novos cafezais que venham substituir àqueles. Em 1850, 27% dos cafezais tinham a idade superior a 16 anos e 0,3% mais de 24 anos, sessenta anos depois (1910), 97% dos cafezais encontrados nas fazendas inventariadas tinham a idade superior a 24 anos. A combinação dessas informações nos permite inferir a diminuição da capacidade de reprodução da fazenda de café da região, dentro dos parâmetros daquele sistema agrário.

Por outro lado, essa situação de"crise", em 1881, pode ser retratada pelos números de hipotecas de Paraíba do Sul no Banco do Brasil em 1881. Nesse ano, das 341 hipotecas rurais do Rio de Janeiro, 32 (10,19%) eram de Paraíba do Sul. Essas

GRÁFICO Nº 5

ÁREA (%) das Matas e Pastos nas Fazendas de Paraíba do Sul (1880 - 1895 - 1905 e 1915)

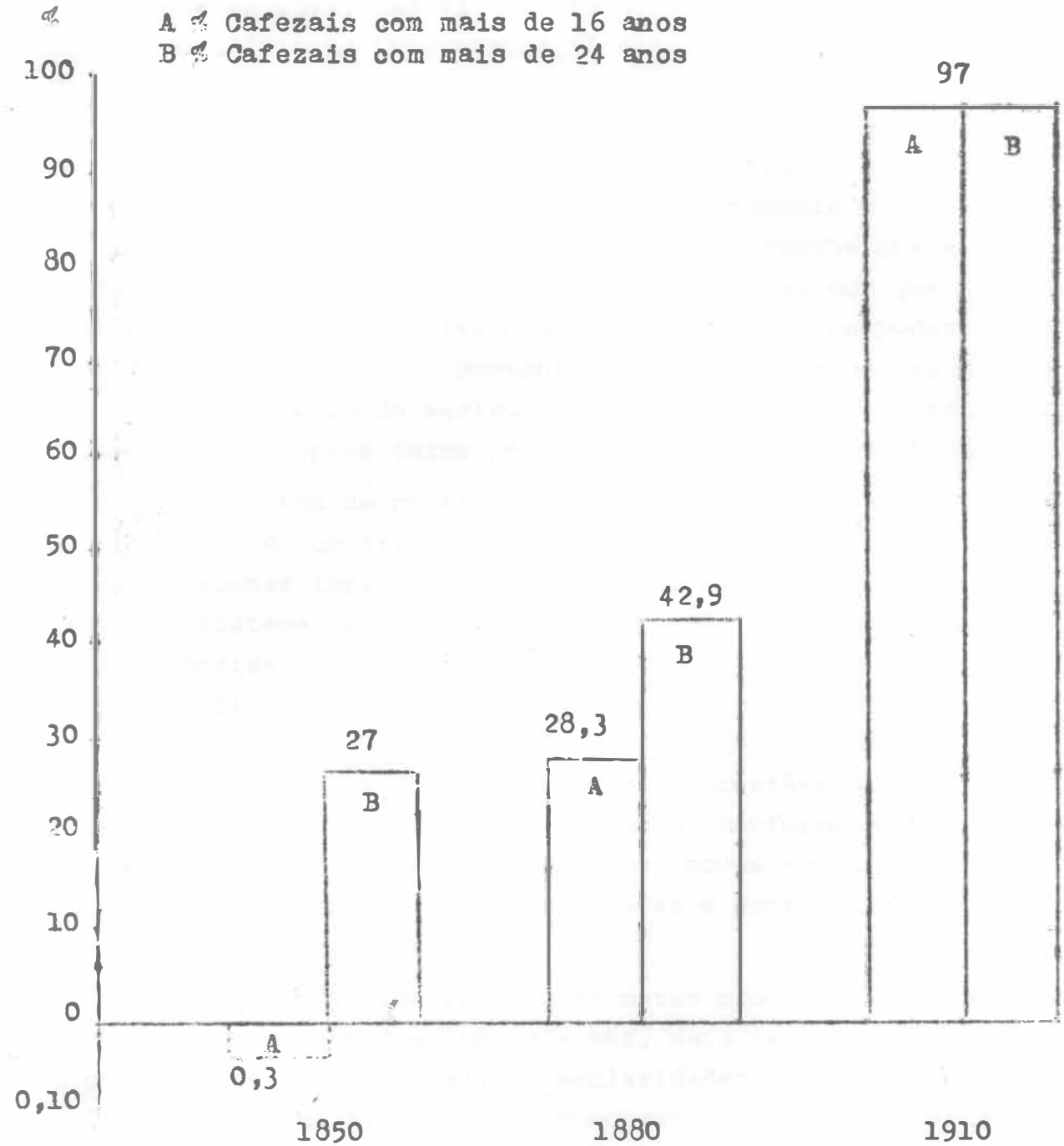
matas + pastos + terras em culturas + capoeiras = 100 %



FONTE: Inventários - Cartório do 1º Ofício de Notas - Paraíba do Sul

GRÁFICO Nº 6

% dos Cafezais com mais de 16 anos e mais de 24 anos nas Fazendas de Paraíba do Sul (1850 - 1880 - 1910)



OBS: Em 1910 97% dos cafezais com idade superior a 24 anos e, consequentemente, com mais de 16 anos

FONTE: Inventários - Cartório do 1º Ofício de Notas - Paraíba do Sul

hipotecas correspondiam a 34 fazendas, 10% do total, e a uma soma de empréstimos de 1:763:315$880, isto é, 9,15% do total dos empréstimos concedidos. Paraíba do Sul, neste momento, aparecia como a quinta cidade (de 27) da Província em volume de financiamentos rurais concedidos pelo Banco do Brasil.(1)

Já em 1878, Manuel Ribeiro do Val, um dos representantes do município no Congresso Agrícola, realizado nesse ano no Rio de Janeiro, colocava que era um erro imenso supor que a deficiência da produção agrícola, então vivenciada na Província, se devia única e exclusivamente à falta de braços e de capitais. Na sua opinião, só quem não examinava atentamente o "systema de explorar o terreno sem arte e sciencia, e a marcha que a lavoura tem seguido (...) e as mudanças climatéricas por que tem passado o Brasil neste último quarto de século que poderia ter semelhante proposição". Portanto, para este fazendeiro o gradativo extenuamento da agricultura de exportação deveria ser procurada na própria forma pela qual ela era desenvolvida.(2)

O sistema de cultivo, em que as matas ocupavam o lugar da aplicação de um trabalho adicional na recuperação das terras, não apenas implicava na redução do espaço futuro da reprodução do sistema agrário, mas como também tinha consequências para as terras, assim como para os padrões climáticos da região. A primeira consequência diz respeito ao fato de que a falta de adubação conjugada à longa duração do café, implicava no esgotamento dos solos, tornando-os imprestáveis durante um período para a agricultura. Entretanto, conforme a lógica daquele sistema, era mais fácil derrubar novas matas do que recuperar aquelas terras antes utilizadas e agora vistas como secas(3).

Outrossim, a derrubada das matas produzia a irregularidade das estações e que, por sua vez, agia negativamente sobre a produção agrícola. Essas irregularidades se davam numa agricultura em que os fazendeiros, como escrevia um publicista em 1877, confiavam "aos movimentos atmosféricos o desenvolvimento e a fructificação do cafeeiro", abandonando-os assim "a sua própria evolução"(4).

Referindo-se à mudança dos padrões climáticos e suas

consequências para a lavoura, Manuel Ribeiro do Val afirma que: "Quando nos bons tempos tínhamos chuvas abundantes de princípio de agosto até fins de maio do anno seguinte, intercaladas apenas de um curto veranico que nunca excedia de 15 dias, colhíamos abundantes roças e boas safras, porque as chuvas, principal elemento da produção e brotação da seiva em um paiz tropical como o nosso, concorriam poderosamente durante nove mezes alimentando os cafeeiros com uma seiva abundante, dando tempo e habilitando-os a se refazerem de novas hastes e novos rebentos e por conseguinte de novos fructos; ao passo que hoje sofremos quase sempre de uma secca de 8 a 9 mezes, com 3 a 4 meses apenas de chuvas intercaladas de um veranico prolongado, verdadeiro terror do lavrador, que vem como que de propósito mirrar a planta regada pelo suor negro da escravidão".(5)

Contudo, não era apenas a falta de chuvas, ou melhor,o desequilíbrio de sua distribuição durante o ano que afetava a agricultura. As chuvas torrenciais combinadas às técnicas de cultivo em vigor igualmente levavam a uma depauperização dos solos. Mais ou menos dez anos antes de Manuel Ribeiro do Val, em 1967, Richard Burton de passagem por Entre-Rios (então lugarejo de Paraíba do Sul) observava que: "As chuvas torrenciais, seguindo-se às queimadas, arrastaram o humo carbonífero dos morros para as depressões estreitas, e pantanosas, que são frias demais para o cultivo; cada córrego é um escoadouro do adubo líquido que se dirige para o Atlântico, e o solo superficial é de pura argila".(6)

A repetição das técnicas da produção agrícola levando à quebra do ecossistema da região, não é só vista pela mudança da fisionomia da vegetação, mas também pelas pragas que afetavam a agricultura. Ao lado das formigas, apareceriam os gafanhotos, a praga da ferrugem, dos passarinhos etc.(7) E se as fazendas não investiam na recuperação da fertilidade das terras, o faziam na tentativa de acabar com estas pragas, através do emprego de formicidas. Em três contas de fazendas (Curatela e Inventários) encontramos, para os anos de 1880, a indicação de despesas com a compra de formicidas.

Na fazenda Cachambú, de 1880-1883, a participação da

Quelas compras nas despesas com a lavoura (instrumentos de trabalho e insumos) correspondem a 80% do total. Na fazenda de Francisco Gomes de Aguiar, 1880, entre as despesas (479$820) feitas de maio a outubro daquele ano, a compra de formicida chegava a 420$660, isto é, 52% do total. Somente na fazenda Bom Sucesso (1882-83) é que a compra de formicida tinha uma expressão menor dos custos com a lavoura ela correspondia a 19,5% do total (ver quadro nº 10).(8)

A conjugação daqueles fenômenos levaria à diminuição das colheitas de café na região. Numa conta de tutela de 1874, o tutor dos menores se queixa da redução do rendimento dos cafeeiros. "Neste município, de 1860 para cá depois do mal dos cafezais, as colheitas são exíguas(...) Antes dessa epocha mil pés de café de 12 anos a 2 e 25 davam uma media em um quinquênio 50 arrobas por ano, mas dali em diante até hoje sobre essa base não se pode esperar mais de trinta a trinta e tantas arrobas e isto em bons terrenos e com bom trato do cafeeiro"(9).

Entretanto, não nos parece que aqueles fenômenos possam ser considerados como mudanças oscilatórias, como poderia nos levar a perda ou diminuição das colheitas numa série de "anos ruins". O processo de erosão, da terra, a quebra dos padrões climáticos, decorrências do próprio sistema de uso da terra vigente, indicam antes mudanças acumulativas e direcionais,(10) cuja tradução imediata podiam ser as "más" colheitas mas que no tempo levariam à própria degradação da forma de agricultura de exportação na região. Por outro lado, essas mudanças, cujo principal elemento era o desaparecimento das matas, se iniciaram com o próprio sistema agrário em suas origens, e se identificam com o seu processo de reprodução.

Ao lado do contínuo desaparecimento das matas, o sistema agrário da economia de exportação seria atingido no seu mecanismo de reposição e aumento de sua força de trabalho. A abolição do tráfico internacional de escravos, mesmo que atenuado pelo inter e intra-provincial, iria prejudicar aquele fornecimento que, como dissemos, se dava parcialmente à margem do crescimento natural da população local. E isso pode ser visto

através dos inventários pelo envelhecimento da mão de obra escrava masculina. Em 1850 os escravos com mais de 40 anos correspondiam a 13,5% do total em 1872 esta cifra iria para 23,3%.

Estas dificuldades com a mão de obra levariam a uma tentativa de readequação das demais variáveis do sistema. Isto é, à falta de mão de obra, os grandes fazendeiros procurariam contrabalançar com um certo aperfeiçoamento das técnicas de beneficiamento e com isto transferir desse setor, para a lavoura, parte do contingente de escravos.(11)

Nos anos de 1830 na Província do Rio de Janeiro, como nos informa Emília Viotti da Costa(12), existiam três processos de beneficiamento do café: no pilão, no monjolo ou batido a vara. Alguns anos depois, ao lado daqueles métodos, surgiriam novas máquinas: despolpadores, ventiladores e separadores. Esses dois últimos equipamentos representavam uma grande economia de mão de obra. Quando movidos a mão eram capazes de separar 550 arrobas em 12 horas; o número de arrobas duplicava quando eram movidos por força hidráulica. Com os despolpadores, foram também introduzidos terreiros de tijolo, pedra ou macadame, que vinham assim substituir os antigos de terra batida.(13) Entretanto, essa melhoria nas técnicas de beneficiamento não foram acompanhadas por um aperfeiçoamento nas técnicas da lavoura, como nos indica o quadro Anexo nº II pela presença das capoeiras.

Essa persistência das técnicas da lavoura ao lado das novas máquinas de beneficiamento pode ser vista em inventários como o de Manoel Gomes Vieira da Cruz. Em 1880, a sua fazenda possuia uma máquina americana de beneficiamento de café, ventiladores com roda de ferro, despolpadores e terreiros de pedra. Através dessa fazenda, percebe-se igualmente que a modernização dos equipamentos não se limitou apenas aos de preparo de café; essa melhoria abrangeria também aqueles ligados à transformação de alimentos. Isto é, ao lado do antigo moinho de fubá, com o valor de 100$000, aparece o moinho de fuzis, 500 % (500$000) mais caro que o primeiro. E isso permitiria a redução do tempo de trabalho no preparo dos alimentos e, portanto, uma certa redução do tempo de trabalho necessário para a repro

dução do trabalhador direto.

Contudo, junto à esses maquinismos, nesta fazenda,apa reciam 187,5 alqueires geométricos, sendo 100 (53,3%) em cul turas, 30 (16%) em matas, 50 (26,7%) em capoeiras e 7,5 (4%) em pastos; o que revela a permanência do nível técnico, tanto na agricultura de café como na agricultura de alimentos. Sen do que, em termos de idade dos cafezais, 300.000 de 636.000, se encontravam numa idade acima de 16 anos, isto é, 47,2% dos cafezais já estavam saindo da idade mais produtiva(14).

Mesmo após a abolição da escravidão, se percebe um certo desenvolvimento nas técnicas de beneficiamento, através da presença de debulhadores americanos, máquinas de beneficia mento movidas a vapor, beneficiadores lidgerwood, etc., nos inventários das fazendas de café. E isso, portanto, não nos permite dizer que esta forma de produção era incompatível com o desenvolvimento técnico. Entretanto, se contrastamos este avanço com a permanência das capoeiras nestas mesmas fazendas, revelando assim a persistência do sistema de uso da terra e das técnicas na lavoura, isso nos leva a repensar aquele avan ço técnico. Em outras palavras, o avanço nas técnicas de bene ficiamento deve ser entendido a partir da própria lógica de reprodução do sistema agrário. Ao possibilitar a economia de mão-de-obra,a melhoria do beneficiamento permite a manutenção, a não mudança das técnicas da lavoura, garantindo assim a re produção do sistema agrário,que se via ameaçado pela carência de mão-de-obra, por mais algum tempo. Deste modo, aquele de senvolvimento técnico deve ser visto como indicador da elasti cidade de uma forma de produção cujo fundamento era uma agri- cultura extensiva.

Partindo ainda da racionalidade desse sistema agrário, deve-se perceber que se a mudança nas técnicas de beneficia - mento representava uma diminuição do tempo de trabalho, o mes mo não ocorreria com a mudança das técnicas na lavoura, na me dida em que essa última representaria a incorporação de mais trabalho à terra e, portanto, um aumento do tempo de trabalho.

Por sua vez, a compra daqueles maquinismos representa va a mobilização de uma considerável soma de recursos. No e

xemplo acima citado, o fazendeiro só no despolpador de café gastou a soma de 3:000$000, quantia razoável para época, se considerarmos que o seu escravo (homem, com a idade de 18 anos) mais caro fora avaliado no inventário em 2:400$000. Quanto à máquina americana e os ventiladores, juntos, custaram a soma de 10:000$000, quantia que correspondia mais ou menos a 4 escravos daquele valor, e isto numa época em que o preço do escravo era alto[15].

Em outra fazenda, "São Fideliz" pertecente ao Barão de Santa Justa, os maquinismos de café foram avaliados, no ano de 1873, em 12:000$000, quantia equivalente a 8 escravos de roça (homens com a idade de 18 anos) com o valor unitário de 1:500$000 que, por sua vez, era , cada um, mais caro que cinco lances de casas (1:000$000 no total) ou 104.000 pés de café (1:400$000) da fazenda[16].

Segundo Stanley Stein, a adoção daquelas máquinas, na medida em que acarretavam a mobilização de uma grande soma de dinheiro, era restrita a um pequeno número de fazendeiros. Para aqueles que "ainda dispunham (nas décadas de 70 e 80) de garantias suficientes,sob a forma de matas virgens, cafezais em plena produção, e bom plantel de escravos"[17]. Os critérios acima arrolados indicariam a capacidade produtiva da fazenda e com isso demonstrariam a capacidade destes de arcar ou não com as despesas acarretadas na compra dos novos maquinismos. A presença das matas entre estes critérios nos mostra, por sua vez, que somente aquelas fazendas que tivessem condições de se reproduzirem, segundo o sistema de uso da terra vigente, é que teriam condições de melhorar as suas técnicas de beneficiamento. Em outras palavras, a possibilidade de se repetirem as técnicas agrícolas aparece como garantia para a mudança das técnicas de beneficiamento.

Ao lado da melhoria das técnicas de beneficiamento,no decorrer da segunda metade do século XIX, seria introduzida , no vale do Paraíba, a estrada de ferro, o que permitiria da mesma forma o deslocamento da parte dos escravos, antes dedicados ao transporte, para a lavoura.

O transporte do café do Vale para o Rio de Janeiro, a

té a entrada da estrada de ferro, se fazia por meio de tropas de mulas. E isto além de significar o deslocamento de 20% da força de trabalho masculina da fazenda, ou seja, 7 de cada 35 escravos de roça implicava em um alto custo[18]. Em 1854 e começos de 1855, na assembléia da Província, era relatado que o custo com o transporte correspondia a mais de 1/3 do valor do café despachado de Serra acima[19].

Nestas condições, a estrada de ferro, além de significar uma economia na mão de obra, representava uma diminuição das despesas com o transporte. Os escravos tropeiros, antes necessários para o transporte, podiam ser agora transferidos para a lavoura. Um carro de boi, que transportava o café da fazenda até a estação, levava em média 100 arrobas sob a direção de um único escravo mestre-carreiro. Ao mesmo tempo, esses carros representavam apenas uma fração do capital antes requisitado para a manutenção das tropas e do pessoal necessário para conduzí-las[20].

Manuel Ribeiro do Val, referindo-se à "facilidade" do fazendeiro em levantar recursos financeiros e à melhoria dos transportes, afirma que: "hoje com facilidade se levantam capitais no Banco do Brasil a 6% a juros e amortizações facéis; os meios de transporte são muito mais rápidos e econômicos, e o café que até 1850 se vendia a 3$500, hoje rende e sustenta-se a 10$000, vantagens todas estas em favor do lavrador, que no entanto não tem procurado melhorar sua lavoura na parte produtiva que é a essencial, empregando unicamente seus esforços na parte mecânica que diz respeito ao preparo do café"[21].

Em outro trecho, o representante de Paraíba do Sul no Congresso Agrícola de 1878 retoma este problema, esclarecendo que o fornecimento de mão de obra e de capitais só adiaria a ruína da grande lavoura, caso se mantivessem os métodos de cultivo. "Dada a hypothese que o Governo forneça capitaes e braços à grande lavoura, é fácil de prever-se que ella com esses recursos tratará unicamente, como até agora, de explorar o resto de suas mattas, e não de melhorar sua produção, que é o essencial, adiando por mais alguns annos a sua quéda, mas não evitando que ella se realize, e então mais desastradamen

te"[22].

Pelas linhas acima, percebe-se que entendemos que a crise da agricultura extensiva deve ser procurada nos próprios mecanismos de reprodução do sistema agrário que lhe dava vida, nas mudanças direcionais e acumulativas geradas por esses mecanismos. Deste modo, compreendemos que a crise por que passa o Vale do Paraíba (em particular, Paraíba do Sul,no final do século XIX) não pode ser interpretada como uma decorrência de uma crise do "produto" café e nem como uma conseqüência em si da crise do trabalho escravo. Entendemos que a crise de Paraíba do Sul é resultante do definhamento, na região, do sistema agrário, mediante o qual era realizada a produção do café. Em outras palavras, no mesmo momento em que se percebe a ruína do café no Vale do Paraíba, se constata o avanço deste produto em São Paulo, avanço que é feito pela incorporação de espaços vazios (fronteira aberta) e mais mão de obra[23].

Essa forma de expansão do café em São Paulo demonstra, ao mesmo tempo, que a crise do trabalho escravo, em si, não impõe necessariamente os limites para a reprodução do sistema agrário da economia de exportação. Em Paraíba do Sul, o escotamento das matas irá aguçar a carência de mão de obra, isto é, o tráfico de escravos (na região) não seria substituido por fluxos imigratórios, e ainda aquele escotamento ocasionaria a saída de parte dos fazendeiros e trabalhadores locais para outras áreas.

A inexistência de um fluxo imigratório em Paraíba do Sul, é percebida pela presença dos estrangeiros nos censos de 1872, 1890 e 1920 (ver gráfico nº 7). Em 1872, existiam 1.626 estrangeiros (não africanos) o que correspondia à 5,2% da população total. Essa cifra cairia para 611 (2,2%) em 1890, isto é, existiam nesse momento menos estrangeiros em Paraíba do Sul do que italianos no centro urbano de Rio Claro (São Paulo), em 1888, cujo número era de 650; o total de italianos nesse município paulista era de 1.300[24]. No ano de 1920, a presença de estrangeiros em Paraíba do Sul, apesar de ter aumentado em relação a 1890, continua inferior a 1872. Essa

presença era de 1.620 ou de 3% de população total, número inferior à quantidade de estrangeiros presentes somente nas fazendas do Rio Claro (3.898) em 1905[25]. Nesta medida, ao contrário do que ocorre nos municípios para onde a fronteira agrícola se deslocara na segunda metade do século passado e em que se verifica um crescimento da entrada de imigrantes a partir dos anos de 1870, em Paraíba do Sul, a partir desse ano a sua presença relativa na população total começa a cair. Em vez de estarem entrando, os estrangeiros estão saindo da região.

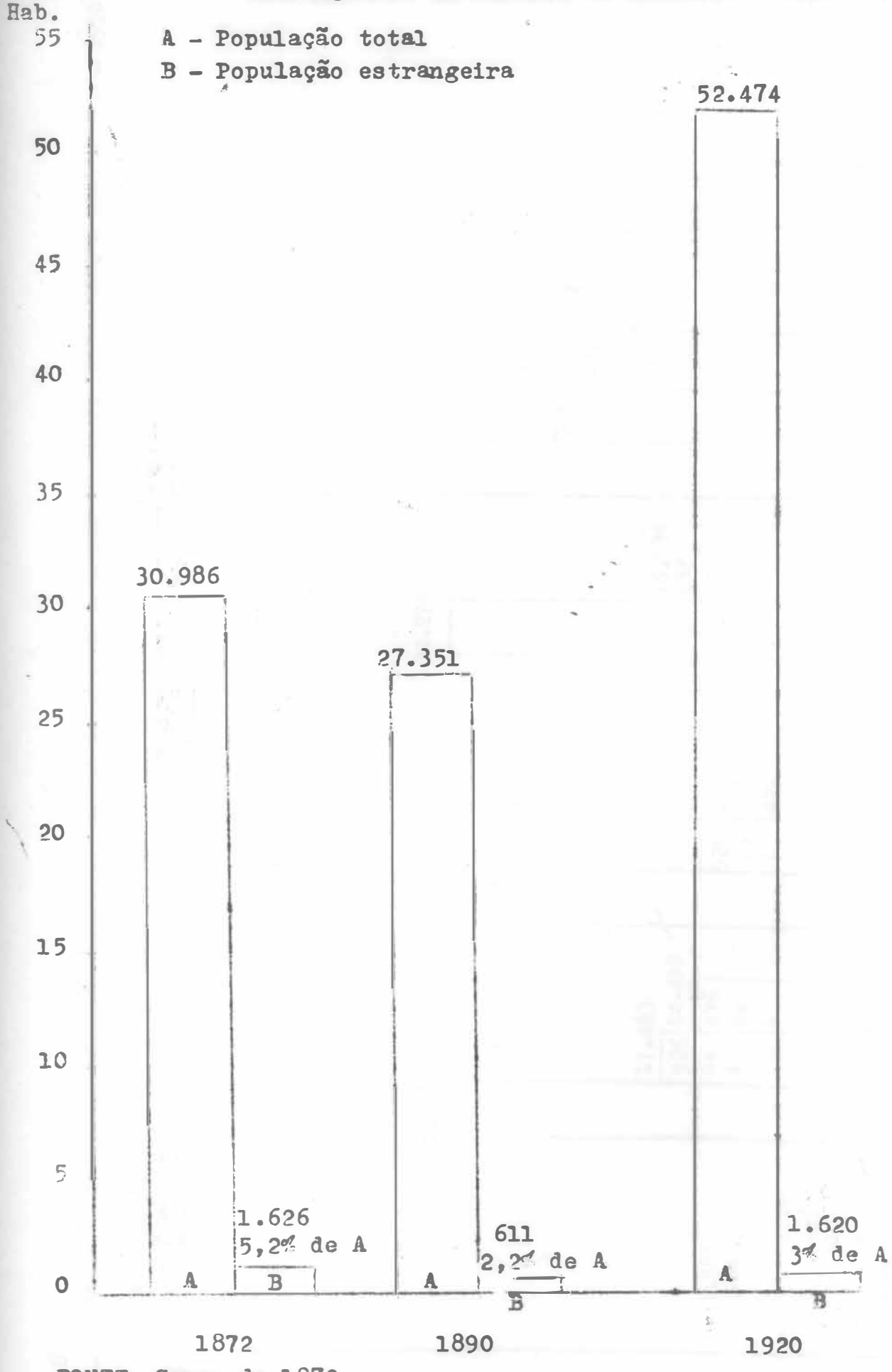
Por sua vez, no município vizinho de Valença, a Câmara Municipal respondendo ao inquérito agrícola de 1898, na parte referente à população, coloca que: "depois do último recenseamento, presumo ter diminuida a população do município devido à emigração de alguns agricultores para outros Estados e também dos colonos italianos que aqui foram introduzidos e que procuraram o Estado de São Paulo, onde a cultura do café, além de não ser tão trabalhosa, é mais lucrativa".[26]

A queda do número de habitantes em Paraíba do Sul no final do século passado pode ser vista se confrontarmos os censos realizados entre 1840 e 1920 (gráfico nº 8). Em 1872, a população era de 30.986, dezoito anos mais tarde esta cifra cairia para 27.351, representando assim um crescimento negativo de 11,7%. Por outro lado, se compararmos o crescimento demográfico de 1840 à 1872, com o de 1872 à 1920, verificaremos que no primeiro período o incremento é de 167,4% e que no segundo se restringirá à 69,3%. Isto é, o primeiro período, que é de 32 anos, representativo do funcionamento em escala ampliada do sistema agrário (inclusive dos seus mecanismos de reposição da força de trabalho) na região, apresenta um incremento demográfico em muito superior ao segundo período (fase de definhamento daquele sistema agrário na região), apesar desse último compreender quarenta e oito anos, dezesseis anos a mais do que o primeiro.

Detendo-nos no comportamento da população masculina,

GRÁFICO Nº 7

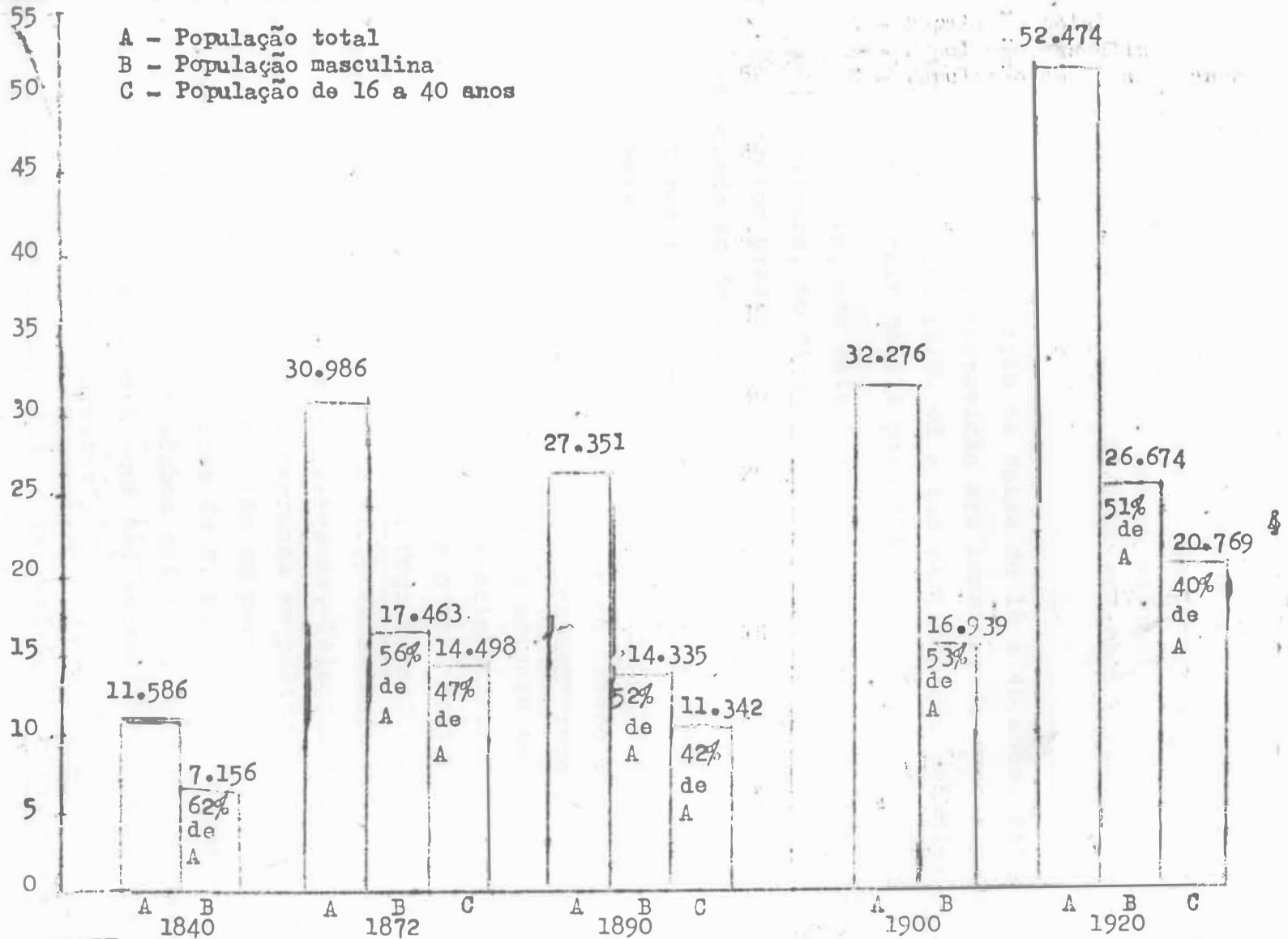
Estrangeiros em Paraíba do Sul(1872 - 1890 - 1920)



FONTE: Censo de 1872
Censo de 1890
Censo de 1920

GRÁFICO Nº 8

1.000 Hab. Presença da população masculina e do grupo etário de 16 a 40 anos nos censos de 1840 - 1872 - 1890 - 1900 - 1920



FONTE:
Censo de 1840
Censo de 1872
Censo de 1890
Censo de 1900
Censo de 1920

§ População de 15 a 39 anos

observamos que segundo o gráfico nº 8, a participação desse contingente na população total de 1840 a 1920 diminui significativamente. Em 1840 ele corresponde a 62% da população total, em 1890 cairia para 52% e trinta anos depois para 51%. Verifica-se assim que apesar da população masculina de 1890 para 1920 ter aumentado a sua presença relativa diminui. Por outro lado, a diminuição do contingente masculino de 1840 a 1920, e consequentemente o aumento do feminino, demonstra a quebra de uma agricultura cuja reposição e aumento de trabalhadores se fazia parcialmente à margem do crescimento natural da população local, o que levava a uma desproporção significativa entre os sexos em favor do masculino.

Quanto a população na faixa de 16 a 40 anos, faixa essa que no período da escravidão era considerada como a mais produtiva, de 1872 para 1920, vê a sua participação relativa na população total cair de 47% para 40%.

Outrossim, nos relatórios da Secretaria de Obras Públicas e Agricultura, do final do século, há referências ao declínio demográfico presenciado no Vale do Paraíba, sendo este fenômeno associado ao definhamento da economia de exportação.

O Diretor da Estação Agronômica do Rio de Janeiro, localizada em Paraíba do Sul, em seu relatório de 1894, coloca que a produção do café "virá a desaparecer do Estado do Rio, se seguir o systema de lavoura até hoje empregado" isto porque " as mattas estão quasi exterminadas". Mais adiante se referindo à evolução da lavoura do café na Serra-Acima: "Foram os fazendeiros emigrando para Serra Acima, onde o café enriquecia o fazendeiro, e onde o machado, fouce e o fogo transformaram mattas virgens em explendidas fazendas (...) Vemos hoje municípios de riqueza extraordinária, como Vassouras, Valença, Parahyba do Sul etc, reduzidos a imensos terrenos em pastos (...) Os fazendeiros, donos desses palácios, têm em parte ido em busca de novos mattas e das férteis terras de S. Paulo (...) Cuide o lavrador de sua terra, empregue adubos chímicos, cultura intensiva e apparelhos modernos, e verá, que não necessitará de emigrar em procura de mattas para derrubar".(27)

No ano seguinte, 1895, o secretário de obras públicas,

em seu relatório, escreve: "A agricultura no nosso Estado necessita de uma revolução completa, pois, ainda permanece em pleno domínio dos processos primitivos (...) As mattas virgens desappareceram, o ubérrimo Valle do Parahyba se cobre de campos de criação e o café é perseguido pelo esgotamento da terra e pelas moléstias". E conclui, "em vez de fornecer ao solo, o que elle necessita, preparando-o mecanicamente e estrumando-o, o fazendeiro foge para as terras virgens de S. Paulo e de Minas.(28)

Esses trechos nos sugerem que acompanhando o movimento do sistema agrário da economia de exportação, que em sua reprodução extensiva tinha ultrapassado, naquela altura do século, os limites da região do Vale do Paraíba, há um movimento migratório de fazendeiros. Esses fazendeiros ao se deslocarem na direção da fronteira móvel, acompanhariam o rítmo daquele sistema agrário, sendo assim parte dele integrante. E se associamos a isto uma provável saída de trabalhadores, poderíamos explicar o comportamento da demografia de Paraíba do Sul no final do século.

Este último tipo de emigração é apontado por Paes Leme no final do século, em seu estudo sobre a organização agrícola do Estado do Rio, onde coloca que: "É um facto incontestável o êxodo de trabalhadores ruraes do Estado do Rio de Janeiro"(29). E na Mensagem do Presidente do Estado em 1916, escreve-se que uma geração no passado deixou o Rio de Janeiro "para abrir fazendas do Oeste de São Paulo".(30) Isto é, uma geração acompanhou o sistema agrário da economia de exportação em sua reprodução extensiva.

3.2. Capoeiras, Enxadas e Colonos

Na parte precedente insinuamos que, apesar do processo de esgotamento das matas e da crise da mão de obra, o sistema de uso da terra e as técnicas a ele correspondente continuariam a dominar a paisagem agrária da região. Isto é, apesar de diminuidas a sua capacidade de reprodução o sistema agrário perpassa a crise do trabalho escravo, persistindo em seu definhamento. E isso pode ser verificado pelo fato de que, no interior das fazendas, até pelo menos 1905 (gráfico nº 9), as matas continuariam valendo mais que as terras incorporadas de trabalho (terras

em culturas). Considerando a soma dos valores relativos das terras em matas e em culturas igual a 100, nota-se pelo gráfico nº 9 que em 1880 as matas valiam 69% daquela soma e que as terras em culturas 31%, vinte e cinco anos mais tarde essa relação passaria respectivamente para 75% e 25%; o que denota a subida do preço relativo das matas em relação às terras em culturas. Essa situação não é só reveladora do esgotamento das matas, mas também indica o sistema de uso da terra pelo qual se continuava a realizar o processo de produção agrícola. Em outras palavras, revela um modo de cultivo em que as matas substituem a aplicação de um trabalho adicional na refertilização das terras.

Essa persistência das técnicas agrícolas, em circunstâncias de definhamento do sistema agrário, pode ser apreendida mais de perto em passagens de escrituras de arrendamento, assim como em outros processos judiciais,dos anos de 1890, onde se vê a preocupação com as matas e capoeirões. Na escritura de arrendamento da Fazenda Santo Antônio (10/11/90)[31], percebe-se entre as cláusulas do contrato, um item próprio sobre a conservação das matas.

Esse contrato teria a duração de seis anos, período em que os outorgados se comprometiam a colher todo o café e cereais da fazenda. Sendo que a colheita de café seria dividida entre o proprietário e os arrendatários (em número de dois),enquanto que a de cereais pertenceria exclusivamente a esses últimos. Os arrendatários se comprometiam também a conservar as benfeitorias da fazenda, replantar os cafezais mortos nas derrubadas novas, matar as formigas e dar duas capinas anuais em toda a lavoura. E na cláusula nº 5 do contrato era estipulado que:"os outorgados obrigam-se a não derrubar matas virgens para fazer novas plantações podendo outrossim tirarem lenha das mattas se por ventura não houver em outros lugares, podendo também tirar das mattas a madeira para a conservação das obras".

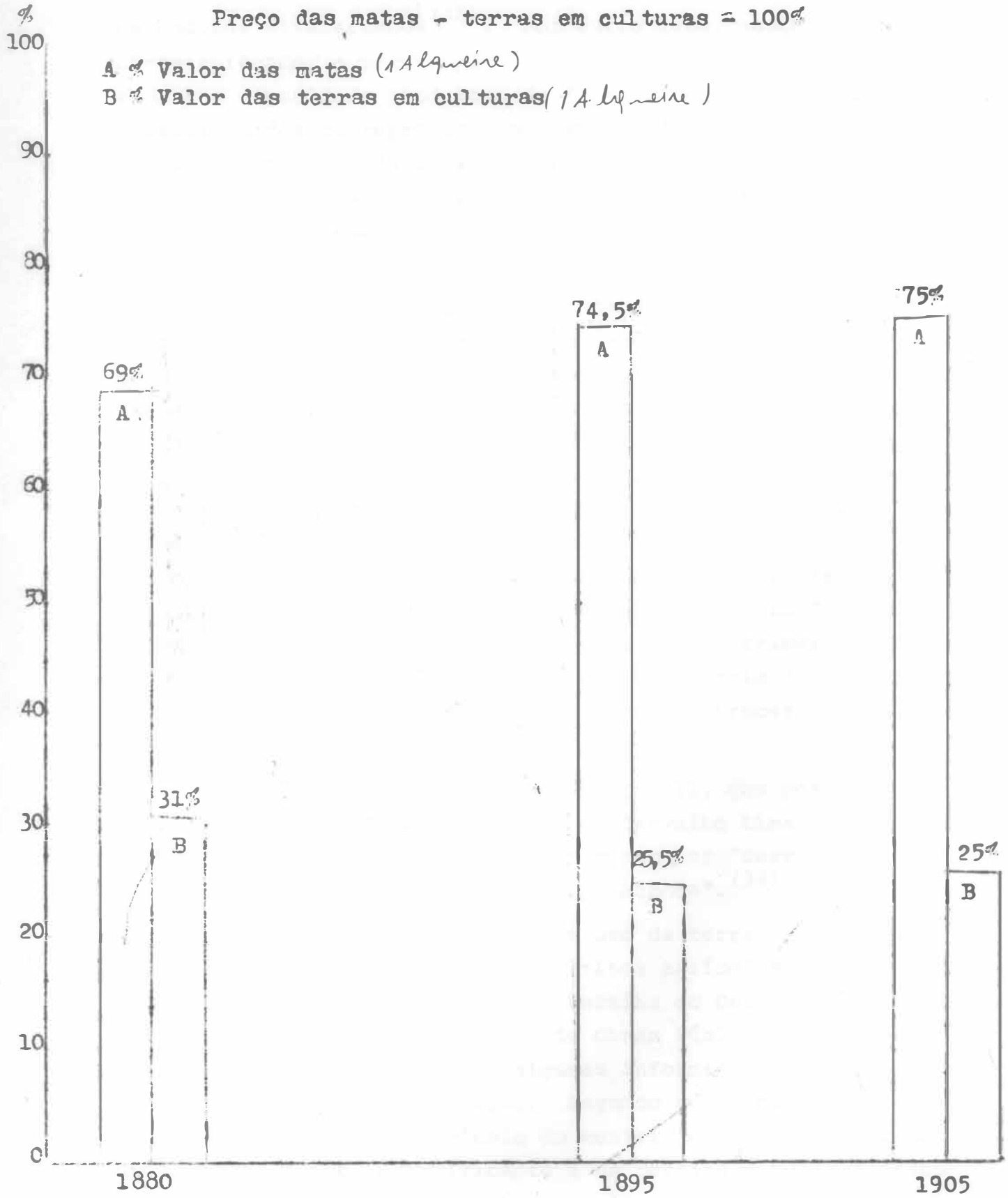
Por este contrato é revelado um tipo de arrendamento em que o arrendatário continua com o tipo de atividade precedente e a sua ação sobre a terra é limitada, sendo assim um pouco diferente daquele arrendatário-capitalista estudado por Marx; além disso as terras eram trabalhadas por colonos e não por tra

GRÁFICO Nº 9

PREÇO (%) das Matas e Terras em Culturas nos Inventários (1880 - 1895 - 1905)

Preço das matas - terras em culturas = 100%

A = Valor das matas (1 Alqueire)
B = Valor das terras em culturas (1 Alqueire)



FONTE: Inventários - Cartório do 1º Ofício de Notas - Paraíba do Sul

balhadores assalariados[32]. Por outro lado, neste contrato pode-se apreender a preocupação do proprietário em conservar e controlar a capacidade produtiva da fazenda, ou melhor, as suas possibilidades de reprodução no tempo. Aos arrendatários caberia apenas cuidar dos cafezais das derrubadas novas (transformação anterior das matas em cafezais) e não à realização de novas derrubadas, essa última decisão cabe somente ao proprietário.

Em outra escritura de arrendamento se verifica a mesma preocupação. No arrendamento da fazenda Silva (cafezais, roça de milho e de feijão e benfeitorias) ao capitão Tresciliano Miguel Costa, em 1893, esse só poderia tirar das matas "as madeiras que forem precisas para consertos das obras, casas de colonos e lenha para consumo" e não poderia "derrubar capoeirão algum sem o consentimento dos outorgantes".[33] Deste modo se vê que, da mesma forma que na escritura precedente, apenas o proprietário podia determinar sobre a realização de derrubadas. O arrendatário mesmo pagando anualmente o seu direito de explorar a fazenda, tinha os seus direitos restringidos pelo sistema de uso da terra, que ligava a existência da fazenda à presença das matas. Deve-se ter em mente o processo de extenuamento das matas em curso nesta época.

Por último, em 1898, Enydio Pispoll, que possuia a hipoteca da fazenda de Joaquim José de Carvalho Lima, movia um processo judicial contra esse último por ter "derrubado mattas, o que diminuia o valor dos bens hipotecados".[34]

A manutenção do sistema de uso da terra, das técnicas agrícolas, é ainda vista nos inquéritos agrícolas. Entre as respostas da Câmara Municipal de Paraíba do Sul ao inquérito de 1898, realizada pela Secretaria de Obras Públicas e Indústrias do Estado, podemos encontrar algumas informações sobre o estado da agricultura no município. Segundo essa investigação, naquela data a produção agrícola do município era "exclusivamente de café, sendo insignificante a de cereais e nulla a pastoril". A produção de café montava em "4:200:000$000 anualmente, havendo tendência para diminuir". Mais adiante se escreve que as terras do município eram "exploradas pela cultura extensiva

em grandes e pequenas propriedades" e o alqueire de terreno rural em mata virgem valia 700$000 enquanto que o de cultura 300$000, o primeiro valia mais de 100% que o segundo. Por último, a Câmara responde negativamente sobre a existência de ensaios de novas culturas na região. Essas informações são reveladoras do modo de cultivo do município, demonstrando a permanência dos antigos padrões agrícolas.(35)

Em outro inquérito agrícola, este de 1913, podemos também retirar algumas informações sobre o sistema de cultivo do município. Os instrumentos de trabalho agrícolas, nesta época, consistiam principalmente na enxada, machado, foice e cavadeira. As semeaduras eram feitas à mão, em covas de enxadas. Esses processos de cultivos, revelados pelos instrumentos de trabalho, eram também empregados pelos poucos agricultores estrangeiros existentes no município. O café ainda aparece como uma cultura importante na região, contudo, em decadência. Quanto à vegetação, esta era "representada por poucas mattas virgens e carrascaes, muitos campos e capoeiras", sendo a maior parte dos campos na realidade pastos. "Não há campos hervados". A pecuária, principalmente, bovina avança na região.(36)

Por último, no recenseamento de 1920, na parte referente aos instrumentos de trabalho agrícolas, de 711 estabelecimentos recenseados; 173 (24,3%) possuiam arados, 62 (8,7%) grades, 12 (1,7%) semeadeiras, 13 (1,8%) cultivadores, 3 (0,4%) ceifadores e 1 (0,1%) trator. Sendo que, 538 dos 711 estabelecimentos, não utilizavam nenhum destes instrumentos agrícolas, o que representava 75,7% do total.(37)

Por outro lado, a presença do arado nesse último inquérito, além de ser pequena, não implica necessariamente que naqueles estabelecimentos haja uma mudança para um sistema de uso da terra em que se empregue adubos e rotação de culturas. Segundo Waibel, caso associássemos o uso do arado com a rotação de culturas e adubos, ficaríamos "com uma idéia inteiramente falsa dos sistemas agrícolas da América Tropical e de suas instituições sociais e econômicas". Mais adiante o mesmo autor escreve "em muitos lugares do sul do Brasil, podem-se ver campos arados alternando com capoeiras"(38) E o mesmo pode ser

visto nos poucos inventários em que encontramos o arado. Como é o caso da fazenda Boa Vista de Joaquim José Medeiros, em 1897 que apresentava dois arados americanos (ambos em mal estado) ao lado de matas, capoeiras e pastos em capim; as capoeiras (4 alqueires) ocupavam 13,3% dos 30 alqueires da propriedade.(39)

Os inquéritos acima apresentados e mais o recenseamento de 1920, nos indicam o mesmo sistema de uso da terra que vigorava na época da escravidão; os terrenos continuavam a ser "preparados pela roçada, derrubada, queima e encoivamento"(40) E isso pode ser observado, ainda no relatório da Secretaria de Obras Públicas e Agricultura de 1925, mais de um século após a descrição da agricultura brasileira feita por Saint-Hilaire, onde se escreve que: "É opportuno frizar pontos de deficiência nas fazendas do Estado e que são máximos entraves para o auggmento e desenvolvimento da cultura cafeeira em seu território. Certo é que a mudança radical dos antigos méthodos culturaes, actualmente em uso no Estado, por outros mais modernos e racionaes não é fácil tarefa. Mas deixando de parte tal emprehendimento ressalta ainda um ponto fraco, de grande importância para o decréscimo da produção. Este ponto é a absoluta ausência da adubação. E este facto é o grande responsável pelo desbravamento crescente das mattas, para substituir, com terrenos virgens, as terras já empobrecidas por contínuas e esgotantes lavouras".(41)

Ainda neste ponto, é importante retomarmos, por alguns instantes a relação entre a lavoura e o beneficiamento, ou melhor, entre as melhorias das técnicas de beneficiamento e a capacidade de reprodução do sistema agrário da economia de exportação. No capítulo precedente apresentamos um gráfico (nº 3) onde era demonstrada a tendência de crescimento dos investimentos no setor de beneficiamento da fazenda. Essa tendência é referendada por um outro gráfico (nº 10) em que são considerados os valores relativos dos cafezais e equipamentos em relação aos valores das terras, animais e edificações presentes nos inventários de 1850 a 1905.

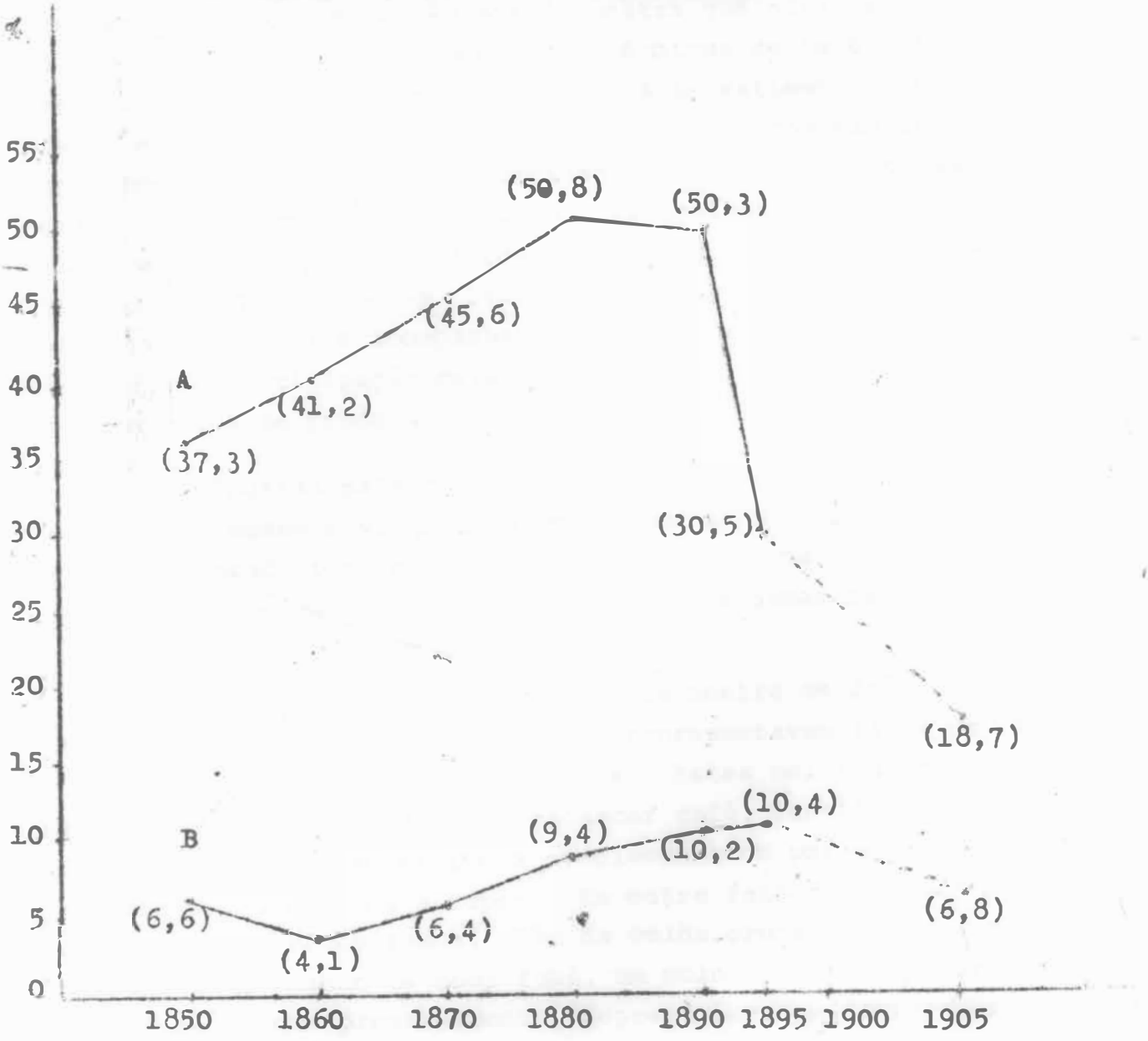
Por esse último gráfico, observamos que entre 1860 e 1880, tanto o valor relativo dos cafezais como dos equipamentos

GRÁFICO Nº 10

% do valor dos Cafezais e Equipamentos de Beneficiamento nas / Fazendas de Paraíba do Sul - 1850 - 1905

cafezais + equipamentos + edificações + terras + animais = 100 %

A % dos Cafezais
B % dos Equipamentos de Beneficiamentos



FONTE: Inventários - Cartório do 1º Ofício de Notas - Paraíba do Sul

aumenta. No caso desses últimos, a sua participação aumenta de 1870 a 1880 (6,4% para 9,4%), mantendo uma tendência ascendente até 1895, apesar de ver o seu rítmo de crescimento diminuido de 1890 a 1895 (10,2% para 10,4%). O mesmo, contudo, não ocorre com os cafezais que já no período de 1880-1890 sofrem uma ligeira queda (50,8% para 50,3%), acentuada cinco anos depois, 1895, quando a sua participação chega a 30,5%. Por conseguinte, este gráfico não só nos mostra o definhamento de uma região de café, mas também nos demonstra que este processo não é interrompido pelo incremento das técnicas de beneficiamento, representado pelo aumento relativo dos investimentos neste item. Deste modo a introdução de melhores equipamentos não impediu, no tempo, a diminuição da capacidade de reprodução do sistema agrário da economia de exportação. Tal melhoria não retrata uma mudança mais profunda na forma de produção. E isso é visto quando observamos que em 1905 os cafezais detêm apenas o valor relativo de 18,7% e acompanhando esse processo os equipamentos vêem a sua participação relativa cair para 4,9%. Afinal de que servem meios de produção de beneficiamento de café sem o café?

Em outras palavras, aquele gráfico nos indica, mais uma vez, que o desenvolvimento das técnicas de beneficiamento não foi acompanhado por uma mudança das técnicas na lavoura. E isso pode ser melhor apreendido através de algumas fazendas que introduziram aqueles melhoramentos.

Na fazenda Santa Thereza da Cachoeira de João Jacinto do Couto, em 1890, os equipamentos representavam 13,2% do valor dos cinco ítens acima referidos. Estes meios de produção se compunham de máquinas de descascar café, ventiladores, catadores, debulhador americano e complementados por um terreiro de café e uma máquina a vapor. Em outra fazenda, desse mesmo João Jacinto, encontramos, além da velha prensa para fazer farinha e do moinho de moer fubá, um moinho americano para fazer fubá, o que provavelmente, representava um certo aperfeiçoamento nos métodos de beneficiamento dos alimentos; o valor do último moinho (200$000) era 33% mais caro que a soma dos dois primeiros (150$000). Ao lado dessa máquina encontramos como instrumentos de trabalho agrícolas a enxada.

Formada por 50 alqueires, as terras da fazenda Santa Thereza se compunham de cafezais, capoeiras e pastos. Sendo que um alqueire de terra dos 35, ocupados pelos cafezais valia 80$000, e os quinze formados pelas capoeiras e pastos tinham o valor unitário (a média do valor de cada um) de 100$000. Dessas informações podemos deduzir dois pontos: 1º a presença da capoeira e o fato dela ter mais valor que as terras em culturas indicam a manutenção do modo de cultivo pretérito; 2º tendo em vista esse modo de cultivo e a não presença de matas na fazenda, pode-se deduzir que, dentro dos parâmetros das técnicas de produção agrícolas vigentes, a fazenda tinha poucas possibilidades de realizar o segundo movimento do processo de reprodução.(42)

A fazenda Santo André do Barão de São Carlos,(43) em 1894, possuia ventiladores, descascadores, um lavador de café quatro terreiros mecanizados e "outros maquinismos de preparar café". O valor relativo desses meios de produção equivalia a 15,3% do conjunto daqueles itens. As terras dessa fazenda eram distribuidas em 83 alqueires ocupados com capoeiras, pastos e lavouras, sendo o seu valor unitário de 100$000. Além dessas terras existiam 10 alqueires em matas e capoeirões, com o valor por alqueire de 500$000. O valor das matas e a sua pequena presença (menos de 12%) nos sugere conclusões semelhantes ao exemplo anterior.

Essas fazendas como representativas da relação lavoura-beneficiamento no interior de um sistema agrário historicamente definido, nos permite entender o porque do comportamento do gráfico nº 10 a partir de 1895.

Passando agora para a estruturação interna da fazenda pós-escravidão verificamos a permanência da presença dos maquinismos para o preparo de alimentos, o que nos sugere a existência de uma agricultura de alimentos no interior da fazenda. De 68 inventários (1890-1920) que retratam somente unidades de produção agrícolas, 53 (78%) apresentavam aqueles maquinismos (roda de mandioca, moinho de fubá etc). Essa informação retirada dos inventários é complementada pelo censo de 1920 em que, de 711 estabelecimentos, 346 (48,7%) possuiam plan

tações de café e isso combinado aos 555 (78,1%) que cultivavam milho, podemos inferir que nestes primeiros existia uma agricultura de alimentos; pelo menos em 190 (55%) dos estabelecimentos que cultivavam café.(44)

A presença da agricultura de alimentos no interior das fazendas de café, em particular, pode ser detectada, ainda no quadro construido pela Secretaria de Obras Públicas e Agricultura em 1925, quando de uma inspeção às fazendas nas zonas limítrofes do Estado com São Paulo e Minas Gerais. Das 18 fazendas que se localizavam em Paraíba do Sul, 14 (77,8%) apresentavam produções de milho e feijão.(45)

Por último, a combinação da agricultura de alimentos com a do café nos trabalhos agrícolas pode ser vista numa ação ordinária já citada onde são descritos as épocas de capina de café "dentro da zona em que se acha a fazenda arrendada, ou antes em todo o território dos districtos da antiga frequezia da Parahyba do Sul".

> "Essas capinas deviam ser feitas nas quadras do ano próprias ou de estylo, tendo-se em vista (em relação à uma das capinas) as leis da vegetação e regras co-relatas de plantação de milho entre os cafezais; e em relação as outras as exigências da colheita de café. Tendo-se em vista o desenvolvimento dos fructos dos cafezaes e consequente tempo próprio de uma colheita - e só sendo conveniente adiantar parte desta última capina nos pontos que possam ser escolhidos para o plantio de feijão - serviço que se faz dentro do período de 15 de janeiro a 15 de fevereiro e que nem sempre tem lugar dentro dos cafezaes, pois que para isto se escolhe terra nova e desbastadas de outras plantações".(46)

Por essa passagem depreende-se não apenas que o empirismo continuava a dirigir os trabalhos agrícolas mas, também, que esses eram organizados não somente em função das necessidades do café. Nesta descrição os trabalhos com os cafezais e culturas de alimentos aparecem como momentos de um mesmo processo de produção.

Daquilo que já escrevemos se infere que se o sistema agrário da economia de exportação persiste o faz no interior de um processo de disjunção entre o primeiro e o segundo movimento de seu ciclo de reprodução. A progressiva incapacidade da fazen

da de café em realizar o segundo movimento e, por conseguinte, vivenciando cada vez mais apenas a reprodução anual, pode ser exemplificada através de alguns inventários da última década do século passado.

A fazenda de Luiz Vieira Machado, em 1890, possuía 98 alqueires, dos quais 82 (83,7%) em culturas e pasto e os restantes 16 alqueires (16,3%) em matas. Considerando que essa unidade de produção tinha 178.770 pés de café e que 4.000 pés correspondiam aproximadamente a 1 alqueire[47], fazendo assim o total de 45,7 alqueires, essa fazenda com o tempo se viria incapaz de substituir os seus antigos cafezais por novos.[48]

Na fazenda de café da Baroneza Ribeiro de Sá (1896) de seus 94 alqueires, 92 (97,9%) eram ocupados por culturas, capoeiras e capoeirões, sendo os dois alqueires (2,1%) restantes por matas.[49] Numa exploração agrícola de menor dimensão a situação não era melhor, como podemos ver no caso da fazenda Aparecida. Nessa exploração (1897) de seus 18 alqueires, 9 (50%) estavam em culturas, 3 (16,7%) em capoeiras, 4,5 (25%) em pastos e 1,5 (8,3%) em matas. E de seus 19.000 pés de café, o mais novo tinha 15 anos.[50]

Quanto ao envelhecimento dos cafezais, o que indica a pequena presença de matas para a renovação desses, o exemplo das fazendas e sítios do Barão de São Carlos é representativo.[51] As sete explorações agrícolas inventariadas em 1894 apresentavam um total de 307.100 pés de café. Desses, 99.100 (32,3%) possuiam uma idade entre 4 e 16 anos e os 208.000 pés restantes tinham idade superior a 24 anos. Situação essa bem diferente de uma outra fazenda, esta de 1860, que possuia 67.000 pés de café, sendo 40.000 (59,7%) em formação (menos de 4 anos) 7.000 (10,4%) de 4 a 16 anos e 20.000 (29,9%) com mais de 16 anos, contudo, menos de 24 anos.[52]

É nas circunstâncias de persistência/definhamento do sistema agrário da economia de exportação que se dá a construção das relações de produção na agricultura da região pós-escravidão. Em outras palavras, o entendimento da forma que assume essas relações de produção deve ser procurada na manutenção das técnicas agrícolas, isto é, no sistema de uso da terra

que continua a dominar a paisagem agrária da região. E ainda , na diminuição da capacidade de reprodução do sistema agrário representada pela gradativa extinção das matas (dificuldades de realização do segundo movimento daquele processo) e na carência de mão-de-obra.

Entretanto, não apenas as capoeiras e as enxadas atravessam a crise do trabalho escravo, da mesma forma a estrutura fundiária, ou melhor, o seu pano de fundo que é a sujeição do trabalhador direto atravessaria aquela crise. Através da lei de terras de 1850, proibindo a aquisição de terras públicas através de qualquer outro meio que não fosse a compra e terminando deste modo com a antiga forma de aquisição através da ocupação, era referendada a subordinação do trabalhador direto à classe dominante agrária. O acesso à terra teria que ser mediatizado pelo fazendeiro. Este mecanismo ao tornar cativa a terra, transformava a terra em um cativeiro para o trabalhador.(53)

A lei de terras, por conseguinte, informa sobre a continuidade de um sistema agrário onde a possibilidade de extorsão do sobre trabalho e com ela a existência da classe dominante agrária, esta ligada ao controle sobre o trabalhador direto. Em outras palavras, frente a baixa relação população - terra e, portanto, a possibilidade de configuração de uma agricultura de alimentos como base da vida autônoma do trabalhador direto, a classe dominante assegurou o controle sobre a terra e através dessa sobre o trabalhador.

Em Paraíba do Sul, esse controle sobre a terra como mecanismo de sujeição da classe subalterna à classe dominante,pode ser visto na experiência dª "Colônia Nossa Senhora da Piedade". A Condessa do Rio Novo, em seu testamento, libertava os seus escravos e deixava instruções para que a sua fazenda Cantagalo se transformasse em uma colônia a ser explorada, por esses, sendo que a direção desta ficaria nas mãos da Casa de Caridade de Paraíba do Sul. Assim sendo, 321 alqueires de terras da fazenda seriam partilhados entre os libertos adultos (menos de 200 pessoas), podendo esses cultivarem gêneros de subsistência e café: essa última colheita seria dividida entre os

colonos e a Casa de Caridade.(54)

Por conseguinte, não apenas os escravos deixavam de ser escravos, mas como também adquiriam direitos sobre as terras. Por sua vez, segundo o testamento, a fazenda deixava de ser uma "empresa" voltada para a extorsão do sobre-trabalho para se transformar em uma "colônia agrícola".

Mais ou menos um ano após o estabelecimento da colônia por volta de 1883-84, Van Delden Laerne entra em contato com esta experiência e conclui que "l'avenir de cette colonie parait peu doutex", o que lhe era confirmado pela direção da mesma. Mais adiante o viajante holandês esclarece que tal prognóstico não era contudo explicado pelo abandono da colônia por parte dos libertos e muito menos por esses terem deixado de trabalhar: "les ex-esclaves ont fourni la preuve qu'ils veulent travaille"(55).

A direção, percebendo a colônia ainda enquanto uma fazenda, considerava que aquela teria um futuro duvidoso principalmente pela razão de que os ex-escravos se dedicavam mais aos trabalhos nas plantações de alimentos (milho e mandioca) do que propriamente à produção de café.(56) E nesta medida, os libertos na condição de possuidores da terra tinham, aos olhos daquela, subvertido a "ordem do trabalho": a "ordem" fixada pela lógica do sistema agrário vigente. Em outras palavras, os ex-escravos,através de sua prática, inverteram a relação entre trabalho necessário (plantação de alimentos) e trabalho excedente (cafezais) existente no interior de uma "fazenda".

Deste modo o futuro incerto da colônia estava ligado ao fato dos libertos terem ousado agir como possuidores da terra, se dedicando mais a uma plantação cuja colheita seria por eles apropriada, do que a uma outra que consistia em parte em trabalho não-remunerado apropriado pela "Pia" Casa de Caridade. Por conseguinte, o "avenir" da colônia deve ser procurado na lógica do sistema agrário cuja existência se prendia à extorsão do sobre-trabalho, o que só era possível, em condições de trabalho livre, através do controle total sobre a terra.

Em 1887, a Casa de Caridade pede à justiça local a ex-

pulsão dos libertos "desordeiros", ou seja, dos possuidores da terra. Tempos mais tarde as terras daquilo que deveria ser uma colônia agrícola eram arrendadas.(57) Expulsos das terras de que detinham o direito de posse, os libertos, para reproduzirem a sua vida material, teriam que se transformar em trabalhadores diretos das fazendas da região sem nenhum direito sobre a terra e assim se submeterem a "ordem do trabalho" presente naquele sistema agrário.

Em 1898, não existiam terras devolutas em Paraíba do Sul.(58) A classe dominante local "empobrece" com o seu sistema agrário, contudo, permanece dominante, dificultando o desenvolvimento de outros grupos sociais.

Estudando a organização do trabalho agrícola pós-escravidão da cidade de Vassouras, Stein escreve que: "Após os meses de agitação que se segue à abolição e à improvisação de turmas de trabalhadores com camaradas, colonos-camaradas, turmas dirigidas por empreiteiros, a organização do trabalho nas fazendas cristalizou-se sob a forma de parceria, suplementada pelo emprego de camaradas".(59) Não nos parece que esta situação tenha sido muito diferente em Paraíba do Sul. No inquérito agrícola de 1898, a Câmara Municipal desta cidade coloca que a agricultura era explorada pelo sistema de parceria e pelo salário.(60) Quinze anos depois, segundo o inquérito de 1913,o sistema de trabalho do pessoal agrícola na região se resumia na meiação, salário e contrato.(61) E no estudo feito em 1922 sobre a organização do trabalho agrícola do Estado, feito pelo Ministério da Agricultura, conclui-se que: "na cultura do café é commum a meiação,cabendo porém ao colono a plantação, por ocasião de cultivar o milho e o feijão.(62)

A nível das fontes locais podemos ter uma idéia das relações de produção na agricultura do café pós-escravidão através de contratos de trabalho registrados em cartório.

Em 1888, Amélia de Azevedo Silva Abrahão, como tutora de seu filho pede ao Juiz de Órfãos licença para contratar colonos. "Em virtude da nova lei de libertação dos escravos é indispensável providenciar no sentido de serem as terras cultivadas por homens livres. Na qualidade de tutora não pode a

suppte por si só resolver sobre o contracto a fazer com os libertos, e é por isso que vem perante a vossa Exma. impetrar licença para contractar o serviço e cultura das terras nas seguintes condições:

> 1º Os libertos terão, durante 5 anos, o direito de plantar milho, feijão e outros cereaes e legumes em terreno onde haja cafeeiros, cujas colheitas lhes pertencerão, ficando excluido d'entre os legumes o feijão miúdo e as favas, por prejudicarem o cafeeiro, os quais só poderão ser plantados onde não existam cafeeiros.
>
> 2º Terão a metade do rendimento líquido do café, o qual será vendido no Rio de Janeiro, pela suppte.
>
> 3º Obrigam-se os libertos a darem capinas nos cafeeiros, á tirarem toda a herva de passarinho e outras parasitas daninhas.
>
> 4º Obrigam-se os libertos a colherem todo o café, seccá-lo nos terreiros da fazenda, no Bairro Alto, para onde conduzirá a proporção que for sendo colhido lavá-lo e levá-lo às tulhas, e conduzir o café para os terreiros (...)
>
> 5º Ficam, aos libertos, prohibido vender a menor quantidade do café por sua conta e a ter animais quadrúpedes nos terrenos, dando-se-lhes permissão para os ter no pasto da fazenda no Bairro Alto (...)
>
> 6º Desde que os libertos deixem de cumprir alguma das condições fica a suppte o direito de expulsál-os, perdendo os mesmos tudo quanto que tenham feito -roças de cereaes ou legumes, a parte correspondente ao café pendente e ao que estiver colhido; o mesmo acontecerá no caso de roubo ou desordem promovida dentro dos terrenos pelos ditos libertos (...)
>
> 8º No caso de não querer a suppte e os demais proprietários dos terrenos fazer cumprir este contracto obrigam-se a consentir que os libertos terem a parte que lhes tocar por este contracto e mais quantia de 1:000$000 que será dividida entre os mesmos libertos"(63)

Consistindo, via de regra, no antigo escravo e seus descendentes, o "colono-parceiro" devia cuidar das capinas anuais, realizar a colheita do produto, tendo em contrapartida a "permissão" de plantar culturas de alimentos na fazenda e recebendo ainda uma parte de sua remuneração em dinheiro, conforme o contrato com o fazendeiro[64]. Desse modo, nessa relação de produção o trabalhador produzia e se apropriava de parte de seus meios de subsistência, sem a mediação do mercado, não consistindo assim propriamente em relações capitalistas de produ-

ção. Ao contrário dessas últimas, o colono aparecia "associado" aos meios de produção (do fazendeiro), ele não vendia contínua e sistematicamente a sua força de trabalho recebendo em troca um salário com o qual fosse retirar todos os seus meios de subsistência, enquanto mercadorias, da circulação[65]. Nesta medida estamos perante às relações não-capitalistas de produção.

A configuração dessas relações não capitalistas de produção se dá em condições de carência de mão de obra, o que é exemplificado pela diminuição da população e pela inexistência de um fluxo imigratório.[66] Essa situação, não é apenas notada nas análises presentes nos relatórios estaduais do final do século, mas também pode ser apreendida em contas de tutela dessa mesma época. Em 1893, o tutor dos menores de Domiciniano Gomes de Assumpção, ao prestar contas ao Curador Geral dos rendimentos dos anos anteriores, coloca que: "Não figura na receita o produto da colheita de café de 1892 por não ter sido possível, atenta a carência de trabalhadores de lavoura, beneficial-a a tempo"[67]. E mesmo em 1913 a "maior queixa dos fazendeiros continuaria sendo a falta de braços".

Do quadro acima exposto depreende-se que, caso a mão de obra fosse assalariada strito sensu isso acarretaria o encarecimento de seu custo. Em 1891, por exemplo, um fazendeiro de Paraíba do Sul se queixava de ter que pagar altos "salários" (diárias) devido "a notória escassez de pessoal".[68]

Nestas condições a "associação" do trabalhador direto aos meios de produção, assumindo à forma de relações de produção personificadas no colono-parceiro, vem permitir uma certa estabilidade do tempo de trabalho necessário. E isto na medida em que parte do tempo de trabalho dedicado pelo trabalhador à reprodução de sua vida material adquiria a forma imediata de gêneros de subsistência, sem a mediação do mercado, por serem estes produzidos diretamente por aquele.

Em outras palavras, caso o trabalhador direto, pós-escravidão, se transformasse em assalariado, vendendo a sua força de trabalho e retirando a totalidade de seus meios de subsistência do mercado, devido à falta de mão de obra, teria o seu "tempo de trabalho necessário" aumentado. E isto se daria em cir-

cunstâncias em que não se verifica um desenvolvimento das for - ças produtivas tal que permitisse o aumento da produtividade do trabalho agrícola. As técnicas de produção agrícolas perpassaram a abolição da escravidão, e com elas o nível técnico presente naquela forma de produção agrícola. Isso significa, em tese, que a produtividade do trabalho agrícola e a relação trabalho necessário e trabalho excedente se mantiveram constantes. Nestas condições a adoção do trabalho assalariado implicaria em um aumento do tempo de trabalho necessário às custas do sobre-trabalho. Daí a "associação" do trabalhador direto aos meios de produção contribuindo assim, para a persistência do sistema agrário. Ou melhor, extenuada progressivamente a capacidade de transformação de matas em cafezais, a fazenda passa cada vez mais a vivenciar apenas o primeiro movimento do processo de reprodução. A "associação" do trabalhador direto aos meios de produção ao permitir a redução dos custos de manutenção, garantindo a extorsão do sobre-trabalho, contribui para que a fazenda vivencie essa reprodução anual.

E se por um lado a carência de braços combinada à persistência das técnicas de produção, ajuda-nos a entender o porquê do não trabalho assalariado. Por sua vez, a "associação " do trabalhador direto aos meios de produção é viável pela continuação de um sistema de uso da terra, no caso representado pela agricultura de alimentos, que permite um pequeno dispêndio de trabalho na produção agrícola. Deste modo, a configuração das relações de produção pós-escravidão na agricultura de exportação de Paraíba do Sul, o seu caráter não capitalista, deve - se ao nível das forças produtivas presentes na região. Essas relações de produção correspondem ao nível das forças produtivas presentes naquele sistema agrário que perpassa, mesmo que em seu definhamento, a crise do trabalho escravo. O colono, na região, aparece ligado à enxada e à capoeira, ou melhor, ao que esses dois elementos representam.

Em alguns inventários de fazendas encontramos a refe - rência a "casas de colonos". Considerando que esta expressão é represenativa das relações de produção que vigoravam no seu interior, podemos verificar algumas de nossas hipóteses, isto

é, apreender sobre que sistema de uso da terra se construiam aquelas relações.

Pela fazenda de Manoel Gomes Vieira podemos ver a persistência do modo de cultivo da terra e ainda detectar o tipo de relações de produção que substituiriam o trabalho escravo. A abertura desse inventário é em 1880, mas só foi encerrado dez anos mais tarde. No momento da morte de seu proprietário, as terras da fazenda eram compostas por 187,5 alqueires geométricos, sendo 100 em culturas, 30 em matas, 50 em capoeiras e 7,5 em pastos. Nesse momento o valor das terras em culturas e em matas eram respectivamente, 300$000 e 800$000, isso nos indica, portanto, o modo de cultivo existente naquela propriedade. Dez anos mais tarde, as terras continuavam a ter a mesma composição (culturas, capoeiras etc), sendo que em vez de escravos existiam meeiros.(69)

Em 1890, a fazenda do Capitão Lúcio Correia de Castro tinha 129 alqueires geométricos de terras: 75 em cafezais, 44,5 em matas e capoeirões, e 10 alqueires em pastos. O fato das matas e capoeirões terem um valor unitário médio de 300$000, superior em 50% da terra em culturas (200$000) nos informa sobre um sistema de uso da terra, em que a terra em matas valia mais que as terras trabalhadas. Coexistindo com esse modo de cultivo, no setor de beneficiamento, existiam equipamentos como debulhadores, ventiladores, despolpadores, sendo alguns desses maquinismos movidos à máquina a vapor. Partindo do sistema de uso da terra e considerando que não existiam matas (essas em conjunto com os capoeirões correspondiam a 34,4% da área total) suficientes para renovar durante muito tempo os cafezais (60 % da área total), essa fazenda, apesar da máquina a vapor, tinha a sua capacidade de reprodução (2º movimento) diminuida. Ao lado destes existiam "20 casas para colonos em diferentes pontos da lavoura".(70)

Parece-nos que essa fazenda é representativa da persistência do sistema agrário pós escravidão, ou seja, nela se percebem a manutenção do modo de cultivo da terra, a redução das possibilidades de realização do segundo movimento do processo de reprodução, máquinas de beneficiamento modernas coexistindo

com aquele modo de cultivo rudimentar e por último a presença de relações de produção em que o trabalhador direto aparece"associado" aos meios de produção.

Neste mesmo ano, a fazenda Santa Juliana pagava aos "colonos-libertos" a quantia de 3:600$500 pela compra de parte de sua produção de milho (85 carros) e feijão (200 alqueires). Essa fazenda possuia 16 lances de casas para colonos e "6 casas cobertas de telhas para colonos". O fato dos seus 98 alqueires de terras se distribuirem em culturas, matas, capoeiras e pastos nos indica não apenas a forma pela qual era produzido o café mas também o milho e feijão.(71) Trata-se de um modo de cultivo da terra em que a produção de alimentos é feita por um pequeno tempo de trabalho, o que garante a estabilidade do tempo de trabalho necessário para a reprodução da vida material do trabalhador direto.

No inventário (1895) de Eloisa Felisberta Della Cella, das 600 arrobas encontradas nas tulhas da Fazenda Independência somente 300 foram inventariadas, as demais faziam a parte da meação dos colonos que se disseminavam pela "colônia" da fazenda.(72) Em 1900, na fazenda Palmyra, ao lado dos 35 alqueires geométricos (34,6%), 2 (2%) em matas, 15 (15%) em capoeirões e 49 (48,4%) em pastos existiam "26 casas cobertas de telhas em estado regular, em diversos pontos das lavouras, para habitação de colonos".(73)

A fazenda Matto Alegre em 1915 apresentava 200 alqueires de terras, em cafezais, lavoura de cereais, matas, capoeirões grosso e pastos. No momento de seu inventário os herdeiros retiveram 1.200 arrobas das 2.400 de café. O restante fora distribuido entre os colonos da fazenda que se distribuiam pelas 25 casas da colônia.(74)

Esses exemplos, por sua vez, nos levam a um outro ponto que é a reprodução anual da fazenda em circunstâncias de definhamento do sistema agrário da economia de exportação. Nas fazendas acima pode-se perceber que a capacidade de realização do segundo movimento progressivamente se extenua. Na fazenda Palmyra, por exemplo, somente 2% das terras eram compostas por matas e isso frente a 103.000 (apenas 25% "novos") pés de café

que mais cedo ou mais tarde teriam que ser substituidos por outros. Entretanto, deve-se ter em mente a longevidade do cafezal o que podia permitir a sobrevivência, a reprodução anual, das fazendas por um certo tempo. E ainda que, devido ao seu modo de cultivo, tinham os seus custos de produção reduzidos. Isto é, não invertiam um trabalho adicional na recuperação dos solos o que diminui os gastos com os "insumos", e possuiam uma despesa pequena com os instrumentos de trabalho.

Quanto à mão de obra, podemos ter uma idéia aproximada do nível de vida dos colonos no interior da fazenda e, ainda , dos custos com a força de trabalho através do valor relativo das casas de colonos e equipamentos para o preparo dos alimentos nos investimentos da fazenda. As casas de colonos, geralmente de pau a pique e com cobertura de sapê, aparecem no quadro nº 17 com um valor relativo nunca superior a 7%, e a soma desse valor com aquele dos equipamentos corresponde a um valor relativo que não ultrapassa 10% do total dos investimentos. No caso da fazenda Boa Esperança (1894), onde a participação daquela soma (3:950$000) é a maior que nas demais fazendas, ele fica abaixo do valor da casa de vivenda que é de 4:100$000 (7,3%) . Isso vem confirmar os baixos custos da fazenda com a mão de obra.

Por outro lado, o caráter não capitalista das relações de produção permitia, por exemplo, que as fazendas Independência e do Matto Alegre se apropriassem a título de meiação, respectivamente, de 300 (2:400$000) e 1.200 (4:200$000) arrobas de café com poucos custos com mão de obra. Isto porque aqueles colonos reproduziam parcialmente a sua vida material à margem do mercado, e em vista disso essas arrobas de café surgem para as fazendas como a expressão do sobre-trabalho extorquido.

A vivência da reprodução anual da fazenda de café pode ser vista no caso da fazenda Santa Thereza da Cachoeira, que mesmo incapacitada de renovar os seus 331.500 pés de café com a plantação de novos pés, na medida em que não possuia mais um alqueire em mata virgem, nos anos de 1891 e 1892 fecha o seu balanço com lucro. Nos dois anos as despesas somaram 40:715$000 e as receitas 53:290$000, o que representava um lucro de

QUADRO Nº 17

INVESTIMENTOS EM CASAS DE COLONOS E EQUIPAMENTOS DE BENEFICIAMENTO DE ALIMENTOS EM ALGUMAS FAZENDAS DE CAFÉ /SOMA . DOS / VALORES DAS TERRAS,CAFEZAIS,EDIFICAÇÕES E EQUIPAMENTOS=100I

Ano	Inventariado	Nome da Fazenda	Terras												Nº da Pés de Café	Casa de Colonos			Equipamentos de Beneficiamento de Alimentos	Sub-Total dos Investimentos em casas de colonos e Equipamentos.		Total dos Investimentos na Fazenda
			Em Cultura		Em Matas		Em Capoeirões		Em Capoeira		Em Pastos		Total			Nimero	Valor					
			A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	C			Absoluto	I			I	
1890	Luiz Vieira Machado	Santa Juliana		-		-							98	14:812$500	187.700	166 anos de casa e 6 casas.	700$000	0,9	950$000	1:650$000	2,2	75:489$600
1890	Capitão Lúcio Correia da Castro (1)	-	75	200$000	45,5	300$000	-	-	-	-	10	150$000	129,5	15:000$000	399.000	20 casas	4:000$000	3,3	400$000	4:400$000	3,6	120:335$000
1890	Maria Cândida de Campello Couto (2)	Castella	57	80$000	-	-	-	-	-	-	-	-	70	5:860$000	82.000	colonia	-	-	80$000	-	-	22:790$000
1894	Vicente Fernandes de Carvalho (3)	Boa Esperança	35,5	250$000	-	-	-	-	-	-	15,5	150$000	51	8:870$000	104.000	19 casas	3:350$000	6	600$000	3: 950$000	7,1	55:910$000
1895	Eloisa Feliaberto Della Cella (4)	Independência	40	300$000	6	700$000	-	-	-	-	-	-	46	16:200$000	103.000	colonia	780$000	1,4	100$000	880$000	1,6	55:445$000
1897	Joaquim José Medeiros (5)	Boa Vista	15	200$000	3	300$000	-	-	4	200$000	8	200$000	30	6:300$000	46.500	12 casas	sem valor	-	230$000	230$000	0,9	24:750$000
1900	Clotilde da Cruz Dutra (6)	Palmyra	35	200$000	2	600$000	15	350$000	49	150$000	-	-	101	20:800$000	150.000	26 casas	1:820$000	2	-	-	-	90: 160$000
1905	João Carlos Pereira Nunes	Fortaleza	5	90$000	-		12	120$000			90	80$000	107	8:550$000	22.000	9 casas	320$000	1,2	560$000	880$000	3,2	27:375$000
1905	D. Anna Pereira de Oliveira Campos	Sincorá	18	100$000	5	400$000					45	80$000	68	7:400$000	73.000	4 casas	170$000	0,6	100$000	270$000	1	27:545$000
1915	Capitão Francisco de Castilho Barboza(7)	Matto Alegre	63	80$000	-	-	40	120$000	-	-	97	60$000	200	18:060$000	169.000	25 casas	1:236$000	1,4	250$000	1:486$000	1,7	88:423$000

A- Área em Alqueires ; B - Valor de 1 alqueire; C - Valor Total.

(1) Área em alqueires geométricos. Área da Terra em Matas e Capoeirões dada em conjunto; o valor é a média do valor dos dois.
(2) Área da Terra em culturas e pastos dados em conjunto; o valor é a média dos dois. Não é discriminado o nº de casas, em seu lugar aparece a expressão colônia.
(3) Área da Terra em culturas e matas dados em conjunto; o valor é a média dos dois.
(4) Área da Terra em culturas e pastos dados em conjunto; o valor é a média dos dois.
(5) Área da Terra em matas e pedreiras dados em conjunto; o valor é a média dos dois. Na avaliação das casas de colonos essas são consideradas sem valor e em mal estado.
(6) Área da Terra em capoeiras (no caso "firma") e pastos dados em conjunto; o valor é a média dos dois alqueires geométricos. Esta fazenda possuia: Moinho e Fuzia para Fubá, moinho de rodízio para Fubá, debulhador de milho, Prensa para farinha de mandioca. O valor desses equipamentos foram dados em conjunto com os de café.
(7) Área da Terra em culturas e matas dados em conjunto. O valor é a média dos dois.

Fonte: Inventários - Cartório do 1º Ofício de Notas de Paraíba do Sul.

de 12:452$000, isto é, de 30,6% sobre as despesas. Nas contas dessa fazenda percebe-se, ainda, a presença de diaristas (camaradas) contratados por serviços de temporadas e que recebiam a sua remuneração parte em dinheiro e parte em alimentação.(75)

Um outro exemplo é da fazenda Boa Vista, cujos trabalhos eram realizados por 12 colonos e mais trabalhadores temporários. Em 1897 essa fazenda apresentava um lucro de 64,5% (despesas 17:705$493 e receitas - 29:138$564)(76). Considerando, contudo, que menos de 3 alqueires eram ocupados por matas virgens frente a 15 alqueires de culturas, esse rendimento não continuaria por muito tempo.

3.3. A Invasão dos Pastos

Assim como a reprodução extensiva transformou as matas em cafezais, o uso extensivo da terra combinado à inexistência de práticas de adubação transformaria as terras em culturas em pastos. Através do gráfico nº 11 que reproduz os investimentos em todas as unidades de produção de 1870 a 1920 (levantamento de 10 em 10 anos), podemos apreender a modificação que se dá na região, ou melhor, a mudança da paisagem agrária empreendida pelo rítmo do sistema agrário em Paraíba do Sul. No período de 1870 (excluidos os investimentos em escravos) a 1900, nota-se que o café corresponde a mais ou menos 50% do valor das fazendas e isso, portanto, caracteriza a região como sendo tipicamente de café. Situação essa, contudo, que se modifica a partir de 1900, quando a participação dos cafezais se vê diminuida, chegando em 1920 a corresponder apenas a 4,4%. Deste modo a região não pode ser mais considerada como cafeeira.

A área cultivada presente nos 711 estabelecimentos levantados pelo recenseamento de 1920 tinha uma extensão total de 16.202 hectares. Sendo 12.032 hectares ocupados por 9.625.550 pés de café, o que equivalia a 74,3% daquela área, o restante era ocupado pela agricultura de alimentos (23,4%) e por plantas industriais (2,3%). Entretanto, esses números se modificam quando consideramos não apenas a área cultivada, mas a área total dos estabelecimentos. Essa última área era de

78.432 hectares, e nesta medida a extensão cultivada não chegava a 21%, ficando en torno de 20,6%. E se o café continua sendo a principal cultura plantada nos estabelecimentos, o mesmo não se pode dizer quanto ao espaço por ela ocupado nestes; este espaço era de 15,3%(77). Área reduzida, se temos em mente que se trata de uma região com um passado recente marcado por essa produção. Em 1860, por exemplo, uma fazenda como a de "Ribeirão" que possuia 268 alqueires, destes 165 ou 61,6% eram ocupados por cafezais.(78) (Gráfico nº 11)

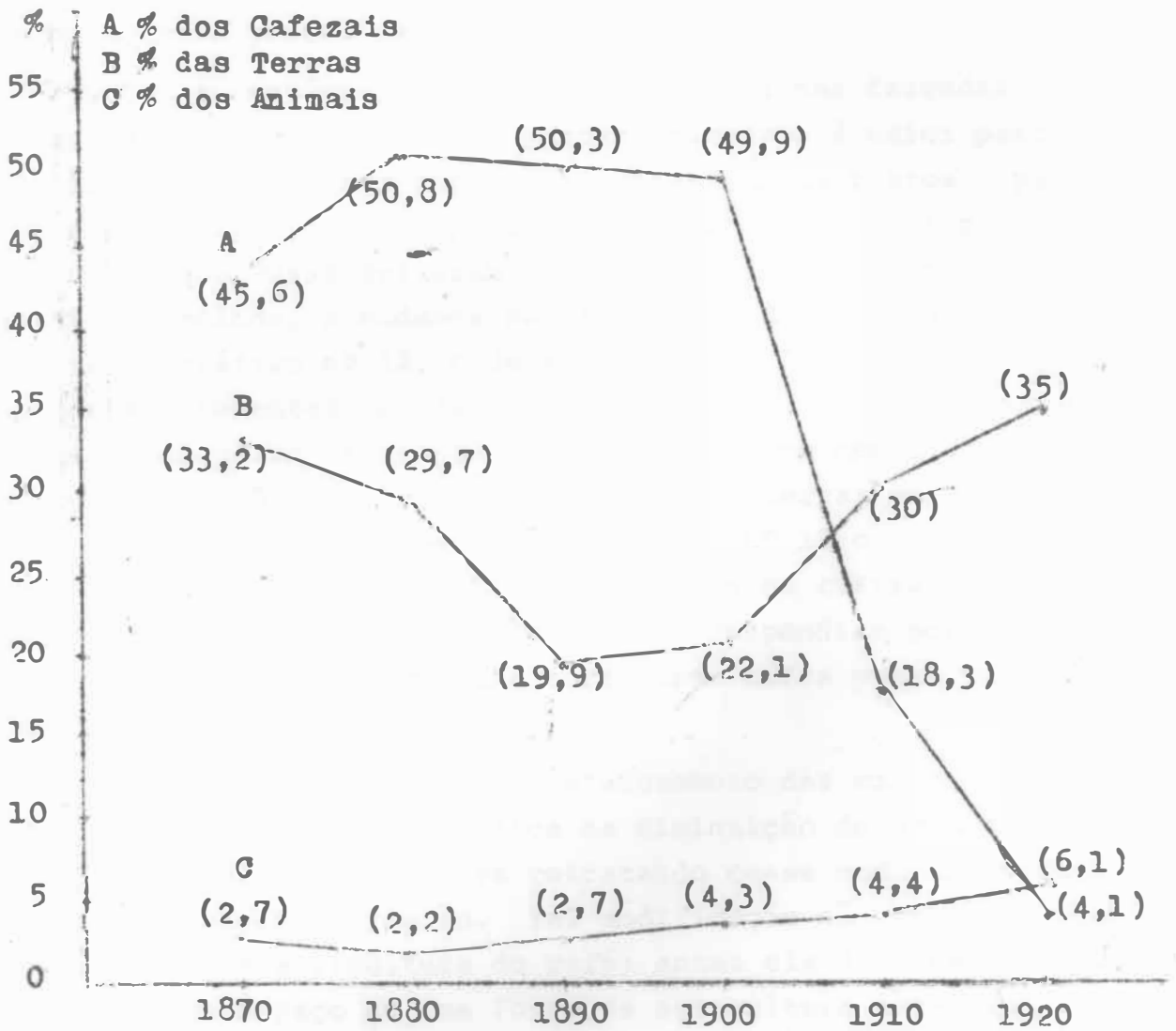
Por conseguinte, o comportamento do valor do cafezal no gráfico nº 11 é explicado pela gradativa transformação que ocorre nas antigas fazendas de café, seja pelo desaparecimento do cafezal em seu interior, devido ao esgotamento das matas e consequentemente à impossibilidade de se plantarem novos cafezais para substituirem os velhos, seja pelo envelhecimento do cafezal e com isso a diminuição de seu valor. Para os anos de 1905 e 1910 recolhemos, no total, inventários que retratavam 34 unidades de produção, dessas 9 (26,5%) não possuiam mais um pé de café, sendo as suas terras compostas por pastos. E para os anos de 1915 e 1920, foram levantados 25, sendo que 16 (64%)no lugar das terras em cafezais encontramos terras em capim. Por sua vez, naquelas fazendas onde o café ainda se achava presente, o seu valor não era mais expressivo. Das fazendas de café investigadas em 1920, por exemplo, o cafezal correspondia a apenas 24,4% da soma desse item com os valores das terras, equipamentos, edificações e animais.

O que dissemos pode ser exemplificado na fazenda Fortaleza, que em 1905 ocupava uma área de 107 alqueires. Esses alqueires se distribuiam em 5 (4,6%) de culturas, 9 (8,4%) em capoeirões, 3 (3%) de capoeirões grossos e finalmente 90 em pastos, ou seja, 84% das terras já não mais serviam para a agricultura (dentro do sistema de uso vigente na região); não existiam matas virgens. As terras em culturas, eram formadas pelas plantações de cereais e 22.000 pés de café que se encontravam em "mão estado".(79) A distância dessa situação com aquela anterior a 1870 pode ser vista através da comparação com a fazenda de Ana Lima Machado que, em 1860, tendo uma extensão próxima da fazenda Fortaleza,100 alqueires,possuia 300.000 pés de café e em bom estado.(80)

GRÁFICO Nº 11

VALOR (%) dos Cafezais, das Terras e Animais nas Fazendas de PARAÍBA DO SUL - 1870 - 1920

cafezais + terras + edificações + equipamentos + animais = 100 %



FONTE: Inventários - Cartório do 1º Ofício de Notas -Paraíba do Sul

As unidades de produção de menor dimensão não se encontravam em situação muito melhor do que a Fazenda Fortaleza, quanto à percentagem de terras em culturas. Tal é o caso da exploração agrícola de Luis Pinto de Amaral que, em 1915, com 22 alqueires tinha 2 alqueires em culturas (9%), 20 (91%) em pasto e nenhuma mata virgem.(81) Ou do sítio Vista Alegre que, no mesmo ano de 1915, possuia 22 alqueires de terras, 3,5(16%) em cafezais, 4,5(21%) em capoeiras e 14 alqueires (63%) em capim e cafezais velhos(82). Outras fazendas, como a da "Independência" em 1910, que era formada por 78 alqueires, tinha a percentagem em pastos de 100%.(83)

Com a contínua diminuição do cafezal nas fazendas, as terras passam a corresponder, percentualmente, à maior parcela do valor destas. Isso implica em dizer que os pastos passariam a participar decisivamente na conformação do valor das fazendas e que essas deixaram de ser de café. O avanço dos pastos, ou melhor, a mudança na fisionomia de Paraíba do Sul, é vista no gráfico nº 12, onde se observa a formação do valor das terras presentes nas fazendas de 1880 a 1920. Considerando que um alqueire em capim é o tipo de terra menos valorizado, cujo valor é inferior inclusive ao das terras em culturas (ver gráfico nº 13),nota-se pelo gráfico nº 12 o aumento da extensão das terras em pastos nas fazendas às custas das terras em culturas. Em 1880, as pastagens respondiam por 4,4% do valor das terras, 15 anos mais tarde essa cifra passa para 50% e em 1920 atinge 77,6%.

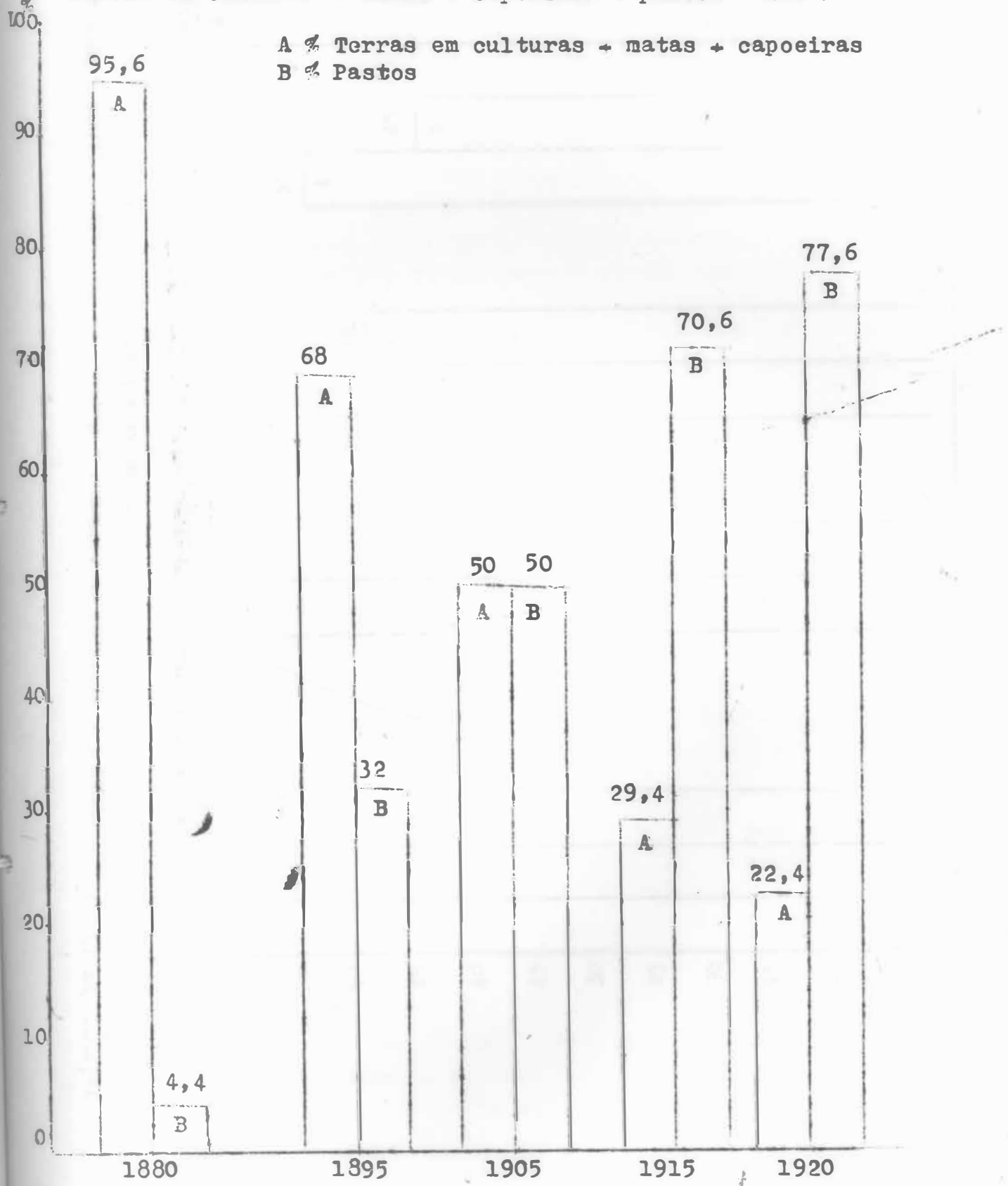
E isso ao demonstrar o extenuamento das matas, capoeiras e terras em culturas implica na diminuição do espaço ocupado pela agricultura extensiva retratando desse modo uma modificação na paisagem da região. Tal modificação não se restringe à decadência da agricultura do café; antes ela diz respeito à diminuição do espaço de uma forma de agricultura extensiva. No recenseamento de 1920, não só se percebe a redução do espaço de café mas também da agricultura; a produção de milho, principal cultura da agricultura de alimentos, neste recenseamento aparece ocupando apenas 5% da área total dos estabelecimentos.(84)

Outrossim, o passado cafeeiro da região pode ser nota-

GRÁFICO Nº 12

PARTICIPAÇÃO (%) dos Pastos na formação do Valor das Terras da Fazenda (1880 - 1920)

terras em culturas + matas + capoeiras + pastos = 100 %

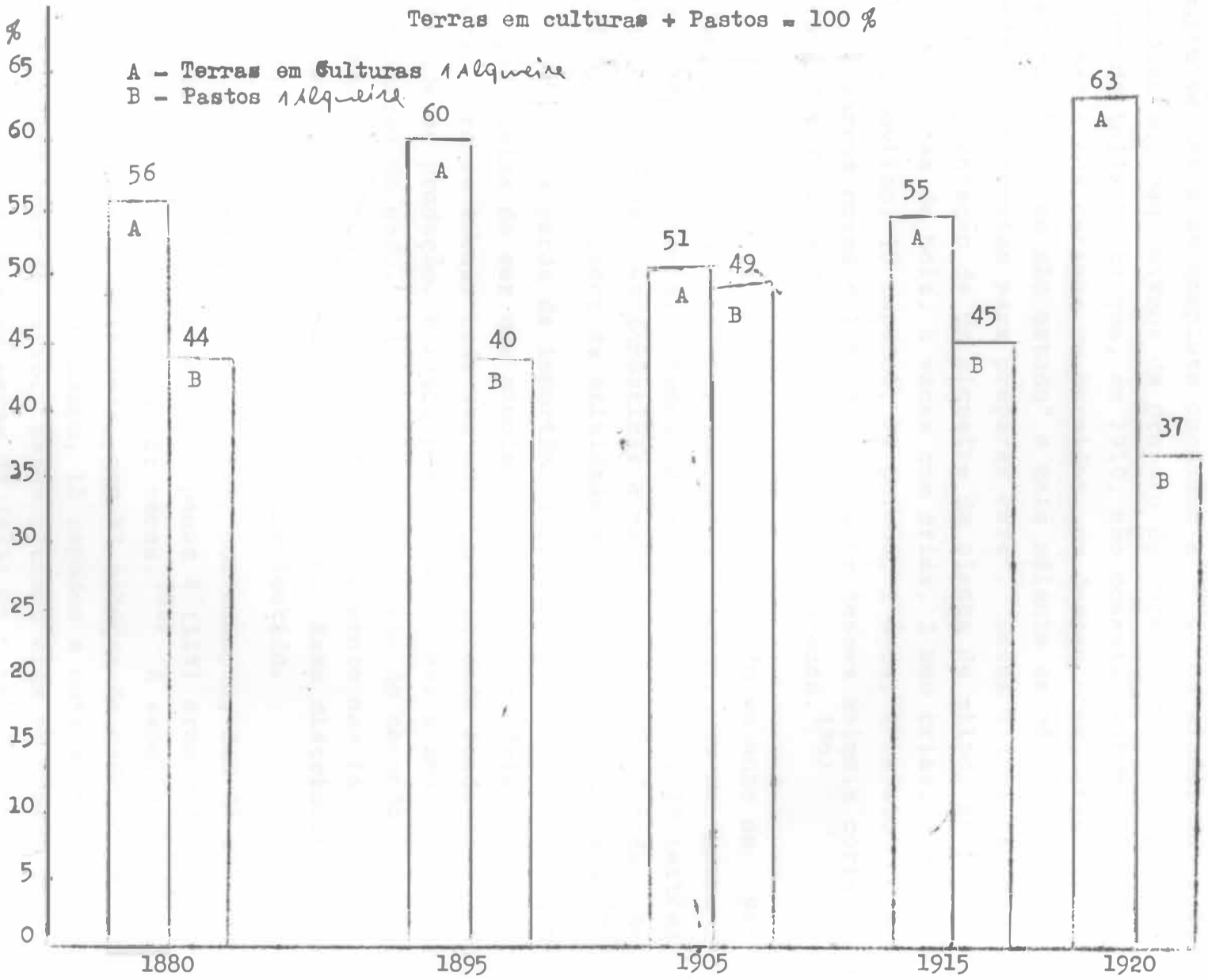


FONTE: Inventários - Cartório do 1º Ofício de Notas - Paraíba do Sul

GRÁFICO Nº 13

PREÇO % das Terras em Culturas e Pastos nos Inventários (1880 - 1895 - 1905 - 1915 - 1920

Terras em culturas + Pastos = 100 %



FONTE: Inventários - Cartório do 1º Ofício de Notas - Paraíba do Sul

do, na presença, nos inventários de passagens como "cafezais muito velhos e em completa decadência"[85]. Ou ainda, nas referências aos maquinismos de preparo do café. Como é o caso da fazenda Bella Vista que, em 1910, não possuia nenhum pé de café, mas ainda detinha um burmidor, um descascador, três ventiladores "tudo em mão estado" e mais adiante se vê que "estes mecanismos serviam para preparar café". Nessa última fazenda, junto a plantação de um alqueire de planta de milho, encontramos 6 juntas de bois, 6 vacas com crias, 3 sem crias, 8 garrotes, 1 novilho, 15 capados, 22 porcos, 1 égua, 1 cavalo de sela, 2 burros novos e 1 poldro; o valor desses animais correspondia a 32% da soma dos investimentos na fazenda.[86]

Em outra fazenda, "Areal", ao lado do engenho de pilões, dos ventiladores, burmidores não encontramos nem mesmo um pé de café. Achamos,contudo, 8 capados, 5 porcos, 28 leitões e 80 cabeças de aves domésticas e mais a expressão "venda do gado", como indicador da atividade econômica dessa unidade.[87]

Com a perda de importância da cafeicultura, a criação de gado deixa de ser uma simples atividade acessória à agricultura, para se tornar cada vez mais na atividade fundamental da unidade de produção. E isso, por sua vez, leva a uma mudança na composição do gado. Vimos na segunda parte do segundo capítulo que mais ou menos 50% do gado bovino presente nas fazendas de café era constituido por bois de carro. Essa distribuição, com a queda da agricultura, deixa de ter sentido.

Na fazenda Sertão de 1915, por exemplo, das 35 cabeças de gado bovino nela presentes, apenas 4 (11%) eram bois de carro, sendo 18 (51%) formadas por vacas.[88] À semelhança dessa unidade, a fazenda Fortaleza, com 89 cabeças de gado bovino, 97 carneiros, 31 porcos de campo, 12 capados e outros animais, possuia poucos bois de carro. Esses últimos eram em número de 19 (21,3%) enquanto que as vacas 39 (44%) do total dos bovinos.

Segundo o recenseamento de 1920, o principal rebanho presente em Paraíba do Sul era o bovino composto por 37.385 cabeças de gado, seguido pelos suinos com 12.126 cabeças, equinos com 4.338, ovinos com 1.529 caprinos com 1.136 e assuinos e

muar com 988. O gado bovino do município era o terceiro maior do Estado, só perdendo para o de Campos (104.616 cabeças) e o de Valença (41.831 cabeças). Daqueles bovinos, 34.637 (92,6%) se encontravam presentes nos estabelecimentos recenseados e a sua distribuição confirma o que dissemos há pouco: 18.576 (53,6%) eram vacas e novilhos, 8.402 (24,3%) bois e 7.659 (22,1%) garrotes e bezerros.(89)

Entretanto, a perda da importância da cafeicultura, a presença do gado nas fazendas citadas anteriormente, não implica que Paraíba do Sul tenha se transformado imediatamente numa região pecuarista. No gráfico nº 11 observamos não apenas que de 1900 a 1920 o valor relativo dos cafezais na região cai mas também o avanço dos rebanhos na formação do valor da fazenda é lento. Neste período nem todas as unidades tinham uma composição de valor semelhante a da fazenda Fortaleza (27:375$000) em que os animais detinham 30% (8:120$000) desse valor só sendo superado pelas terras, 8:550$000 (31%).

Através do levantamento realizado, em 1925-26, pelo Serviço de Estatística da Diretoria de Agricultura do Estado, das propriedades rurais com valor igual ou superior a 20:000$000(90), podemos ter uma idéia da distribuição das unidades de produção entre agricultura e pecuária. Foram arrolados 178 imóveis, fazendo uma área total de 17.023 alqueires ou 82.391,3 hectares, o que corresponde a 85,5% da área do município (96.400 hectares)(91). A área média desses imóveis era de 95,6 alqueires. Contudo, a idéia que pode advir dessa cifra se modifica quando consideramos os imóveis com mais e menos de 100 alqueires. Existiam 59 propriedades (33,1%) acima de 100 alqueires, ocupando uma extensão de 10.876 alqueires, isto é, 63,9% da área total. Enquanto que 119 unidades (66,9%) ocupavam 6.147 alqueires, ou seja, menos de 36,1% das terras.

Quanto à natureza da propriedade, 142 proprietários (79,8%) responderam que eram lavradores e 36 criadores (20,2%). Deve-se ter em mente, contudo, o fato dos lavradores também manterem rebanhos em suas propriedades. Por sua vez, a área correspondente aos lavradores era equivalente a 13.503,5 alqueires (79,3%) alqueires, enquanto a dos criadores era 3.519,5 (20,7%). A

concentração de terras era mais acentuada no grupo dos criadores, onde 13 propriedades (36,1% do grupo e 7,3% do total) detinham 2.228,5 alqueires (70%) da área representada por este grupo e 14,4% da área total. Enquanto que 46 lavradores (38,6 % do grupo e 26% do total) ocupavam 8.427,5 alqueires, o que significava 62,4% da área representa pelos lavradores ou 49,5% da extensão total. Essas informações, além de nos sugerirem a concentração de terras em Paraíba do Sul, nos indicam que, apesar das terras em capim, nem todas as propriedades rurais se dedicavam principalmente à pecuária.

A formação da pecuária na região não se dá abruptamente. As terras em pastos são antes de mais nada uma decorrência do processo de reprodução extensiva, no tempo, do sistema agrário da economia de exportação, ou seja, o pasto é uma transformação empreendida pela agricultura extensiva na paisagem rural e não uma consequência da introdução da pecuária na região. As terras em capim precedem a pecuária. Poroutro lado, como vimos, o definhamento do sistema agrário da exportação contribui para a emigração de parte da população local para outras regiões. E se isso reduz ainda mais as possibilidades da existência de uma agricultura cujo funcionamento se liga à mobilização de grandes contingentes de trabalhadores, o mesmo não ocorre com a pecuária que não precisa de um grande número de trabalhadores para a sua existência. Nesta medida a pecuária em Paraíba do Sul, se desenvolve sobre aquilo que "sobrou" do sistema agrário da economia de exportação. E isso não só nos informa que não houve uma modificação nos métodos agrícolas de tal forma que permitisse a recuperação dos solos para a agricultura, mas como também nos indica o tipo de pecuária desenvolvida.

Quanto aos métodos utilizados nessa atividade, em 1902 na Mensagem do Presidente do Estado era assim vista a penetração da pecuária nas antigas áreas de café: "Por longos annos fomos um Estado exclusivamente agrícola e com excepção do gado destinado ao serviço dos transportes e de algumas vacas utilizadas paraa produção de leite, nunca os nossos lavradores se entregaram à criação nem souberam tirar proveito desse auxiliar poderoso para o próprio melhoramento das suas culturas, utili

zando em benefício dellas o abono ferilizante que o mesmo gado lhes fornecia".

"A indústria pastoril (...) é a mesma dos tempos primitivos, não se ensaiaram novas raças nem se aperfeiçoaram as existentes (...) O gado nasce e cresce segundo as leis da natureza solto pelos campos sem o menor benefício que os preserve da peste e das calamidades que dizimam a criação pela falta de ajudas permanentes (...) Não dependente, pois, da extensão territorial o valor da indústria de criação (...) Nesta como na indústria agrícola o que vale e que assegura a prosperidade de um povo é a adopção dos melhores méthodos da criação, é a escolha das raças e a seleção dos seus productos, é, em fim, a adaptação do sôlo pelo cultivo das bôas forragens". (92)

Vinte e dois anos mais tarde, em um levantamento realizado pela Secretaria de Obras Públicas e Agricultura do Estado em 32 fazendas de Paraíba do Sul, sobre as pastagens e as práticas de vacinação do gado, os resultados são os seguintes : 16 (50%) fazendas não costumavam vacinar, 9 (28,1%) iriam iniciar a vacinação e somente 7 (21,9%) costumavam vacinar; as pastagens, nas 32 fazendas, eram constituidas pelo capim gordura. (93)

Em 1925, as fazendas de Paraíba do Sul, onde existia a presença do gado, voltariam a ser visitadas (quadro nº 18). Neste ano o número de fazendas inspecionadas foi de 85, e além da preocupação para com o estado das pastagens há o intuito de se determinar o tipo de doenças presentes nos animais e verificar a existência ou não de banheiros carrapaticidas. (Quadro nº 18)

Conforme o quadro nº 18 podemos ver que das 85 fazendas apenas em 2 (2,4%) não se verificavam a presença de doenças infecto-contagiosas, em 1(1,2%) essas doenças eram declaradas como casos raros, em 7 (8,2%) costumavam aparecer e em 75 (88,2%) se constatava a sua presença. Dessas 75, só em 18 (24%) não havia mais de um tipo de doença infecto-contagiosa. Entre essas a mais registrada (observada nas fazendas ou costumava a aparecer) foi a febre aftosa. Presente em 61 fazendas (71,8%), essa febre é altamente contagiosa e ocasiona a perda do peso do animal, a incapacidade temporária para o trabalho e quando ata-

QUADRO Nº 18

Fazendas de Paraíba do Sul visitadas pelo serviço de Indústria Pastoril 1925.

Nº	Nome da Fazenda	Doenças Infecto-Contagiosas	Doenças Parasitárias	Outras Doenças	Ectoparasitas	Banheiro Carrapaticida	Pastagens
1	São Bento	Cost.Ap.(1) Aftosa e Mangueira	Cost.Ap. Sarnas	Não Verificadas	Carrapatos e Bernas em quantidade	Não Existe	C.(3) Gordura Roxo
2	Córrego do Tenente	Cost.Ap.Aftosa, Mangueira,Batedeira e Pneumo-enterite.	"	"	"	"	"
3	Campo Alegre	Cost. Ap. Aftosa	"	"	"	"	"
4	Cascatinha	Pneumo-enterite, Mangueira,Aftosa	"	Verificadas	"	"	"
5	Silva	Cost.Ap. Aftosa	"	Não Verificadas	"	"	C.Jaraguá
6	Passa Tempo	Cost. Ap. Aftosa, Mangueira, Batedeira.	Raros Casos de Sarnas	"	"	"	C.Gordura Roxo
7	São José	Aftosa	Nunca foram observadas	"	"	"	"
8	—	Obs.(2) Pneumo-enterite,Carbunculo e Aftosa.	Sarnas	"	Carrapatos e Bernas em pequena quantidade.	"	C. Gordura,Jaraguá
9	Lage	Cost. Ap. Aftosa, Mangueira, Carbunculo.	"	Verificados	"	"	C.Gordura e Angola
10	Conceição	Cost. Ap. Aftosa, Mangueira e Carbunculo.	Já existiram casos de Sarnas	Já existiram	"	Pretende construir.	C.Gordura Roxo
11	Santa Thereza	Raros Casos de Pneumo-enterite,Aftosa.	Vários Endoparasitores	Não Verificadas	"	Não Existe	C. Gordura
12	Santa Thereza	Raiva, Mangueira e Pneumo-enterite	Não foram Verificadas	"	"	Pretende construir.	Boas
13	Santa Rosa	Mangueira, Pneumo-enterite e Batedeira.	Sarnas	"	"	"	Boas
14	Capuaba	Aftosa, Pneumo-enterite,Mangueira	Não Verificadas	"	Muito poucos carrapatos e bernas.	"	Boas
15	-	"	"	"	"	"	Boas
16	Lage	"	"	Verificadas	"	"	Boas
17	Carioca	Aftosa e Mangueira	"	Não Verificadas	"	Não Existe	Boas
18	Barão de Angra	Aftosa	"	Nunca Existiram	Não Existe	"	C.Gord.Roxo
19	Sítio do Engenho	Aftosa e Mangueira	Sarnas	Não Verificadas	Poucos carrapatos e bernas.	"	"
20	Boa Vista	Aftosa e Batedeira	Não Verificadas	"	"	"	"
21	Santa Cruz	Aftosa	"	"	"	"	C. Gordura
22	Glória	Aftosa	"	"	"	"	"
23	Conceição do Morro Azul	Aftosa e Batedeira	"	"	"	"	C. Gordura Roxo
24	Retiro	Mangueira	"	"	Poucos carrapatos	"	"
25	S.José do Bairro Alto	Aftosa e Mangueira	"	"	Muitos carrapatos	"	"
26	Mattosinhos	" "	"	"	Poucos carrapatos e bernas.	"	"
27	Salutaris	Mangueira	"	"	Poucos carrapatos	"	"
28	Chácara das Rosas	Mangueira, Pneumo-enterite,Aftosa	"	"	Poucas bernas	"	C. Gordura Roxo
29	Gloria do Mundo	Mangueira e Aftosa	"	"	Poucas bernas e carrapatos.	"	"
30	Prosperidade	Aftosa	Sarnas	"	Muitas bernas	"	"
31	Socego	Aftosa e Batedeira	Não Verificadas	"	Poucos carrapatos e bernas.	"	"
32	Recreio	" "	"	"	Bernas e carrapatos	"	"
33	Boa União	Carbunculo, Aftosa, Pneumo-enterite e Batedeira	"	"	"	"	"
34	S.João da Bella Vista	Mangueira,Aftosa,Pneumo-enterite e Batedeira.	"	Verificadas	"	"	"
35	Mar de Hespanha	Aftosa e Batedeira	"	Não Verificadas	"	"	"
36	Bem Posta	Aftosa e Pneumo-enterite	"	"	"	Existe	"

Nº	Nome da Fazenda	Doenças Infecto-Contagiosas	Doenças Parasitárias	Outras Doenças	Ectoparasitas	Banheiro Carrapaticida	Pastagens
37	Bom Jardim	Aftosa e Mangueira	Não Verificadas	Não Verificadas	Bernas e carrapatos. Poucos carrapatos.	Não existe	C.Gordura Roxo
38	Santa Rita	Aftosa	"	"	"	"	"
39	Conceição da Aparecida	Não Verificadas	"	"	Carrapatos e bernas	"	"
40	Ribeirão	Aftosa, Mangueira, Pneumo-entérite	"	Verificadas	Poucos carrapatos e bernas.	"	"
41	Morro Grande	Aftosa e Mangueira	Sarna	Não Verificadas	"	"	C.Gordura e Jaraguá
42	Barra	Aftosa	Não Verificadas	"	"	"	C. Gordura Roxo
43	Rio Preto	Aftosa e Mangueira	"	"	"	"	C. Gordura e Jaraguá
44	C.B. de E. Electrica (Alberto Torres)	Aftosa	"	"	"	"	C. Gordura
45	S. Antonio	Carbunculo	"	"	"	"	C. Gordura Roxo
46	Santa Clara	Aftosa e Pneumo-enterite	"	"	"	"	"
47	São José	Aftosa, Mangueira e Pneumo-enterite	"	Verificadas	"	"	"
48	Campo da Paz	Carbunculo e Aftosa	"	Não Verificadas	Muitos carrapatos e bernas.	"	C. GordurаBranco
49	Amazonas	Pneumo-enterite e Aftosa	"	"	Carrapatos	Existe	C. Gordura Roxo
50	Gentio	Pneumo-enterite e Mangueira	"	"	Poucos carrapatos e bernas.	Não existe	"
51	Boa Vista	Mangueira e Aftosa	"	"	Poucos carrapatos	"	"
52	Laranjeira	Mangueira, Aftosa e Pneumo-enterite	Sarna	"	Poucos carrapatos e bernas	"	"
53	Portas	Aftosa e Pneumo-enterite	Não Verificadas	"	"	"	"
54	Santa Victoria	" "	"	Verificadas	"	"	"
55	-	Mangueira	"	Não Verificadas	"	"	"
56	Independência	Aftosa,Mangueira e Pneumo-enterite	"	"	"	"	"
57	Laranjeira	Mangueira	"	"	Carrapatos e bernas em grad.quantidade	"	"
58	Palmeira	Mangueira, Pneumo-enterite e Batedeira	"	"	Poucos carrapatos e bernas.	"	"
59	Santa Clara	Mangueira,Carbunculo,Batedeira, e pneumo-enterite.	"	"	"	"	"
60	São José	Mangueira	"	"	Carrapatos	"	Más
61	Chacrinha	Mangueira e Aftosa	"	"	Poucos carrapatos e bernas.	"	Muito secas
62	Engenho de Cana	Mangueira	Sarnas	"	Poucas bernas	"	C. Gordura Roxo
63	Retiro	Mangueira e Pneumo-enterite	"	"	Poucos carrapatos	"	"
64	Paiol	Carbunculo, Mangueira,Aftosa,Batedeira.	Sarnas	"	"	"	C.Gordura Roxo e Jaraguá
65	-	Mangueira e Aftosa	Não Verificadas	"	Carrapatos e bernas em quantidade	"	Capins (vários)
66	São Bento	Mangueira,Aftosa.Carbunculo e Pneumo enterite.	-	-		-	-
67	Retiro	Mangueira e Pneumo-enterite	Sarnas	Verificadas	Poucos carrapatos e bernas.	Não existe	C. Gordura Roxo
68	Sta.Maria Magdalena	Mangueira, Pneumo-enterite e Aftosa	Não Verificadas	Não Verificadas	"	"	"
69	Aparecida	Mangueira	Sarnas	"	"	"	"
70	Barrinha	Pneumo-enterite e Aftosa	Sarnas	"	"	"	C.Gordura Roxo e Jaraguá.
71	Santa Victoria	Mangueira, Pneumo-enterite,Aftosa e Carbunculo.	Não Verificadas	Verificada	Poucos carrapatos e bernas.	"	"
72	Cachoeira	Mangueira,Pneumo-enterite,Aftosa e Batedeira.	"	Não Verificadas	Muitos carrapatos e bernas	"	C.Gordura Roxo.

Nº	Nome da Fazenda	Doenças Infecto-Contagiosas	Doenças Parasitárias	Outras Doenças	Ectoparasitas	Banheiro Carrapaticida	Pastagens
73	Travessão	Mangueira,Aftosa e Pneumo-enterite	Sarnas	Não Verificadas	Poucas bernas e carrapatos.	Não existe	C. Gordura e Jaraguá
74	São Lourenço	"	"	"	"	"	"
75	Capuaba	Mangueira, Aftosa,Carbunculo e Pneumo-enterite	Não Verificadas	"	"	"	"
76	Laranjeira	Mangueira, Aftosa e Pneumo-enterite	Sarnas	"	Muitos carrapatos e bernas	Existe	"
77	Boa Esperança	Aftosa e Pneumo-enterite	Não Verificados	"	Carrapatos e bernas em pequena quantidade	Não existe	"
78	Carioca	Mangueira, Aftosa,Pneumo-enterite e Batedeira.	"	"	Poucas bernas e carrapatos.	"	C.Gordura Roxo
79	Nossa Senhora do Carmo	Pneumo-enterite	"	"	"	"	"
80	-	Pneumo-enterite e Mangueira	"	"	"	"	"
81	Liberdade	Pneumo-enterite, Mangueira,Aftosa	Sarnas	"	"	"	C. Gordura Roxo e Jaraguá.
82	-	Não verificadas	Não Verificadas	"	Não Verificades	"	C.Gordura Roxo
83	Sitio do Salino	Mangueira e Pneumo-enteite	"	"	Poucos carrapatos e bernas.	"	"
84	-	Mangueira e Batedeira	"	"	"	"	"
85	Boa Esperança	Mangueira	"	"	Poucos carrapatos	"	"

Fonte: Rio de Janeiro. Relatório de Obras Públicas e Agricultura, Anexo nº 12, 1923.

Obs: 1. Cost.Ap.-Costumam Aparecer

2. Obs. - Observadas

3. C - Capim.

cada em vacas leva à diminuição da quantidade de leite; uma das formas de seu contágio se faz através das pastagens.

No que diz respeito às doenças parasitárias a situação é um pouco melhor. Em 62 (72,9%) fazendas não foram observadas a sua existência. O mesmo não ocorria com os ectoparasitas; esses só não existiam em duas fazendas (2,4%) em 14 (17%) das 83 restantes se achavam em quantidade. Quanto à eliminação desses ectoparasitas, em 82 (96,5%) não existiam banheiros carrapacticidas e apenas 6 (7,3%) desse número pretendiam construí-los.

Por sua vez, as pastagens em todas as fazendas investigadas eram naturais, na forma de capim gordura.

A combinação dessas informações nos sugere que de 1902 a 1925 a pecuária não teria sofrido uma grande evolução quanto aos seus métodos. Em outras palavras, trata-se de uma pecuária que, à semelhança da agricultura que a precedeu, se fundamenta mais na incorporação extensiva de fatores, no caso, de terras (pastagens) e de animais, de que propriamente na inversão de trabalho no sentido de melhorar as práticas de produção seja no trato dos solos ou dos animais . A paisagem rural de Paraíba do Sul e as técnicas nela presentes continuariam a retratar o sistema agrário pretério e o baixo nível das forças produtivas permaneceria na forma de uma pecuária extensiva.

NOTAS - 3º CAPÍTULO

1 - Brasil, Relatório do Banco do Brasil 1880-81 (Rio de Janeiro, 1881), p. 14.

2 - Manuel Ribeiro do Val, Congresso Agrícola de 1878, Colle - ção de Documentos, IHGB, p.163.

3 - Luís Corrêa de Azevedo, "Da Cultura do Café", in: Francisco P. de Lacerda Werneck (Barão Paty de Alferes), Memória sobre a Fundação e Custeo de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1878), p. 236.

4 - Idem, Ibidem, p. 236.

5 - Manuel Ribeiro do Val, op. cit, p. 164.

6 - Richard, Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho (Belo Horizonte; Ed. Itatiaia; São Paulo. Ed: da Universidade de São Paulo, 1975), p. 57.

7 - Stanley Stein, Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba - co referência especial ao Município de Vassouras (São Paulo: Editora Brasiliense, 1961), p. 260.

Manuel Ribeiro do Val, op. cit, p. 164.

8 - Conta de Tutela, 1882, dos Menores de Maria Tavares Monteiro, maço nº 199, CPS.
Conta de Tutela, 1883, da Menor do Barão do Rio do Ouro(Lia Pereira da Cunha), maço nº 125, CPS.
Inventário, 1880, Falecido - Francisco Gomes de Aguiar, maço nº 199, CPS.

9 - Conta de Tutela, 1874, Tutor João Gomes de Aguiar, maço nº 56, CPS.

10 - Witold Kula verifica a existência de dois tipos de mudanças nos sistemas econômicos: mudanças oscilatórias, irregulares seriam aquelas observadas na curta duração, a exemplo das más colheitas; mudanças cumulativas e direcionais, somente poderiam ser observadas na longa duração e afetariam mais diretamente as estruturas. Witold Kula, "Da Tipologia dos Sistemas Econômicos", in: Jacqueline Fourastié, Economia, 3º ed. (Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1981), p. 114.

11 - Stanley Stein, op. cit, p. 279.

12 - Emília Viotti da Costa, Da Senzala à Colônia, 2ºed. (São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1982),p. 163.

13 - Stanley Stein, op. cit, p. 280.

14 - Inventário, 1880, Falecido - Manuel Gomes Vieira da Cruz maço nº 229, CPS.

15 - Idem, Ibidem.

16 - Inventário, 1873, Falecido - Barão de S. Justa, maço s/nº. CPS.

17 - Stanley Stein. op. cit, p. 279 e 280.

18 - Idem, Ibidem, p. 109.

19 - Rio de Janeiro, Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, 1855, citado por Stanley Stein, op. cit,p. 109.

20 - Stanley Stein, op.cit. p. 130.

21 - Manuel Ribeiro do Val, op.cit, p. 164.

22 - Idem, Ibidem, p. 164.

23 - Cheywa R. Spindel, Homens e Máquinas na Transição de uma Economia Cafeeira (São Paulo: Paz e Terra, 1980), p.40 e 67. Warren Dean, Rio Claro - Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura. 1820 (São Paulo; Paz e Terra, 1977).

José de Souza Martins, "A Formação da Fazenda de Café. Conversão da Renda-em-Trabalho em Capital", in: O Cativeiro da Terra (São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas,1979) pp. 59-75.

24 - Warren Dean, op. cit, p.154.

25 - Idem, Ibidem, p. 166.

26.- Rio de Janeiro, "Questionário Constante da Circular nº3 de janeiro de 1898 e resposta dada pelas Câmaras Municipaes in: Relatório de Obras Públicas e Indústrias ao Presidente do Estado 1898,vol. I (Nitheroy, 1898),p. 245.

27 - Rio de Janeiro, "Relatório da Estação Agrônoma do Estado do Rio de Janeiro" in: Relatório da Secretaria de Obras Públicas e Indústrias de 1894 (Nitheroy; Typographia Guimarães, 1894) p. 8 e 9.

28 - Rio de Janeiro, Relatório da Secretaria de Obras Públicas e Indústrias 1895 (Nitheroy Tipographia Jeronymo Silva e Comp. 1895) p. 12.

29 - Pedro Gordilho Dias Paes Leme e outros. "Organização Agrícola: Parecer sobre a Organização Agrícola do Estado do Rio de Janeiro", in: Revista Agrícola do Instituto Fluminense de Agricultura XXII (Rio de Janeiro: Instituto Fluminense de Agricultura, 1891), p. 12.

30 - Rio de Janeiro, Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa pelo Presidente do Estado em 1916 (Rio de Janeiro Typ. do Jornal do Commercio de Rodrigues & Co. 1916)p.7.

31 - "Escritura de Arrendamento da Fazenda Santo Antônio" in: Ação Ordinária - 1891 - Capt. Antonio Barboza Pereira(A)e Almeida Ruas (Réo), maço nº 50, CPS:

32 - Karl Marx, O Capital, 3º Livro, 6º volume (Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1975), p. 705 e 706.

33 - "Escritura de Arrendamento da Fazenda Santa Thereza", in: Ação Ordinária - 1893 - Dr. João Baptista de Castro (A) e José Antonio de Tré, maço nº 50. CPS.

34 - Executiva Hypothecaria, 1898, Enydio Pispoll e Joaquim José de Carvalho Lima, maço nº 99. CPS.

35 - Rio de Janeiro, Questionário Constante da Circular nº3... op. cit. p. 61 e 62.

36 - Brasil Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.Serviço de Inspeção e Defesa Agrícolas, Questionários sobre as Condições de Agricultura dos Municípios do Rio de Janeiro-Inspectoria Agrícola do 13º Districto, Inspeccionado de 25 de junho de 1910 a 29 de abril de 1913. (Rio de Janeiro: Typ. do Serviço de Estatística, 1913), pp. 81-84.

37 - Brasil, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Dept. Geral de Estatística, Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920, 3º parte Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1923) p. 80 3 140.

38 - Léo Waibel, Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil , 2º ed. (Rio de Janeiro: IBGE, 1979) p. 249.

39 - Inventário, Falecido - Joaquim José Medeiros, maço nº 97, CPS.

40 - Brasil, Ministério da Agricultura Indústria e Comércio, Diretoria do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícola, Aspectos da Economia Rural Brasileira (Rio de Janeiro: Of. Graphica Villas Boas, 1922), p. 533.

41 - Rio de Janeiro, Relatório de Obras Públicas e Agricultura, 1925 (Niteroy: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues, (1926)p.33

42 - Inventário, 1890, Falecido - João Jacinto do Couto, maço nº 204, CPS.

43 - Inventário, 1894, Falecido - Barão de São Carlos, maço s/nº, CPS.

44 - Brasil, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Recenseamento Geral de 1920, vol. III, 2º Parte,op.cit. p. 80 - 81.

45 - Rio de Janeiro, Relatório da Secretaria de Obras Públicas e Agricultura 1925, op. cit. anexo nº 10.

46 - Ação Ordinária, 1891. op. cit.

47 - Essa informação foi retirada do Inventário da Condessa do Rio Novo, 1882, maço s/nº, CPS.

48 - Inventário, 1890, Falecido - Luiz Vieira Machado,maço nº16, CPS.

49 - Inventário, 1896, Falecido - Baroneza Ribeiro de Sá, maço s/nº CPS.

50 - Inventário, 1897, Falecida - Ana Ignacia de Assumpção Medeiros, maço s/nº, CPS.

51 - Inventário, 1894, Falecido - Barão de São Carlos, maço s/nº, CPS.

52 - Inventário, 1860, Falecido - Ana Lima Machado, maço s/nº CPS.

53 - Emília Viotti da Costa, Da Monarquia à República: Momentos Decisivos, 1º ed. (São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977) p. 128.
José de Souza Martins, op. cit, p. 59.

54 - Inventário, 1882, Falecida - Condessa do Rio Novo, maço s/nº, CPS.
Casa de Caridade de Paraíba do Sul, Testamento da Condessa do Rio Novo (Juiz de Fora: Cia Dias Cardoso SA, 1955), p.6.

55 - C. F. Delden Laerne, Le Brésil et Java Rapport sur la Culture du Café en Amérique, Asie et Afrique (Paris: Martinus Mijhoff/Chellanei, 1885)p. 306.

56 - Idem, Ibidem, p. 307.

57 - Ação Ordinária, 1887, Irmandade de Nossa Senhora da Piedade, maço nº 88, CPS; Casa de Caridade de Paraíba do Sul, Relatórios de 1890-1892, Rio de Janeiro. Typ. Lenzinger , 1894. Estes relatórios se encontram na seção de periódicos da Biblioteca Nacional sob a seguinte indicação: I - 426, 3, 3 n. 14.

58 - Rio de Janeiro, "Questionário Constante da Circular nº 3 ... op. cit. p. 63.

59 - Stanley Stein, op. cit. p. 325.

60 - Rio de Janeiro, Questionário Constante da Circular nº 3... op. cit. p. 163.

61 - Brasil, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio , Serviço de Inspeção e Fomento Agrícola, Questionário sobre as Condições ... op. cit. p. 83.

62 - Brasil, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio , Serviço de Inspeção e Fomento Agrícola. Aspectos da Economia Rural ... op. cit, p. 560.

63 - Licença para Contractar Colonos, 1888, Amélia Azevedo e Silva Abrahão, como tutora de seu filho, maço nº 188,CPS.

64 - Silvio Ferreira Rangel, O Café (Rio de Janeiro: Sociedade Nacional de Agricultura, 1908) p. 46.
Rio de Janeiro, Relatório de Obras Públicas e Indústrias de 1896 (Nitheroy: Typ. Guimarães, 1896), p. 12.

65 - Sobre o tema ver José de Souza Martins, op. cit. p. 19.

66 - Este tema já foi desenvolvido na parte precedente.

67 - Conta de Tutela, 1893, Menores de Domiciniano Gomes de Assumpção maço nº 60, CPS.

68 - Ação Ordinária, 1891, op. cit.

69 - Inventário, 1880, Falecido - Manoel Gomes Vieira, maço nº 229, CPS.

70 - Inventário, 1890, Falecido - Lucio Correia de Castro, maço nº 17, CPS.

71 - Inventário, 1890, Falecido - Luiz Vieira Machado, maço nº 16, CPS.

72 - Inventário, 1895, Falecido - Eloisa Felisberta Della Cella, maço nº 44, CPS.

73 - Inventário, 1900, Falecida - Clotilde da Cruz Dutra, maço de 1900, CPS.

74 - Inventário, 1915, Falecido - Francisco de Castilho Barboza maço de 1915, CPS.

75 - Inventário, 1890, Falecido - João Jacinto do Couto, maço nº 204, CPS.

76 - Inventário, 1897, Falecido - Joaquim José Medeiros, maço nº 97, CPS.

77 - Brasil, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Recenseamento Geral de 1920, vol. III, 2º Parte, op. cit.p. 306 e 307.

78 - Inventário, 1860, Falecido - Guilherme Francisco Rodrigues Franco, maço s/nº, CPS.

79 - Inventário, 1905, Falecido - João Carlos Pereira Nunes, maço de 1905, CPS.

80 - Inventário, 1860, Falecida - Ana Lima Machado, maço nº 26 CPS.

81 - Inventário, 1915, Falecido - Luis Pinto do Amaral, maço de 1915, CPS.

82 - Inventário, 1915, Falecido - Maria do Carmo Dias, maço de 1915, CPS.

83 - Inventário, 1910, Falecido - Antonio Gomes Guacury, maço de 1910, CPS.

84 - Brasil, Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio , Recenseamento Geral de 1920, vol. III, 2º Parte, op. cit. p. 306 e 307.

85 - Inventário, 1915, Falecido - João José Mahler, maço de 1915, CPS.

86 - Inventário, 1910, Falecida Anna Vieira de Mello, maço de 1910, CPS.

87 - Inventário 1920, Falecida - Maria Catharina Wiecher maço de 1920, CPS.

88 - Inventário 1915, Falecido - Manoel Américo Amorim, maço de 1915, CPS.

89 - Brasil, Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio, Recenseamento Geral de 1920, vol. III, 1º parte, op. cit. p. 48.

90 - Rio de Janeiro, Diretoria de Agricultura - Serviço de Estatística Propriedades Agrícola - vol. I, Propriedades de Valor igual ou superior a 2:000$000, 1925 - 26 (Rio de Janeiro: Pap. e Typ. Marques Araújo & C.,1927).

91 - Brasil, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio , Recenseamento Geral de 1920, vol. III, 1º parte op. cit., p. 109.

92 - Rio de Janeiro, Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa pelo Presedente do Estado 1902, Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Comércio de Rodrigues & Co. 1902, p.98-101.

93 - Rio de Janeiro, Relatório do Secretário de Obras Públicas e Agricultura, 1924, op. cit. p. 98 a 112.

C O N C L U S Õ E S

1. A primeira conclusão diria respeito ao fato de que tendo por base uma baixa relação população-terra e traços de um sistema de uso da terra que é anterior à própria colonização européia, se ergue um sistema agrário historicamente definido ligado ao mercado externo. Forma de produção essa cuja reprodução, no tempo, enuncia uma racionalidade que lhe é peculiar, distinta daquela presente no capitalismo (reprodução ampliada) e mesmo de outras formas de produção cuja reprodução também adquiria um caráter extensivo. E é correspondendo ao nível das forças produtivas presente no interior daquele sistema agrário, que são articuladas as relações de produção.

   Relações de produção em que, a baixa relação trabalho-terra faz com que a extorsão do sobre-trabalho apareça ligado a mecanismos de sujeição do trabalhador direto. Esses mecanismos, impedindo que o trabalhador tivesse acesso direto à terra, se traduziam na separação deste das suas condições de produção. Por sua vez, o nível das forças produtivas presente, naquele sistema agrario, "(re) associava" o trabalhador aos meios de produção só que agora com a mediação do fazendeiro.

2. Como colocamos na introdução, este trabalho tinha por objetivo empreender uma primeira abordagem ao sistema agrário da economia de exportação, entendo-o como uma forma de produção historicamente definida. E para tanto, mesmo sabendo dos limites decorrentes dessa opção, nos restringimos a uma dada região: Paraíba do Sul. E isto, contudo, fora feito com o intuito de tentar exemplificar, ou melhor, dar uma maior concretude àquilo que achávamos que seriam alguns dos traços daquele sistema agrário.

   Outrossim, a presença dos métodos de cultivo daquela região em outras áreas ou em outros produtos (além do café) pode ser percebido em passagens de "Memórias" ou de publicistas do século passado. Como é o caso Thomas Davatz para São Paulo.

   Ao se referir aos métodos de cultivo vigentes em São

São Paulo dos anos de 1850, Davatz coloca que estes consistiam em devastar parte das matas com o emprego do machado e foices, e passadas duas ou três semanas, quando as ervas ficavam completamente secas, iniciava-se a queimada. "E consumado o incêndio pouco mais restará a fazer, na plantação em perspectiva, do que amontar aquí e alí os destroços de mais fácil transporte". Mais adiante, informa-nos que quando os terrenos não eram utilizados para a plantação do café; "as terras cansam em cinco, seis, oito anos de uso e deixam de produzir. São então abandonadas e o brasileiro trata de desbravar as suas vastas florestas de acordo com o método acima descrito".(1)

Quanto à combinação da agricultura de alimentos com a de café, Van Delden Laerne, esclarece que a prática de se produzir mantimentos (milho, feijão e mandioca) nas fazendas de café era comum tanto na região do Rio como em São Paulo.(2)

José de Souza Gaioso escrevendo, em princípios do século XIX, sobre a reprodução da lavoura do algodão no Maranhão coloca que um dos seus traços seria a incorporação de matas virgens. Nas palavras deste lavrador: Para a cultura do algodão "são precizas terras não cansadas. Estas a que chamam mattas virgens". Isto por que aos "terrenos já cansados (...) necessitam muito maior benefício para fazê-los produtivos, e maior número de braços".(3)

Nesta medida, o autor está se referindo a um modo de cultivo em que as matas substituem a aplicação de um trabalho adicional na recuperação das terras. E onde os "destroços" advindos dos "incêndios e destruição das mattas" formam " o único estrume das terras".(4) Por sua vez, desta passagem pode - se, também, inferir à separação da agricultura da pecuária.

Luiz dos Santos Vilhena, se detendo no Recôncavo Bahiano, recomenda aos lavradores de cana do final do século XVIII, a adoção de un novo sistema de cultivo. Um sistema em que, a semelhança daquele desenvolvido no Alentejo, as terras fossem adubadas. Em outras palavras, tratava de se substituir o modo de uso da terra então vigente nos engenhos, cujo um dos aspectos era a separação entre a agricultura e a pecuária, por um

outro em que existia uma rotação entre terras em culturas e pastos, o que permitiria a refertilização daquelas primeiras pelo adubo animal.(5)

Um outro traço apontado (particularmente por publicistas da segunda metade do século passado) nos trabalhos agrícolas daqueles produtos é a rotina: como já pudemos ver com o café. E isto pode ser observado em passagens de dois artigos publicados na revista do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura em 1880: o primeiro artigo se refere a agricultura maranhense; o segundo é um estudo realizado pelo Imperial Instituto de Agricultura da Bahia (1870) e trata, entre outros temas da plantação da cana de açúcar.

> 1º "Os nossos lavradores não se atrevem a desembolsar dinheiro, destocar o terreno, adoptar melhores methodos de cultura, e, abraçados com a rotina tradicional esperam que de outra parte lhes venha o exemplo. Causa dó observar os processos grosseiros e outros productos agrícolas. O escravo roça com a fouce os arbustos, corta com o machado e lança por terra as árvores seculares, e o fogo n'um instante as reduz a cinza. Depois, coivara-se, planta-se, capina-se, colhe-se o arroz espiga, e apanha-se o algodão. Não há systema que pareça mais simples e que ao mesmo tempo seja mais prejudicial. Não há trabalho em preparar o estrume - a cinza das árvores o substitue (...) Semelhante systema inutiliza as ricas madeiras que podiam servir para construcção de casas e navios, e com a raridade das mattas virgens modifica-se o clima, desencontram-se as estações, apparecem terríveis seccas, pobríssimas colheitas".(6)

> 2º "O que facilitava a produção e desenvolvia a riqueza determinou a decadência precoce - a uberdade do terreno e a barateza excepcional da mão de obra. Assim devia de ser, por que era tratada com o descuido da abundância que não vê os limites do seu tesouro, outra explorada avidamente com sacrifício da dignidade humana"(7)
>
> "Não há methodo certo, nem tradição nos trabalhos. Cada um faz a seu modo achando sempre razões para corroborar a opinião própria. É um verdadeiro cahos, havendo porém entre todos a convicção de que nem é preciso preparar o terreno, nem estrumal-o (...) A terra é fértil e inesgotável, dizem elles, bastando o alqueive para recuperar o perdido, o estrume uma despeza improfícua porque desnecessária (...) e as preparações do terreno pelo arado e seus acessórios, luxos de jardineiros que não viza ao resultado, mas a beleza do campo que explora."(8)

Apesar de ambos artigos terem sido publicados numa época em que tanto a lavoura de cana como a do algodão (naquelas regiões) apresentarem uma menor intensidade em sua vinculação com o mercado inernacional, eles são sugestivos por retratarem a permanência, no tempo, de métodos da época de Gaioso e Vilhena. E isto nos permite inferir que o mesmo processo de trabalho agrícola era repetido no tempo.

A presença, nos trechos acima, de passagens em que se liga a forma de agricultura com a "terra inesgotável" ou com as "vastas florestas", nos informam sobre um mesmo sistema de uso da terra existente em diferentes regiões. Ou melhor, nos indicam um modo de cultivo que se fundamenta numa baixa relação trabalho-terra, o que, por sua vez permite a coformação de uma forma de agricultura em que o tempo de trabalho aplicado por alqueire era reduzido. Sugerindo assim, um tipo de sistema agrícola cujo "crescimento" se fazia pela incorporação de mais terras e força de trabalho adicional, sem a mediação de um desenvolvimento técnico na lavoura. E,ainda,nos insinua um sistema agrícola, onde a "rotina" era um traço de sua racionalidade, e cuja capacidade de reprodução aparecia ligada à fronteira agrícola.

Deste modo, considerando que aquelas regiões (particularmente São Paulo) encontrar-se-iam ligadas com maior ou menor intensidade ao mercado externo, nos parece que algumas coisas que escrevemos sobre o sistema agrário vigente em Paraíba do Sul(o o seu nível técnico, mecanismos de reprodução e relações de produção), não se restringeriam aos estreitos limites daquele município fluminense. Parece que aquele sistema agrário era também a base da vida material de outras áreas e, por outro lado, não estava vinculado a apenas um produto (café) mas antes era uma forma de produção.

Por conseguinte, o emprego do método comparativo surge como pertinente na apreensão das formas agrárias presentes naquelas regiões (no período da escravidão). E isto por sua vez,permitiria a construção de um modelo teórico que de fato desse conta do sistema agrário da economia de exportação. Modelo esse

que não poderia se restringir ao processo de trabalho agrícola, na medida em que esse não se esgota em si mesmo, e que, portanto, compreenderia também os nexos entre produção e circulação, os aspectos demográficos, da estrutura social e ainda dos elementos institucionais. Ao nosso ver só assim avançaríamos no sentido de uma História como ciência. E ainda poderíamos perceber os passados que continuam presentes na sociedade brasileira.

Referências

1 - Thomas Davatz, Memórias de um Colono (São Paulo: Livraria Martins Editora/Editora da Universidade de São Paulo,1972) p. 10 e 11.

2 - C.F. Van Delden Laerne, Le Brésil et Java, Rapport sur la Culture du Café en Amérique, Asie et Afrique (Paris: Martinus Nijhoff/Chellanei, 1885) p.256; Ver também Warren Dean, Rio Claro - Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura 1820 - 1920 (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977) p.14 e 15.

3 - Raimundo José de Souza Gaioso, Compêndio Histórico - Político dos Princípios da Lavoura do Maranhão, Coleção São Luís - I (Rio de Janeiro:SUDEMA,1970)p.228 e 229.

4 - Idem, Ibidem, p. 211.

5 - Luiz dos Santos Vilhena, Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasílicas contidas em XX Cartas, Anotadas pelo Prof. Braz do Amaral (Salvador:Imp. Official do Estado da Bahia, 1922)p. 174.

6 - Autor Anônimo, "Mechanica Agrícola" in: Revista do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (Rio de Janeiro:Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, março de 1880). p.171.

7 - Imperial Instituto de Agricultura da Bahia, "A Situação Agrícola da Província da Bahia em 1870" in: Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (Rio de Janeiro: Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, março de 1880)p.10.

8 - Idem, Ibidem, p. 14 e 15.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

A) Fontes Cartoriais (manuscritas) - Cartório do 1º Ofício de Notas de Paraíba do Sul (Tabelião Maria Quita Dutra Mattos) - CPS

1- Ação Ordinária. Maços nº 50-80.

2- Contas de Tutela. Maços nºs 56, 60, 125 e 199.

3- Executiva Hipotecária. Maço nº 99.

4- Inventários.

a- 1850 a 1895. Maços nºs: 12, 14, 15, 16, 17, 26, 27,35 39, 90, 97, 131, 144, 159, 169, 175, 199, 200, 204 e 239.

b- 1900 a 1920. Maços nºs: 1900, 1905, 1910, 1915 e 1920.

5- Licença para contratar colonos. Maço nº 188.

B) Fontes referentes a estruturas agrárias

1- Registro de terra de Paraíba do Sul, 1854 (manuscrito). 4 Livros. Arquivo Público de Niterói.

2- Inquéritos Agrícolas.

a- BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Serviço de Inspecção e Defesa Agrícola, Questionário sobre as Condições da Agricultura dos Municípios do Rio de Janeiro - Inspeccionados de 25 de Junho de 1910 a 29 de abril de 1913 (Rio de Janeiro:Typ. do Serviço de Estatística, 1913). Bib. Nacional.

b- ---------- Directoria do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícola. Aspectos da Economia Rural Brasileira - Estado do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro: Of. Graphica Villa Boas & Cia, 1922).

c- RIO DE JANEIRO (Província). "Quadro demonstrativo das informações de diversas Câmaras Municipais da Província do Rio de Janeiro", Appenso nº 29, in: Relatório à Assembléia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na 1a. Sessão da 11º Legislatura pelo Vice-Presidente da Província o Conselheiro Antônio Nicolão Colentino em 1856 (Nictheroy: Typ. da Pátria, 1856). Bib. Pública de Niterói.

d- ---------- (Estado). "Questionário Constan

te da Circular nº 3 de 20 de Janeiro do corrente anno e respostas dadas pelas Câmaras Municipais - Anexo" , in: Relatório da Secretaria de Obras Públicas e Indústrias apresentado pelo Dr. Hermogenio Pereira da Silva ao Dr. Alberto de Seixas (Presidente do Estado) em 1898 (Rio de Janeiro: Papelaria Jeronymo Silva,1898). - Bib. Pública de Niterói.

e- ---------- Diretoria de Agricultura - Serviço de Estatística. Propriedades de Valor Venal igual ou superior a 20:000$000- 1925 - 26. (Rio de Janeiro: Pap. e Typ. Marques Araújo & C. 1927). Bib. Pública de Niterói.

C) Fontes Demográficas e Censos Agropecuários - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

- BRASIL, Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, Censo Geral de 1872, Rio de Janeiro, Oficina de Estatística.
- ---------- Censo Geral de 1890 (Rio de Janeiro: Oficina de Estatística, 1898).
- ---------- Diretoria Geral de Estatística, Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1900 (Rio de Janeiro: Typ. de Estatística, 1905).
- ---------- Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Dept. Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920. Demografia a Agricultura. (Rio de Janeiro: Typ. da Estatística,1923).
- RIO DE JANEIRO (Província), "Quadro Estatístico da População do Rio de Janeiro - segundo as condições, sexos e cores - de 1840" in: Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro Aureliano de Souza e Oliveira na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 1º de março de 1846, 2a. ed. (Nitheroy: Typ. de Amaral & Irmão, 1853). Bib. Pública de Niterói.

D) Documentos Impressos de Caráter Oficial - Bib. Pública de Niterói.

- RIO DE JANEIRO (Província), Relatório do Vice- Presidente da Província Tomás Soares dos Santos ao Presente da Pro

vincia Nicolau Tolentino, Rio de Janeiro, 1858.

- ---------- Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, Visconde de Prados, apresentado à Assembléia Legislativa Provincial em 8 de setembro de 1878 (Nitheroy: Typ. do Diário de N.L. Vianna,1878.
- ---------- (Estado) Mensagem à Assembléia Legislativa pelo Presidente do Estado em 1902 (Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commércio de Rodrigues & Co.)
- ---------- Mensagem à Assembléia Legislativa pelo Presidente do Estado em 1916 (Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commércio de Rodrigues & Co.)
- ---------- Relatório da Secretaria de Obras Públicas e Indústrias do Estado, Apresentado em 15 de Julho de 1894 ao Sr. José de Porciúncula (Presidente do Estado) pelo Secretário Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho em 1894 (Rio de Janeiro: Typ. Guimarães, 1894).
- ---------- Relatório da Secretaria de Obras Públicas e Indústrias do Estado, apresentado ao Sr. Joaquim Maurício de Abreu (Presidente do Estado) pelo Secretário Augusto de Abreu Lacerda em 1895 (Rio de Janeiro: Typ. Jeronymo Silva e Comp. 1895).
- ---------- Relatório da Secretaria de Obras Públicas e Agricultura de 1924, apresentado pelo Dr. Pio Borges de Castro ao Dr. Feliciano Pires de Abreu Sodré - Presidente do Estado (Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commércio de Rodrigues & Co., 1925).
- ---------- Relatório da Secretaria de Obras Públicas e Agricultura de 1925, apresentado pelo Dr. Pio Borges de Castro ao Dr. Feliciano Pires de Abreu Sodré - Presidente do Estado (Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commércio de Rodrigues & Co. 1926)

E) Fontes Primárias Impressas - Outras:

- CASA DA CARIDADE DE PARAÍBA DO SUL, Relatório apresentado à Assembléia Geral de Irmãos da Irmandade de N.S. da Piedade - Relat. 1890 a 1892 (Rio de Janeiro: Typ. Lenziger, 1894). Bib. Nacional.
- -------- Testamento da Condessa do Rio Novo (Juiz de Fo

- ra: Companhia Dias Cardoso S.A., 1955).
- CONGRESSO AGRÍCOLA DE 1878, Colleção de Documentos, Rio de Janeiro, 1878. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- JORNAL DO AGRICULTOR, Calendário Agrícola, tomo VI (Rio de Janeiro, 1882).

F) Cronistas e Publicistas.

- ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro, Memórias Históricas do Rio de Janeiro: Imprensa Nacional,1946).
- AUTOR ANÔNIMO, "O Mal de Nossa Agricultura" in: Jornal do Agricultor, tomo III (Rio de Janeiro, 10 de julho de 1880).
- AUTOR ANÔNIMO, "Mechanica Agrícola" in: Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (Rio de Janeiro: Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, março de 1880).
- BARÃO DO RIO BONITO, "Necessidades da Lavoura" in: Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (Rio de Janeiro: Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, outubro de 1882).
- BELISÁRIO, "A Situação Actual da Cultura do Café no Brasil" in: Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (Rio de Janeiro: Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, outubro de 1882).
- BURTON, Richard, Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho (Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed.da Universidade de São Paulo, 1975).
- CASTELNAU, Francis, Expedição às Regiões Centrais da América do Sul, 2 tomos (Rio de Janeiro: Cia Ed. Nacional, 1949).
- DAVATZ, Thomas, Memórias de um Colono (São Paulo: Livraria Martins Editora/Editora da Universidade de São Paulo, 1972).
- GAIOSO, Raimundo José de Souza. Compêndio Histórico-Político dos Princípios da Lavoura do Maranhão, Cole

ção São Luis - I (Rio de Janeiro: SUDEMA,1970).

- IMPERIAL INSTITUTO DE AGRICULTURA DA BAHIA, "A Situação Agrícola da Província da Bahia em 1870", in: Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (Rio de Janeiro: Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, março de 1880).

- LAERNE, C.F. Van Delden, Le Brésil et Java, Rapport sur la Culture du Café en Amérique, Asie et Afrique (Paris: Martins Nijhoff/Chellanei, 1885).

- LUCCOK, John, Notas sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil (Belo Horizonte: Ed. Itatitaia, São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo - 1975).

- PAES LEME, Pedro Gordilho Dias et. Al. "Organização Agrícola: Parecer sobre a Organização Agrícola do Estado do Rio de Janeiro" in: Revista Agrícola do Instituto Fluminense de Agricultura (Rio de Janeiro: Instituto Fluminense de Agricultura, Julho de 1891).

- RANGEL, Sílvio Ferreira, O Café (Rio de Janeiro: Sociedade Nacional de Agricultura, 1908).

- RIBEYROLLES, Charles, Brasil Pitoresco (São Paulo: Gastão Peralva, 1941).

- SAINT-ADOLPH, J.C. R. Millet de, Dissionario Geographico-Histórico e Descriptivo do Império do Brazil, 2 tomos (Paris: V. J.P. Aillaud Guillard e C. -, 1863).

- SAINT-HILAIRE, Auguste, Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais (Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980).

- -------- Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980).

- TSCHUDI, Joham Jackob Von, Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo (Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980).

- VILHENA, Luiz dos Santos. Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasílicas contidas em XX cartas. Anotadas pelo profº Braz do Amaral (Salvador: Imp. Official do Estado da Bahia, 1922).

- WERNECK, Francisco P. de Lacerda (Barão de Paty de Alferes), Memoria sobre a Fundação e Custeo de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Lammert, 1878).

G) Bibliografia.

- BOSERUP, Ester, Las Condiciones del Desarrollo en la Agricultura (Madrid: Editorial Tecnos, 1967).

- CARDOSO, Ciro Flamerion. Agricultura, Escravidão e Capitalismo (Petrópolis: Vozes, 1979)

- -------- e PÉREZ BRIGNOLI, Héctor. História Economica de América Latina, 2 vols. (Barcelona: Editorial Crítica, 1979).

- -------- Os Métodos da História (Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979).

- -------- "El Modo de Producción Esclavista Colonial en América" in: Carlos Sempat Assadourian et. al.; Modos de Producción en América Latina (Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente, 1975).

- COSTA, Emília Viotti, Da Senzala à Colônia, 2a. ed. (São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda , 1982).

- -------- Da Monarquia à República: Momentos Decisivos, 1º ed. (São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977).

- DEAN, Warren, Rio Claro - Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura, 1820-1920 (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977).

- DOMAR, Evsey D, "The Causes of Slavery and Serfdom: A hypothesis" in: The Journal Economic History, march 1977, pp. 18-32.

- DUBY, Georges, Guerreiros e Camponeses - os primórdios do crescimento econômico europeu, séc. VII-XII (Lisboa: Editorial Estampa, 1978).

- HENRY, Louis, Técnicas de Análise em Demografia Histórica (Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1977).

- KULA, Witold, Teoria Econômica do Sistema Feudal (Lisboa: Editorial Presença, 1979).

- _____ "Da Tipologia dos Sistemas Econômicos", in: Jacqueline Fourastie et. al. Economia, 3º ed. (Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981).

- LINHARES, Maria Yedda e Silva, Francisco Carlos Teixeira da. História da Agricultura Brasileira. Combates e Controvérsias. 1º ed. (São Paulo, Brasiliense, 1981).

- MARX, KARL, O Capital - Crítica da Economia Política, 3 livros, 6 volumes (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975).

- _____ Contribuição para a Crítica da Economia Política, 4º ed. (Lisboa: Editorial Estampa, 1975).

- PEREZ BRIGNOLI, Hector, Economia Política del Café en Costa Rica 1850-1950 (San José: Centro de Investigaciones Históricas, Universidade de Costa Rica 1981).

- SERENI, Emílio, "Los Problemas Teóricos y Metodológicos " in: Emílio Sereni, Agricultura y Desarrollo del Capitalismo (Madrid: Alberto Corazon Ed. 1974).

- SLENES, Robert W., O Que Rui Barboza não Queimou: Novas Fontes para o Estudo da Escravidão no século XIX , mimeo, s/data.

- SLICHER VAN BATH, B.H., História Agrária de Europa Occidental (Barcelona: Ediciones Peninsula, 1978).

- SPINTEL, Cheywa R., Homens e Máquinas na Transição de uma Economia Cafeeira (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980).

- STEIN, Stanley J., Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba com referência especial ao município de Vassouras (São Paulo: Editora Brasiliense, 1961).

- VILAR, Pierre, Crescimiento y Desarrollo, 2º ed. (Barcelona: Editorial Ariel, 1974).

- WAIBEL, Leo, Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil 2º ed. (Rio de Janeiro: IBGE, 1979).

/ic.

A N E X O I

QUADRO Nº I

ALGUMAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS LIGADAS À PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E CAFÉ COM MENOS DE 10.000 PÉS DE CAFÉ E 15 ESCRAVOS

Ano	Inventariado	Área	Agricultura de Alimentos Roças	Nº de Pés de Café	Equipamentos para o Beneficiamento de Alimentos.	Instrumento de Trabalho Agrícola.		Escravos			Animais			
						Tipo	Nº	H	M	Total	Trabalho	Nº	Criação	Nº
1840	Francisco Antonio Mendes	-	Milho Feijão Mandioca	6.000	Roda de Mandioca.	Enxada Enxada Ordinária Foices Machados Cavadeiras	7 2 6 3 4	5	2	7	Cavalos Égua	2 1	Porcos Leitões	3 4
1850	Luciano Vieira Affonso	1 Data de Terras com 105 Braços de Testado e 667 braços de fundo.	Milho Feijão Arroz	4.000	"Fábrica de Farinha" com Forno de torrar Farinha, Pilão, Roda de Serra de Mandioca.	-		2	2	4	Besta	1	Porco	1
1850	Antonio Alvez de Queiroz.	180 Braços	Milho Feijão Mandioca Pequeno Canavial Bananeiras	3.300	-	Enxada Machados Cavadeiras Foices	6 3 4 5	6	2	8	Cavalo	1	Porcos	10
1860	Pedro Gomes de Evangelho.	1 Sorte de Terras com 233 Braços de Testado 500 de Fundos.	Milho Arroz Pequeno Canavial	6.000	-	-		8	3	11	-		-	-
1860	Luiz Correa de Mattos	-	Pequeno Canavial Milho	-	-	-		1	1	2	Besta	1	Porcos	2
1860	Theodora Maria do Nascimento	20 Alqueires	Milho Mandioca	5.000	-	-		5	5	10	Cavalo de Sela	1	Porcos	6
1870	Carolina Augusta Ferreira	-	Canavial Peq.Pomar Milho	1.500 -	- -	- -		2	2	4	Boi de Carro Cavalos	1 2	Porcos	16
1870	João Paschoal de Faria	-	Mandioca Arroz Feijão	-	"Casa de Farinha. Monjolo	Enxada Foice Boa Foice Ordinária. Machado de Falqueijador Machado de Derrubada Machados Peneira de Arroz Peneira de Feijão	4 1 4 1 1 2 1 3	3 -		3 -	- -		Porcos Capado Leitões	5 1 3

Fonte: Inventários - Cartório do 2º Ofício de Paraíba do Sul.

A N E X O I I

QUADRO Nº II

Algumas fazendas de café com mais de 150.000 pés de café e 60 escravos (1) em Paraíba do Sul 1850-1880

Ano	Inventariado	Área	Distribuição de Terras.	Nº de Pés de Café.	Equipamentos e Edificações ligados ao Café.	Equipamentos e Edificações ligadas à Reprodução da Força de Trabalho.	Equipamentos e Edificações Acessórios e Outros.	Escravos H	Escravos M	Escravos Total	Animais Trabalho	Animais Nº	Animais Criação	Nº
1850	Domingos Teixeira Alves	95 braços de terras de testado com 1680 braços de Fundos.	-	107.000	Engenho de Pilões Tulhas	Moinho para Fubá 9 lances de senzalas.	-	45	24	69	Bestas Cavalos	46 2	Novilhos Bezerros Vacas Capados Leitões Porcos	8 4 5 200 200 100
1850	Anselmo Pereira Reis	200 Alqueires	-	68.800	2 Engenhos de Pilões Ventilador	Roda de Mandioca Monjolo Moinho de Fubá	Engenho de Cana	15	4	19	Bestas Bois de Carro	18 6	Vacas c/ crias	3
1860	Ana de Lima Machado	203 Alqueires	-	67.000	Engenho de Pilões Ventiladores	Moinho de Fubá Máquina de Mandioca. 11 lances de senzalas.	Engenho de Cana	19	32	51	Bestas de Sela. Bestas de Carga	1 5	Vaca Touro Novilhos	1 1 3
1860	Guilherme Rodrigues Franco	268 Alqueires	-	82.000	Engenho de sacas de café.	Moinho de fubá 31 lances de senzalas.	Engenho de Cana	47	21	68	Bestas Bois de Carro	23 20	Porcos Leitões Vacas Novilho Bezerro	2 6 2 1 1
1863	Barão de Entre-Rios(2) Fazenda da Cachoeira	1 Sesmaria de Terra.	-	416.500	Engenho de Pilões Ventilador Lavador de Café Terreiros.	Moinho de fubá Casa de farinha 25 lances de senzalas.	Engenhoca de Cana				Bestas de Tropa Bestas de Sela Bestas Bois de Carro	19 3 17 7	Carneiros Porcos de crias Porcos de Serra.	27 84 8
	Fazenda Rua Direita	1 Sesmaria de Terra.	-	70.000		Moinho de fubá								
	Fazenda Catangalo	1 Sesmaria de Terra		630.000	Engenho de Pilões Lavador de Café Terreiro	Moinho de fubá Casa de farinha Monjolo 40 lances de senzalas. Enfermaria	Engenho de Cana Alambique Engenho de Serra Olaria Tenda de Ferreiro	241	161	402	Bestas Jumentos Bois de Carro. Éguas c/ crias	48 9 48 13	Vacas c/ crias Vacas s/ rias Novilhos Bezerros Touros Carneiros Cabras c/ crias. Porcos	11 22 17 13 3 73 4 181
1864	Baroneza de Parahyba	Mais de 4 sesmarias de terras.	-	382.000	Engenho de Pilões (2) Ventiladores Tulhas	Moinho de fubá Roda de mandioca 22 lances de senzalas. Hospital	Engenho de Açúcar Engenho de Serra			364	Bestas de Tropas Bestas de Sela Bois de carro	152 10 48	Novilhos Vacas	6 7
1870	Luiza Ma.D'Assumpção	580 braços de testado com 934 braços de fundo. 638 braços de testado com 900 de fundo.	-	113.000	Engenho de Pilões. Casas p/Café	Moinho de fubá 7 lances de senzalas.	Engenho de Cana Engenho de Serra Tenda de Ferreiro	50	39	89	Bestas de Carros Besta de Sela Bois de Carro	16 1 8	Vaca c/ cria Bezerro Vaca	1 1 1

Ano	Inventariado	Área	Distribuição das Terras	Nº de Pés de Café	Equipamentos e Edificações ligadas do Café	Equipamentos e Edificações ligadas à Reprodução de Força de Trabalho	Equipamentos e Edificações Acessórios e Outros	Escravos			Animais			
								H	M	Total	Trabalho	Nº	Criação	Nº
1870	Magdalena Maria Pereira	Mais de 268 alqueires	Terras em culturaa, capoeiras, matas.	225.500	Engenho de Pilões	Moinho 3 lances de senzalas.	Engenho de cana Engenho de serra	50	35	85	Bestas Besta de Carroça Jumentos Macho de Carroça Bois de Carro	5 1 5 1 18	Novilho Vacas Vacas c/ cria Bezerros Touros Carneiros Leitões Cabras Cabritos	32 20 8 7 3 84 90 6 2
1873	Barão e Baroneza de Sta. Justa (3)	373 06/625 alqueires.	—	314.000	Engenho por café	Moinhos de fubá 59 lances de senzalas. Enfermaria	Engenho de cana Engenho de serra	77	72	149	Bois de carro Animais de corga Besta Besta c/ cria	60 9 2 1	Vacas Bezerros	48 41
	Fazenda São Fidelis													
	Fazenda da Serra			240.000	Engenho de socar café	Moinho de fubá		13	94	107				
1874	Mariana Cândida de Oliveira.	1 sesmaria e meia de terras	—	600.000	Engenho de Pilões Ventilador Terreiros de Pedras Tulhas	Moinho de fubá Casa de farinha 24 lances de senzalas	Tenda de ferreiro. Engenho de serra Olaria Engenho de cana	126	114	240	Cavalos Parelhas Parelhas de cavalos Bestas Parelhas de bestas Éguas Poldros Jumentos Bois de carro	3 2 13 2 4 3 8 41	Novilhos Touros Vacas Bezerros Carneiros Cabras Cabritos Capados Leitões Porcos	7 2 17 3 57 63 13 80 88 44
1880	Manoel Gomes Vieira da Cruz	187,5 Alqueires geométricos.	Terras em culturas (100) (4) matas (30); capoeirões (20); capoeiras (30); pastos (7,5)	636.000	Máquina americana de beneficiar café. Ventiladores Despolpador de café Descaroçador Terreiros de pedra	Moinho de fubá Casa de farinha Moinho de fuzis de fubá	Engenho de cana	77	73	1	Bois de carro Parelhas de Besta Bestas de aela	30 4 2	Touro Vacas Novilhos Machos	1 2 3 2
1880	Antonio Jacinto do Couto	156 alqueires de terras.	—	228.000	Máquinas de café movidas a vapor. Engenho de café.	Moinho de fubá Enfermaria		38	25	63	Bois de carro Bestas	12 4	Vacas Novilhos	3 9
1880	Francisco Gomes de Aguiar.	Mais de 75 alqueires.	Terras em cultura(50); Matas (10); Pastos (7); 8 Alqueires. Não discriminadas.	189.000	Engenho de café e seus pertences.	Moinho de fubá Roda, prensa e forno de fubá 5 lances de senzalas.	Engenho de cana	42	39	81	Besta Cavalos Bois de Carro	1 2 14	Macho Novilhos Capados Porcada de campo	3 10 23
1881	Sarão do Rio do Ouro	158 Alqueires	Terras em culturas(42) Matas(54); Capoeiras Grossas(4) Capoeiras (3); capoeira Fina(12) Pastos (33); Predios, Currais, terreiros(6); 4 alqueires não discriminados.	125.000	Maquinismoa de café Tulhas	Moinho de fubá Roda de mandioca Quadrado de senzalas	Tenda de ferro	108	66	174	Bois de carro Cavalos Bestas Beatas de Carro Bestas de Carga	80 4 5 5 4	Vacas Carneiros Porcos	3 18 83

Fonte: Inventários - Cartório do 2º Ofício de Paraíba do Sul.

Obs:

1. Para o período 1850-60 o critério utilizado foi a área, fazendas com mais de 200 alqueires.
2. Número de escravos é a soma doscontingentes daa 3 fazendas.
3. A área é para as duas fazendas.
4. Extensão em alqueires.